JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.28 05:12:01 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 28 de abril de 2023 • Nº 1549 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

60º Dia Mundial de Oração pelas vocações

PÁGINA 6

MARÇO

País cria 195,2 mil postos de trabalho

Após dois meses de recuo, a criação de emprego formal subiu em março. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 195.171 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. O número é o resultado de 2.168.418 admissões e de 1.973.247 desligamentos registrados no mês. Ao todo, há 42.970.598 brasileiros trabalhando formalmente no Brasil, um aumento de 0,46% em relação ao mês anterior A criação de empregos cresceu 97,6% maior que a do mesmo mês do ano passado. PÁGINA 2

CONTAS PÚBLICAS

Governo Central registra maior déficit para março em três anos

Ao arrecadar menos por causa de desonerações concedidas pelo governo passado e com gastos de programas sociais em alta, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou o maior déficit primário para meses de março em três anos. No mês passado, o resultado ficou negativo em R$ 7,085 bilhões, déficit de 10,4% maior que o resultado negativo de R$ 6,418 bilhões obtido em março de 2022. Ao descontar a inflação pelo IPCA, conta mais usada pelos analistas, o déficit é 5,5% maior que o de março do ano passado. Tanto em valores nominais como reais (corrigidos pela inflação), o resultado de março março de 2020, quando houve déficit primário de R$ 21,131 bi. PÁGINA 2

FISCALIZAÇÃO

57% das salas de aulas no Brasil são inadequadas

Fiscalização feita por 32 tribunais de Contas, nos últimos dias 24, 25 e 26, constatou que 57% das salas de aulas visitadas no país são inadequadas como local de estudo. Ao longo de três dias, os fiscais foram a 1.082 escolas públicas, estaduais e municipais, de 537 cidades de todos os estados e do Distrito Federal. Foram averiguados, aproximadamente, 200 itens de infraestrutura nos colégios. Os principais problemas encontrados foram janelas, ventiladores e móveis quebrados; iluminação e ventilação insuficientes; infiltrações e paredes mofadas. Também foram detectadas falhas na limpeza e higienização das dependências escolares. PÁGINA 7

GOLPISTAS INFILTRADOS

GABRIELA BILÓ/FOLHAPRESS

Cappelli segue 'fazendo a limpa' e demite mais 58 servidores do GSI

O governo federal anunciou ontem a demissão de mais 58 servidores do GSI (Gabinete de Segurança Institucional). O órgão entrou em crise após a divulgação de imagens do ex-ministro da pasta Gonçalves Dias dentro do Palácio do Planalto no momento em que vândalos destruíam o local, em 8 de janeiro. "Dando prosseguimento à renovação do quadro de funcionários do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o ministro interino Ricardo Cappelli (**foto**) autorizou ontem a exoneração de mais 58 servidores. As dispensas serão publicadas na próxima edição do Diário Oficial da União", disse o órgão em nota. Cappelli anunciou ainda que vai editar uma portaria para exigir a comprovação das vacinas contra a Covid-19 para todos os servidores do GSI. "Quem mantém contato com o presidente da República deve cumprir o que orientam as autoridades sanitárias", escreveu o ministro interino, em suas redes sociais. Antes as exonerações desta quinta-feira, o GSI contava com um efetivo total de 1.014 servidores. Desse total, 881 são militares e 133 são civis. Na quarta-feira passada, já tinham sido exonerados outros 29 funcionários, dentre eles 24 oriundos das Forças Armadas. PÁGINA 7

ATAQUES GOLPISTAS

Em nova leva, STF torna réus mais 200 denunciados

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para abrir ações penais contra mais 200 acusados de participar dos ataques golpistas de 8 de janeiro. O julgamento dessa segunda leva de denunciados teve início com o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes. Ele defendeu que as denúncias sejam aceitas e que os investigados se tornem réus. Acompanharam Moraes os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. Ainda faltam votar Gilmar Mendes, Rosa Weber, Kassio Nunes Marques e André Mendonça. Esta é a segunda leva de julgamentos das 1.390 pessoas denunciadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) por envolvimento nos ataques. PÁGINA 7

TRANSPORTE

SuperVia deixa de operar trens no RJ

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), anunciou ontem que a SuperVia, empresa responsável pelos trens urbanos no estado, decidiu deixar o serviço. Com isso, a gestão estadual quer fazer uma nova licitação para outra companhia assumir a concessão. "O serviço é péssimo. Só abrir os telejornais todo dia para ver. Se não querem mais, eles saem e a gente vai botar outro que faça bem feito", afirmou o governador. Procurada, a Supervia disse que não irá comentar o assunto. A Mitsui, que controla a empresa, não respondeu até a publicação deste texto. A Secretaria Estadual de Transportes recebeu na quarta-feira passada um ofício no qual a companhia comunica que desistiu de operar o serviço. Entre as justificativas, estão desequilíbrio financeiro, perda de receita com a pandemia e prejuízo com o furto de cabos e o congelamento da tarifa. Uma reunião foi marcada para esta quinta para formalizar o fim da concessão. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: 0,6% / 102.923,31 / 611,21 / Volume: R$ 22.482.391.143 / Negócios: 3.221.384

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON EX NM	30.440	+8.17	+2.300
MRV ON NM	7.08	+5.20	+0.35
GRUPO SOMA ON NM	8.060	+5.77	+0.440
LOCAWEB ON NM	5.32	+0.57	+0.03
BTGP BANCO UNT N2	23.15	+1.67	+0.38

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
PETZ ON ED NM	6.05	–0.17	–0.01
P.ACUCAR-CBDON NM	14.54	–1.02	–0.15
SABESP ON NM	46.43	–1.19	–0.56
ASSAI ON NM	12.300	+0.16	+0.020
EMBRAER ON NM	19.19	–0.62	–0.12

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	26.10	–2.58	–0.69
VALE ON NM	71.76	+2.12	+1.49
BRADESCO PN N1	13.76	+0.66	+0.09
PETROBRAS ON N2	28.90	–2.40	–0.71
3R PETROLEUMON EX NM	30.440	+8.17	+2.300

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.826,16	+1,57
NASDAQ Composite	12.142,237	+2,43
Euro STOXX 50	4.357,62	+0,30
FTSE 100	7.831,58	-0,27
DAX 30	15.800,45	+0,03
Ftse Mib	27.158	+0,19

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,05% (mar.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA	0,71% (mar.)	Compra: 5,5405	Venda: 5,7205
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,87	até o dia 27/abr.	Compra: 5,0144	Venda: 5,0150
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(27/4)	0,58%	BM&F/grama	R$ 313,60	Compra: 4,9795	Venda: 4,9801
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(04/2023)	0,0821%	Compra: 5,4892	Venda: 5,4899	Compra: 4,9897	Venda: 5,1697

Economia

MERCADOS

Dólar fecha abaixo de R$ 5 após recuo do PIB dos EUA; Bolsa sobe

O dólar fechou em queda ontem após a divulgação do PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre dos Estados Unidos, que cresceu menos que o esperado. Já a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta após bons números do volume do setor de serviços e emprego no Brasil.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 0,6%, a 102.923 pontos. Já o dólar comercial teve queda de 1,56%, a R$ 4,979.

Os mercados futuros no longo prazo tiveram queda, com os contratos de juros com vencimento para 2029 indo 12,07% para 12,03%. Para 2027, os juros ficaram em 11,7%, enquanto os de 2025 sobem de 11,84% para 11,94%.

Na quarta, a Meta, dona do Facebook, divulgou que teve lucro líquido de US$ 5,7 bilhões no primeiro trimestre, acima das expectativas do mercado, juntando-se à Microsoft e à Alphabet, controladora do Google, na esteira de resultados positivos para big techs.

Em Nova York, o Nasdaq, que reúne empresas de tecnologia, teve alta de 2,43%. O Dow Jones e o S&P 500 subiram 1,57% e 1,96%, respectivamente.

CONTAS PÚBLICAS

Governo Central tem maior déficit para março em 3 anos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Ao arrecadar menos por causa de desonerações concedidas pelo governo passado e com gastos de programas sociais em alta, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou o maior déficit primário para meses de março em três anos. No mês passado, o resultado ficou negativo em R$ 7,085 bilhões, déficit de 10,4% maior que o resultado negativo de R$ 6,418 bilhões obtido em março de 2022.

Ao descontar a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conta mais usada pelos analistas, o déficit é 5,5% maior que o de março do ano passado. Tanto em valores nominais como reais (corrigidos pela inflação), o resultado de março foi o pior para o mês desde março de 2020, quando houve déficit primário de R$ 21,131 bilhões após o início da pandemia da Covid-19.

Apesar do déficit, o resultado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 15,4 bilhões em março.

Mesmo com rombo em março, o Governo Central acumula superávit primário de R$ 31,4 bilhões em 2023. Isso porque, em janeiro, foi registrado superávit de R$ 78,326 bilhões.

Em valores nominais, esse é o segundo maior superávit acumulado, só perdendo para o primeiro trimestre do ano passado (resultado positivo de R$ 50,026 bilhões). Em valores reais (corrigido pela inflação), é o nono maior superávit da série.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabelece meta de déficit primário de R$ 231,5 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central).

Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote que pretende aumentar a arrecadação e revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R$ 100 bilhões em 2023. No fim de março, a Secretaria de Política Econômica informou que a previsão oficial de déficit primário está em R$ 99,01 bilhões para este ano.

RECEITAS

As receitas continuam crescendo em ritmo quase igual ao das despesas. No último mês, as receitas líquidas cresceram 3,4% em relação a março do ano passado em valores nominais. Descontada a inflação pelo IPCA, há queda de 1,2%. No mesmo período, as despesas totais subiram 3,7% em valores nominais, mas caíram 0,9% após descontar a inflação.

INVESTIMENTOS

Tesouro Direto lançará título voltado à educação

Programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas pela internet, o Tesouro Direto pode ter um título voltado à educação, anunciou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Ele também anunciou que o governo estuda usar os papéis como garantias para aluguel e financiamentos.

Segundo Ceron, o Tesouro está trabalhando em conjunto com a B3, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), para lançar o instrumento. O primeiro conjunto de medidas relativo ao título educacional deve ser anunciado até julho. Para os instrumentos de crédito e de aluguel, ainda não há data definida.

Em relação ao título para a educação, a ideia é que os pais de um estudante comprem títulos ao longo de 18 anos, que funcionariam como poupança para o pagamento de uma universidade privada para os filhos, explicou o secretário. O papel funcionaria nos moldes do Tesouro RendA+, lançado no início do ano para financiar aposentadorias.

"Famílias terão um título muito customizado para isso. Então, ao longo de 18 anos, quando o filho nasce, você pode fazer, começar esse processo de investimento. A aposta é que o produto seja uma grande referência de poupança das famílias para o ciclo universitário, o ciclo educacional", destacou Ceron em entrevista coletiva para explicar o déficit de R$ 7,085 bilhões em março.

O período de 18 anos, explicou o secretário, poderá ser até mais curto conforme a idade do beneficiário. "Depois, ele [o investimento acumulado] vira uma renda fixa durante quatro, cinco anos, visando aí pagar o ciclo universitário, apoiar esse processo", disse.

ALUGUEL

O secretário do Tesouro também anunciou que o órgão estuda a utilização de títulos do Tesouro Direto como garantias para aluguel de imóveis e financiamentos, como de automóveis. As garantias são ativos que podem ser usados para cobrir eventuais inadimplências, reduzindo os juros para as linhas de crédito. "Você dá mais segurança para a instituição financeira. Com isso, você consegue taxas de juros menores no financiamento", explicou Ceron.

No caso dos aluguéis, os títulos cobririam o papel do depósito-caução equivalente a três meses de aluguel. "Muitas vezes, você tem que depositar três aluguéis para o locador ou ir atrás de fiador. E, de repente, essa questão de depositar dinheiro ao locador pode ter uma série de problemas: ou não é corrigido, ou pode ter problema de devolução", acrescentou.

EMPRESAS

Em relação ao título educacional, Ceron disse que o governo estuda criar instrumentos para que as empresas também contribuam com os investimentos e ofereça o instrumento como benefício para os filhos de empregados. O sistema funcionaria nos moldes de fundos de pensão fechados, oferecidos a funcionários de uma empresa.

CAGED

País registra criação de 195,2 mil postos de trabalho em março

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após dois meses de recuo, a criação de emprego formal subiu em março. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 195.171 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. O número é o resultado de 2.168.418 admissões e de 1.973.247 desligamentos registrados no mês.

Ao todo, há 42.970.598 brasileiros trabalhando formalmente no Brasil, um aumento de 0,46% em relação ao mês anterior

A criação de empregos cresceu 97,6% maior que a do mesmo mês do ano passado. Em março de 2022, tinham sido criados 98.786 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura mensal de vagas atingiu o maior nível desde setembro do ano passado.

Nos três primeiros meses do ano, foram abertas 526.173 vagas. Esse resultado é 15% mais baixo que no mesmo período do ano passado. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

SETORES

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em março. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 122.323 postos, seguido pela construção civil, com 33.641 postos a mais. Em terceiro lugar, vem indústria de transformação, de extração e de outros tipos, com a criação de 20.984 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou no comércio, com a abertura de 18.555 postos. Somente a agropecuária, pressionada pelo fim da safra de vários produtos, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 332 vagas.

DESTAQUES

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 44.913 postos formais. A categoria de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 35.467 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 17.876 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 1.566 vagas.

As estatísticas do Caged apresentadas a partir 2020 não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

REGIÕES

Todas as cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em março. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 113.374 postos a mais, seguido pelo Sul, com 37.441 postos. Em seguida, vem o Centro-Oeste, com 22.435 postos. O Nordeste abriu 14.115 postos de trabalho, e o Norte criou 10.077 vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, 22 registraram saldo positivo, e cinco extinguiram vagas. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (50.768 postos), Minas Gerais (38.730) e Rio de Janeiro (19.427). As maiores variações negativas ocorreram em Pernambuco (5.266 postos), Paraíba (815) e Rio Grande do Norte (78).

Nota

LULA SANCIONA HOJE REAJUSTE DE 9% PARA SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sanciona hoje o projeto de lei que reajusta em 9% os salários dos servidores públicos federais civis, incluindo aposentados e pensionistas.
A proposta, que havia sido enviada pelo governo, foi aprovada pelo Congresso Nacional na quarta-feira passada. Com a sanção, os novos valores já passam a valer no mês de maio e são acompanhados de mais R$ 200 no vale-alimentação.
O presidente vai sancionar o projeto durante evento no Palácio do Planalto, em cerimônia com a participação da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.
O reajuste será concedido de forma linear a todas as categorias e começa a contar a partir da folha de pagamento de 1º de maio, sendo pago no vencimento do mês seguinte. O governo afirma que serão beneficiados diretamente mais de um milhão de pessoas.

IGP-M

Índice que mede a inflação de aluguéis cai 0,95% em abril

O IGP-M (Índice Geral de Preços–Mercado), usado em reajustes de aluguéis, caiu 0,95% em abril, após variar 0,05% no mês anterior. Com este resultado, o índice acumula taxa de -0,75% no ano e de -2,17% em 12 meses.

Em abril de 2022, o índice havia subido 1,41% e acumulava alta de 14,66%, em 12 meses. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O coordenador do Ibre/FGV André Braz disse que os preços de importantes commodities para o setor produtivo seguem em queda, favorecendo a chegada desse efeito nos preços ao consumidor.

O IGP é a média aritmética ponderada de três índices de preços: o IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção). O indicador mostra de que setores vêm a pressão inflacionária no país.

Em abril, o IPA caiu 1,45%, após queda de 0,12% em março. A principal contribuição para o resultado partiu do subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de -0,96% para 0,65%, no mesmo período.

Já o IPC variou 0,46% em abril, ante 0,66% em março. A principal pressão para o resultado partiu do grupo transportes, cuja variação passou de 2,22%, para 0,85%. INCC

Por fim, o INCC variou 0,23% em abril e 0,18% em março. Os três grupos que compõem o índice registraram as seguintes variações na passagem de março para abril: materiais e equipamentos (-0,07% para 0,14%), serviços (0,88% para 0,65%) e mão de obra (0,27% para 0,23%).

O indicador da FGV é utilizado por empresas de telefonia e de energia elétrica, respondendo parcialmente pelos reajustes tarifários desses segmentos. O indicador também é utilizado como o indexador de contratos de empresas de serviço, como educação e planos de saúde. Além disso, explica a FGV, o IGP-M se popularizou como referência para o reajuste de contratos de aluguel.

PEDRO GUIMARÃES

Caixa terá de pagar R$ 10 mi em caso de assédio

A Justiça do Trabalho homologou um acordo entre a Caixa Econômica Federal e o MPT (Ministério Público do Trabalho) no Distrito Federal, encerrando o processo movido pelo órgão, após as denúncias contra o ex-presidente da instituição Pedro Guimarães.

Pelo acordo, homologado na quarta-feira passada, a Caixa se compromete a pagar R$ 10 milhões em indenização em no máximo 30 dias, por dano moral coletivo. O valor será revertido a instituições sem fins lucrativos. O acordo foi firmado em 21 de março e homologado pela 10ª Vara do Trabalho de Brasília.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais- R$)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.012.241.497	1.295.359.393
Clientes a receber	7	49.803	388.856
Serviços prestados a faturar	8	66.037.778	10.434.530
Impostos a recuperar	9	6.590.468	15.984.127
Adiantamentos	10	5.738.937	764.874
Dividendos a receber	12.b	87.490.951	-
		1.178.149.433	1.322.931.779
Não circulante			
Títulos a receber	11	540.361	553.860
Outros créditos		245.451	449.022
Ativos fiscais diferidos	24.b	33.819.839	35.027.780
Investimento	12	1.821.864.382	1.110.269.618
		1.856.470.033.	1.146.300.280
Total do ativo		3.034.619.467	2.469.232.060
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		437.171	270.789
Empréstimos e financiamentos	13	590.812.388	434.768.260
Tributos e contribuições sociais	14	8.050.119	21.254.552
Adiantamento de clientes	15	107.812.646	306.089.774
Provisões	16	63.909.281	60.297.294
		771.021.606	822.680.669
Não circulante			
Provisões para contingências	17	8.321.797	8.562.192
		8.321.797	8.562.192
Patrimônio líquido			
Capital social	18	158.286.526	158.286.526
Reserva de lucros		2.096.989.539	1.479.702.673
		2.255.276.064	1.637.989.199
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.034.619.467	2.469.232.060

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais- R$)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	19	185.074.759	209.271.674
Custo dos serviços prestados	20	(33.306.781)	(50.659.983)
Lucro bruto		151.767.978	158.611.691
Receitas/(Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(27.474.967)	(29.668.568)
Equivalência patrimonial	12.b	462.388.998	404.728.501
Ganho líquido na venda de investimento	22.1	–	83.484.179
Reversão de provisão	22.2	13.675.050	20.373.759
Outras receitas/(despesas) operacionais	22.3	32.207.911	54.385.375
Resultado operacional antes do efeito financeiro		632.564.969	691.914.937
Resultado financeiro, líquido	23	64.632.271	(12.120.295)
		64.632.271	(12.120.295)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		697.197.240	679.794.642
Imposto de renda e contribuição social correntes	24.b	(78.702.433)	(65.208.815)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.b	(1.207.942)	35.027.780
Lucro líquido do exercício		617.286.865	649.613.607

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais- R$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	617.286.865	649.613.607
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	617.286.865	649.613.607

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais- R$)

	Nota	2022	2021
Lucro do exercício		617.286.865	649.613.607
Resultado equivalência patrimonial	12.b	(462.388.998)	(404.728.501)
Contingência	17	(240.395)	1.497.522
Baixa de investimento		–	(83.484.179)
Juros de empréstimos e financiamentos	23	19.711.783	12.097.572
Provisões diversas	16	3.611.988	(2.179.568)
Variação cambial ativa	13	(96.562.683)	(45.014.178)
Variação cambial passiva	13	70.838.889	67.768.434
Variação swap	13	58.002.632	(9.462.871)
Tributos diferidos	24.b	1.207.942	(35.027.780)
Amortizações	12.b	(946.628)	–
		210.521.395	151.080.058
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Variação do contas a receber	7	339.053	61.533.573
Variação de serviços a faturar	8	(55.603.248)	(104.519)
Variação de adiantamento a fornecedores	10	4.974.063	-
Variação de tributos a recuperar	9	9.393.659	7.649.079
Variação de outros ativos circulantes e não circulantes		217.069	(533.505)
		(50.627.529)	68.544.627
Variação de fornecedores		166.382	(106.431)
Variação de tributos e contribuições sociais	14	(4.488.351)	4.724.133
Variação de imposto de renda e contribuição social	14	(8.716.082)	11.686.303
Variação de adiantamentos a clientes	15	(198.277.128)	155.572.015
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		889.078.686	1.010.500.706
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aporte de capitais em entidades controladas	12	(335.750.090)	(75.001.100)
Aquisição de investimento		–	(10.286.311)
Venda de investimento em sociedade controladas		–	629.703.202
Ativos destinados a venda		–	366.225.217
Caixa líquido (consumido)/ gerado atividades de investimentos		(335.750.090)	910.641.008
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de empréstimos	13	(753.661.290)	(677.936.642)
Recebimento de Empréstimos	13	940.500.000	619.000.000
Pagamentos de juros de empréstimos	13	(18.383.922)	(13.501.247)
Liquidação de swap	13	(64.401.280)	15.323.642
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos		104.053.508	(57.114.247)
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		(283.117.896)	1.245.027.467
Caixa no início do período		1.295.359.393	50.331.925
Caixa no final do período		1.012.241.497	1.295.359.393
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		(283.117.896)	1.245.027.467

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais- R$)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Transações de Partes Relacionadas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	158.286.527	31.657.305	818.586.684	(20.154.922)	–	988.375.594
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	649.613.607	649.613.607
Constituição da reserva de lucros	–	–	649.613.607	–	(649.613.607)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	158.286.527	31.657.305	1.468.200.291	(20.154.922)	–	1.637.989.199
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	617.286.865	617.286.865
Constituição da reserva de lucros	–	–	617.286.865	–	(617.286.865)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	158.286.527	31.657.305	2.085.487.157	(20.154.922)	–	2.255.276.064

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais – R$, exceto quando mencionado)

1. Contexto operacional: A Cymi Construções e Participações S.A. ("Companhia"), controlada pela Cymi Brasil S.L. U e Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231 Sala 1701 – Centro – CEP 20.030-021 – Rio de Janeiro – RJ. A Companhia tem por objetivo social: Prestação de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica, tais como realização de estudo, projetos de engenharia, consultoria e execução de projetos industriais, de obra privadas ou públicas, incluindo ou não o fornecimento de equipamentos e materiais, executando a obra civil, diretamente, cartografia, construções e montagens de equipamentos na área de eletricidade, mecânica e industrial, representação, fabricação, montagem, compra e venda de equipamentos e materiais de engenharia. Fabricação, venda, importação, exportação. Manutenção, montagem e exploração de máquinas, aparelhos úteis, ferramentas e acessórios de aplicação industrial e agrícola, estudo, projeção e realização; Manutenção e reparação de todo tipo de instalações mecânicas, elétricas, eletrônicas, de encanamento, carpintaria, construção, de sinalização e eletrificação; Construção de todo tipo de obras e instalações para a condução de fluídos por tubulação, tanto aço, como de outros materiais de distribuição, condução e fluxo de água, líquidos e gases, de frio, calor e condicionamento de ar; Construção e montagem das correspondentes estações de bombeamento, compressão, distribuição e controle; Instalação de instalações auxiliares de carga, descarga e armazenamento de aparelhos elevadores do todo o tipo, telefônicas, telegráficas e de televisão, para limpeza urbana ou industrial em todo tipo de edifícios, indústrias e construções públicas ou privadas; Prestação de serviços de exploração, manutenção e consertos relativos a obras e instalações acima descritas, a elaboração de todo tipo de projetos técnicos e estudos; Direção, supervisão e assessoria na execução das construções e na prestação dos serviços relacionados ao objeto social; e Participar no capital social de outras sociedades no Brasil, ou no exterior, na qualidade de sócia-quotista ou acionista. **2. Declaração da administração e base de apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas para fins estatutários em atendimento às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº6404/76), a qual teve alterados seus dispositivos pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09). Tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas, entre outros, pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de dispositivos complementares emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de abril de 2023. **b) Moeda funcional e moeda de conversão:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras com a finalidade de transição para as normas emitidas pelos pronunciamentos técnicos pelo CPC – Comitê de Pronunciamento Contábeis. **3.1 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL" – Fair Value Through Profit or Loss), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI" – Fair Value through Other Comprehensive Income) e ao custo amortizado. **3.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecidos e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.1 Ativos financeiros e não derivativos–mensuração: a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **3.2.2 Passivos financeiros não derivativos – mensuração: a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Passivos financeiros mensurados ao valor custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **3.2.3 Redução ao valor recuperável–Impairment: a) Ativos financeiros não derivativos:** A partir de 1° de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **c) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d) Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **e) Serviços prestados a faturar:** Ao final de cada exercício, os valores contábeis dos serviços já executados e ainda não faturados são revistos pela Administração de modo a determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores são efetivamente faturáveis dentro dos estágios de execução de complemento das obras. A Companhia tem como política de recebimento do saldo de seus clientes o prazo médio de 30 dias, sobre a base na sua mensuração de provisão para perda de crédito a administração avalia se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar que a perda de crédito esperada, a empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking), e com isso foi possível identificar nenhuma perda que a administração possa estimar, por parte de seus contas a receber e saldo de serviços prestados a faturar. **f) Impostos a recuperar:** Representado em sua maioria pelos impostos e contribuições (IRRF, CSLL e INSS) sobre notas fiscais emitidas, que serão compensados com os respectivos valores a recolher. Os valores estão sujeitos às revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação específica. **g) Ativos e passivos não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **h) Investimentos:** Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui influência significativa (Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. e Chimarrão Transmissora de Energia S.A., Dunas Transmissora de Energia S.A., Cymi Saneamento e Participações S.A., Cymi Transmissora de Energia S.A., Cymi Renováveis S.A.) e controle compartilhado (Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., Pampa Transmissão de Energia S.A.) sobre seus investimentos em 31 de dezembro de 2022. Segundo o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas a entidade que seja controladora deve apresentar as demonstrações consolidadas. A Companhia não apresenta as demonstrações consolidadas por atender todos os critérios estabelecidos pelo próprio pronunciamento no que se refere à isenção para consolidação: (i) A Cymi Construções e Participações S.A. é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, um conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora. (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da companhia não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais). (iii) A companhia não possui tramitação ou arquivamento de processo de suas demonstrações financeiras junto a comissão de valores mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado aquisição. (iv) A controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento. **i) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **j) Redução ao valor recuperável de ativos:** O ativo imobilizado, os ativos circulantes relevantes e os ativos não circulantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, e constatou que não há indicadores de desvalorização deles, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios. **k) Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **l) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **m) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **n) Imposto de renda e contribuição social:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. **o) Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **p) Reconhecimento da receita:** A companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de contrato com clientes As receitas são reconhecidas (i) quando as partes do contrato aprovarem (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **- Serviços de construção civil e gerenciamento dos projetos:** A Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculados acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir com os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que a boa parte de suas instalações é através de contratos terceirizados com partes relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado incorridos, assim como gerenciamentos dos projetos vigentes. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. **- Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 13–Investimentos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui- se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. **• Nota explicativa 14–Empréstimos e Financiamentos:** Empréstimos e financiamentos: A companhia reconhece os empréstimos e financiamentos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são reconhecidos pelo custo amortizado posteriormente. Nas demonstrações durante o exercício os empréstimos em que estejam em aberto, são utilizados os métodos de taxa efetiva de juros. **• Nota explicativa 18 – Provisões para contingências:** A companhia reconhece as provisões prováveis com base na opinião de seus consultores jurídicos e constitui provisões consideradas como suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Quanto as contingências trabalhistas a administração mensura 10% para custos da folha para funcionários vinculados ao projeto e 20% para funcionários vinculados a parte administrativa. A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **• Nota explicativa 16 – Provisões:** As provisões de despesas de obras constituídas no exercício, tem como objetivo compatibilizar o custo das obras com a receita contratada, tomando por base o orçamento e visando manter a margem de lucratividade prevista no projeto que estão constituídas nas notas explicativas 16 – Provisões. **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, a empresa não identificou nestas novas normas contábeis, cenários que talvez pudessem ocasionar impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. **a. Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26 – R1):** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requesitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1ª de janeiro de 2023.No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiantamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1ª de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimento futuros, a companhia entende que não há impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.A companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **b. Tributos sobre Lucro (CPC 32):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamento e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custo de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **c. Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: CPC 50 Contratos de Seguros. Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). Definições de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). A companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

6. Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa	13.653	34.652
Bancos contas movimentos	701.862	2.508.824
Aplicações Financeiras	1.011.525.981	1.292.815.917
	1.012.241.497	1.295.359.393

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição Financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Banco Santander S.A.	CDB	100,00%	885.147.623	1.176.271.978
Banco Bradesco S.A.	CDB	100,00%	–	13.484.300
Banco Bradesco SCC	CDB	102.60%	2.136.047	2.168.610
Banco Santander SCC	CDB	99,00%	2.432.503	778.978
Banco Citibank	CDB	100,00%	121.809.808	100.112.051
			1.011.525.981	1.292.815.917

7. Clientes a receber	2022	2021
Verde Ambiental Alagoas S.A.	11.320	–
Cymi Saneamento e Participações S.A.	8.082	–
Cymi Tech Soluções e Sistemas Ltda.	5.641	–
Cymi O&M Ltda.	9.690	–
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda.	15.070	–
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	–	388.856
	49.803	388.856
	2022	2021
A vencer	49.803	388.856
	49.803	388.856

8. Serviços prestados a faturar	2022	2021
Dunas Transmissão de Energia S.A (a)	49.805.875	10.434.530
Sant'Ana Transmissora de Energia S.A	645.770	–
Pampa Transmissão de Energia S. A (a)	14.569.344	–
Outros	1.016.789	–
	66.037.778	10.434.530
A vencer	66.037.778	10.434.530
	66.037.778	10.434.530

a) Saldos de R$ 49.805.875 e R$ 14.569.344, respectivamente na Dunas Transmissão de Energia S.A. e na Pampa Transmissora de Energia S.A, referem-se a serviços prestados e não faturados. A expectativa de faturamento é até outubro de 2023.

9. Impostos a recuperar	2022	2021
IRPJ saldo negativo 2020	–	2.953.170
IRPJ saldo negativo 2019	286.061	1.244.848
CSLL saldo negativo 2019	–	12.508

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

CSLL saldo negativo 2020	53.433	–
CSLL saldo negativo 2021	2.000	–
INSS a recuperar (a)	4.882.871	9.496.816
IR a compensar de aplicação	1.269.186	–
Outros Impostos de renda retidos na fonte	83.499	2.212.817
Outros tributos a compensar	13.418	63.968
	6.590.468	**15.984.127**

(a) INSS a compensar no montante de R$ 4.882.871 de INSS retido. A redução do valor a compensar de INSS se deve às compensações realizadas em 2022 para pagamento de débitos passíveis de compensação.

10. Adiantamentos	**2022**	**2021**
Adiantamento a fornecedor	5.647.430	712.840
Adiantamentos de funcionários	91.507	52.034
	5.738.937	**764.874**

11. Títulos a receber: A Cymi Construções e Participações S.A., Mantiqueira Transmissora de Energia S.A., Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. e Chimarrão Transmissora de Energia S.A. assinaram em 6 de março de 2019 o contrato de compartilhamento de infraestrutura administrativa e recursos que tem por objetivo as diretrizes e regras para utilização compartilhada da estrutura administrativa comum entre as Partes, de forma a racionalizar suas atividades e respectivas despesas. O saldo a receber referente ao compartilhamento das referidas despesas é conforme segue:

	2022	**2021**
Serviços prestados compartilhados	540.361	553.860
	540.361	**553.860**

12. Investimentos	**2022**	**2021**
Dunas Transmissora de Energia S.A.	378.098.706	73.990.616
Cymi Saneamento e Participações S.A.	24.388.398	100
Cymi Transmissora de Energia S.A.	405.158	1.000
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	634.868.710	525.543.968
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	356.089.500	295.237.341
Pampa Transmissão de Energia S.A.	202.136.324	17.293.133
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	225,876.586	198.203.461
Cymi Renováveis S.A.	1.000	–
	1.821.864.382	**1.110.269.618**

a) Movimentação do Investimento

Investidas	**Saldo em 2021**	**Aportes de Capital**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos a receber**	**Amortização**	**Saldo em 2022**
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	525.543.968	15.750.000	122.519.431	(28.944.690)	–	634.868.709
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	295.237.342	–	77.868.073	(17.015.914)	–	356.089.501
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	198.203.461	12.500.000	19.899.181	(4.726,056)	–	225.876.586
Pampa Transmissão de Energia S.A.	17.293.133	72.500.000	112.343.192	-	–	202.136.324
Dunas Transmissora de Energia S.A.	73.990.616	185.000.000	154.965.754	(36.804.292)	946.628	378.098.706
Cymi Saneamento e Participações S.A.	100	49.999.100	(25.610.802)	-	–	24.388.398
Cymi Transmissora de Energia S.A.	1.000	(10)	404.168	-	–	405.158
Cymi Renováveis S.A.	–	1.000	-	-	–	1.000
	1.110.269.618	**335.750.090**	**462.388.998**	**(87.490.951)**	**946.628**	**1.821.864.382**

Abaixo apresentamos as principais informações financeiras das subsidiárias:

b) Movimentação do Investimento	**%**	**2022**		**2021**	
Demonstrações sobre as principais controladas	**Partic.**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25,00%	2.539.474.838	490.077.725	1.397.198.645	544.977.228
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	50,00%	712.179.000	155.736.147	382.263.546	178.211.135
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	25,00%	903.506.345	79.596.724	470.195.146	242.618.696
Pampa Transmissão de Energia S.A.	50,00%	404.272.649	155.240.837	22.969.805	11.616.460
Dunas Transmissora de Energia S.A.	100,00%	399.870.159	170.205.965	–	64.102.249
Cymi Saneamento e Participações S.A.	100,00%	24.388.398	(25.610.802)	–	–
Cymi Transmissora de Energia S.A.	99,00%	409.250	535.410	–	–
Cymi Renováveis S.A.	100,00%	1.000	–	–	–

13. Empréstimos e Financiamentos: Todos os empréstimos contraídos têm como prazo de liquidação até 12 meses, portanto são reconhecidos no passivo circulante da companhia. A companhia captou recursos com objetivo de aportar capital nos projetos em desenvolvimento e a renovação ou liquidação das dívidas dependerá da estratégia de otimização de capital a ser definida.

	Moeda	**Vencimento**	**Taxa de juros**	**2022** Juros/Swap	**2022** Empréstimos	**2021** Juros/Swap	**2021** Empréstimos
Scotiabank	USD	24/06/2022	CDI + 0,89%	–	–	5.122.254	193.733.301
Citibank	R$	21/06/2022	CDI + 1,1%	–	–	166.271	85.000.000
Citibank	USD	22/06/2022	CDI + 1,05%	–	–	4.345.138	146.401.295
Citibank	USD	24/10/2023	CDI + 1.45%	303.609	167.835.194	–	–
Citibank	USD	24/10/2023	CDI + 1.45%	2.260.888	88.853.926	–	–
Citibank	USD	24/10/2023	CDI + 1.45%	473.446	47.388.761	–	–
Scotiabank	USD	02/05/2023	CDI + 1,00%	181.483	87.126.679	–	–
Scotiabank	USD	24/10/2023	CDI + 1,00%	1.343.449	195.044.953	–	–
				4.562.875	**586.249.513**	**9.633.663**	**425.134.596**

a) Movimentação dos empréstimos

	Banco Citibank S.A	**Scotiabank S.A Banco Múltiplo**	**Saldo**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**235.912.704**	**198.855.555**	**434.768.259**
Pagamento de Empréstimos	(375.694.985)	(377.966.306)	**(753.661.290)**
Recebimento de Empréstimos	458.000.000	482.500.000	**940.500.000**
Juros de Empréstimos e Financiamentos	15.328.815	4.382.968	**19.711.783**
Pagamento de Juros de empréstimos e Financiamentos	(14.722.957)	(3.660.965)	**(18.383.922)**
Liquidação de Swap	(25.305.525)	(39.095.755)	**(64.401.280)**
Swap	23.226.201	34.776.431	**58.002.632**
Variação cambial ativa	(40.655.357)	(55.907.326)	**(96.562.683)**
Variação Cambial passiva	31.026.927	39.811.962	**70.838.889**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**307.115.823**	**283.696.564**	**590.812.387**

a) Banco Citibank: Com o objetivo de financiar as necessidades de capital do projeto Mantiqueira, em 20 de dezembro de 2022 a Companhia celebrou com o CITIBANK uma Nota Promissória no valor de USD 32.166.508,99 a uma taxa de juros que corresponde ao SOFR (Secured Overnight Financing Rate) mais spread de 0,812% ao ano. Essa operação conta com um swap, onde a companhia tem como ponta ativa a variação cambial e as despesas de juros do empréstimo em dólar. A ponta passiva da Companhia corresponde a CDI mais spread. A operação foi contratada com uma taxa de câmbio (USD/BRL) de 5,285. Com o objetivo de financiar as necessidades de capital do projeto Chimarrão, em 20 de dezembro de 2022 a Companhia celebrou com o CITIBANK uma Nota Promissória no valor de USD 17.029.328,29 a uma taxa de juros que corresponde ao SOFR (Secured Overnight Financing Rate) mais spread de 0,812% ao ano. Essa operação conta com um swap, onde a companhia tem como ponta ativa a variação cambial e as despesas de juros do empréstimo em dólar. A ponta passiva da Companhia corresponde a CDI mais spread. A operação foi contratada com uma taxa de câmbio (USD/BRL) de 5,285. Com o objetivo de financiar as necessidades de capital do projeto Pampa, em 20 de dezembro de 2022 a Companhia celebrou com o CITIBANK uma Nota Promissória no valor de USD 9.082.308,42 a uma taxa de juros que corresponde ao SOFR (Secured Overnight Financing Rate) mais spread de 0,812% ao ano. Essa operação conta com um swap, onde a companhia tem como ponta ativa a variação cambial e as despesas de juros do empréstimo em dólar. A ponta passiva da Companhia corresponde a CDI mais spread. A operação foi contratada com uma taxa de câmbio (USD/BRL) de 5,285. **b) Banco Scotiabank:** Com o objetivo de financiar as necessidades de capital dos projetos Sertaneja, em 23 de dezembro de 2022 a Companhia celebrou com o THE BANK OF NOVA SCOTIA um contrato de financiamento no valor de USD 16.698.292,22. Sobre o saldo devedor incidirão juros calculados à taxa fixa de 4,9853% ao ano. Essa operação conta com um swap, onde a Companhia tem como ponta ativa a variação cambial e as despesas de juros do empréstimo em dólar. A ponta passiva da Companhia corresponde a CDI mais spread. A operação foi contratada com uma taxa de câmbio (USD/BRL) de 5,27. Com o objetivo de financiar as necessidades de capital dos projetos Dunas, em 23 de dezembro de 2022 a Companhia celebrou com o THE BANK OF NOVA SCOTIA um contrato de financiamento no valor de USD 37.381.404,17. Sobre o saldo devedor incidirão juros calculados à taxa fixa de 5,14% ao ano. Essa operação conta com um swap, onde a Companhia tem como ponta ativa a variação cambial e as despesas de juros do empréstimo em dólar. A ponta passiva da Companhia corresponde a CDI mais spread. A operação foi contratada com uma taxa de câmbio (USD/BRL) de 5,27.

14. Tributos e contribuições sociais	**2022**	**2021**
Obrigações trabalhistas	25.344	21.634,00
Obrigações sociais	703.503	880.189
Obrigações tributárias (i)	7.321.272	20.352.729
	8.050.119	**21.254.552**

(i) Em 2022 houve compensação no pagamento de IRPJ através de IR sobre recebimento de SWAP.

15. Adiantamento de clientes	**2022**	**2021**
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A	–	14.343.473
Dunas Transmissão de Energia S.A (a)	–	193.379.811
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A	77.400.283	87.822.156
Sant'Ana Transmissora de Energia S.A	10.465.890	10.544.335
Chimarrão Transmissora de Energia S. A	19.946.473	–
	107.812.646	**306.089.775**

a) Saldo de R$ 193.379.811 em Dunas Transmissão de Energia S.A e saldo de adiantamento de clientes em 2021 e baixado em janeiro de 2022.

16. Provisões	**2022**	**2021**
Provisão de construção		
Provisão para garantia de obra	41.935.060	37.360.056
Provisões trabalhistas		
Férias, gratificação e encargos	21.974.221	22.937.238
	63.909.281	**60.297.294**

17. Provisões para contingências: A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As causas para as quais os nossos assessores jurídicos consideram como perdas prováveis estão abaixo demonstradas:

Perdas prováveis:	**2022**	**2021**
Tributárias	–	802.497
Trabalhistas	8.321.797	7.759.695
	8.321.797	**8.562.192**

a) Perdas possíveis: As causas para as quais os nossos assessores jurídicos consideram como perdas possíveis estão abaixo demonstradas:

	2022	**2021**
Tributárias	951.968	4.719.378
Trabalhistas	2.145.504	2.188.703
Cíveis	25.287.111	25.462.698
	28.384.584	**32.370.779**

Quanto as contingências trabalhistas, a avaliação da probabilidade da perda para constituição de provisões no Grupo inclui estudo realizado pela administração através de evidências disponíveis, de forma a refletir despesas prováveis relacionadas rescisões trabalhistas associadas à desmobilização de pessoal em projeto. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas estão corretamente mensuradas e calculadas de maneira realista para possíveis riscos estimados com razoabilidade e estão devidamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **18. Capital social: O capital social da companhia é composto como segue:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito é de R$ 158.286.527, dividido em 253.985.994 ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

	Quantidades de Ações	%	**2022** Valor em Reais (R$)	**2021** Valor em Reais (R$)
Cymi Brasil S.L.U	253.257.054	99,95%	158.213.736	158.213.736
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda.	728.940	0,05%	72.789	72.789
	253.985.994	**100%**	**158.286.525**	**158.286.525**

a) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **b) Política de dividendos:** A Administração através de Assembleia Geral poderá atribuir participação nos lucros aos administradores, respeitando o dispositivo nos §§ 1º e 2º do art. 152 da lei n.º6.404/76 e suas alterações. **19. Receita operacional, líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2022	**2021**
Serviços prestados	190.098.735	216.512.456
ISS	(5.023.801)	(7.240.782)
ICMS	(175)	–
Deduções da receita operacional bruta	**(5.023.976)**	**(7.240.782)**
	185.074.759	**209.271.674**

As receitas em 31 de dezembro de 2022 são demonstradas no montante total de R$ 83.728.607 e R$ 47.977.667 como clientes grupo e clientes não grupo, além de R$ 58.392.461 de Produtos e Trabalhos em Curso. **20. Custos dos serviços prestados:** Os custos estão relacionados diretamente à construção da linha de transmissão de energia em 2022:

	2022	**2021**
Salários e encargos (a)	(11.889.146)	(17.028.813)
Ocupação	(384.634)	(1.519.652)
Gastos gerais	(16.858.249)	(27.245.154)
Serviços de Terceiros	(4.048.736)	(4.540.835)
Outros	(126.016)	(325.530)
	(33.306.781)	**(50.659.983)**

21. Despesas gerais e administrativas	**2022**	**2021**
Salários e encargos (a)	(17.876.991)	(17.062.427)
Ocupação	(331.937)	(758.649)
Gerais e Administrativas	(8.490.144)	(8.168.914)
Serviços de Terceiros	(775.895)	(3.678.579)
	(27.474.967)	**(29.668.568)**

22. Outras receitas e despesas operacionais

22.1 Ganholíquido na venda de investimento	**2022**	**2021**
Ganho Líquido de venda de investimento Giovani Sanguinetti	–	101.598.858
Perda líquida na venda de Investimento Veredas	–	(18.114.679)
	–	**83.484.179**

22.2 Reversão de Provisões	**2022**	**2021**
Reversões provisões despesas fundiárias (a)	13.675.050	20.373.759
	13.675.050	**20.373.759**

a) Os valores apresentados de R$ 13.675.050 são reversões de provisão constituidas em exercicios anteriores que foram reavaliadas pela Companhia em conjunto com as areas jurídica, engenharia e meio ambiente.

22.3 Outras receitas (despesas) operacionais	**2022**	**2021**
Recebimento de Bônus de Investimento–Giovani Sanguinetti		– 44.508.491
Recebimento – Ajuste de preço (venda de investida) (a)	31.211.283	-
Outras reversões	50.000	9.561.341
Amortização de Menos Valia	946.628	315.542
	32.207.911	**54.385.375**

a) Recebimento da Quantum Participações S.A. referente ao ajuste de preço na venda da investida Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., mensurado e efetivado em 2022, resultante do beneficio fiscal referente ao respectivo projeto, no valor de R$ 31.211.283 decorrente do despacho decisório pela RFB que difere-se o pedido de 75% do Imposto de renda adicionais calculados com base no lucro da exploração do empreendimento industrial instalada na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

23. Resultado financeiro líquido	**2022**	**2021**
Aplicações financeiras (a)	115.004.987	13.336.677
Variação cambial ativa	96.562.683	45.014.178
Total das receitas financeiras	**211.567.670**	**114.443.886**
Juros de empréstimos e financiamento	(19.711.783)	(12.097.572)
Swap	(115.356.242)	(46.630.160)
Comissão garantias	(22.414)	(47.399)
Outras despesas financeiras	(13.686)	(18.906)
IOF	(204)	(1.710)
Multa e juros	(532.185)	-
Perda Variação cambial Passiva	(11.298.886)	(67.768.434)
Total das despesas financeiras	**(146.935.400)**	**(126.564.181)**
Resultado financeiro líquido	**64.632.271**	**(12.120.295)**

a) Saldo de R$ 749.704.367 de aplicações financeiras em dezembro de 2021 decorrente da venda dos projetos Veredas Transmissora de Eletricidade S.A e Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A, com isso resultou em uma curva de juros menor no exercício de 2021 do que em 2022. **24. Imposto de renda e contribuição social: a. Impostos correntes**

	2022	**2021**
Lucro Líquido antes CSLL	**700.940.887**	**679.794.642**
(+) Adições	**11.383.466**	**21.235.637**
Provisão de rescisão	1.529.251	1.856.932
Provisão para garantia de obra	–	2.000.000
Provisão trabalhista	7.738.331	15.086.866
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	601.627	802.497
Outras adições	1.514.257	1.489.343
(–) Exclusões	**(480.832.286)**	**(437.225.605)**
Provisões	(77.962)	(243.803)
Reversão de Provisão	(7.840.336)	(20.373.759)
Reversão provisão de perda	(5.834.715)	(11.563.999)
Equivalência Patrimonial	(466.132.645)	(404.728.501)
Outras exclusões	(946.628)	(315.543)
Lucro Real antes compensações	**231.492.068**	**263.804.674**
Compensação prejuízos fiscais	–	(71.920.180)
Lucro real ou prejuízo fiscal	**231.492.068**	**191.884.494**
Provisão para os impostos de renda e contribuição social	**78.683.303**	**65.216.728**
Balancetes de IR e CS Anos anteriores	19.129	(7.913)
Provisão para o imposto de renda e contribuição social	**78.702.433**	**65.208.815**

b. Impostos diferidos: A companhia reavaliou no exercício de 2022 suas projeções de lucros tributáveis futuros e reconheceu saldo de imposto de renda no montante de R$ 26.154.300 e contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R$ 9.415.548 diferidos, para fins de atendimento ao CPC 32 – Tributos sobre os Lucros, como Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos constituídos sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais. A companhia estima o prazo de dois anos para recuperabilidade do imposto diferido.

	2022	**2021**
IR Diferido	24.867.529	26.154.300
CS Diferido	8.952.310	9.415.548
	33.819.839	35.569.848

	%	**2022** Diferenças Temporárias	**2021** Diferenças Temporárias
Amortização		(1.263.283)	–
Provisão de Gratificação		13.387.813	13.261.490
Provisão de Rescisão		6.856.798	7.803.917
Provisões Trabalhistas		7.720.170	7.759.695
Prov. para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas		601.627	802.497
Provisão para Garantia de Obra		34.537.444	37.360.056
Saldo do Prejuízo Fiscal Não-Operacional		37.629.546	37.629.546
Base Tributária		**99.470.114**	**104.617.201**
IR Diferido	25%	24.867.528	26.154.300
CSLL Diferido	9%	8.952.310	9.415.548
Total IR e CSLL Diferido		**33.819.839**	**35.569.848**

Reconciliação da Alíquota Real x Efetiva	**2022**	**2021**
Lucro Líquido antes CSLL	**700.940.887**	**679.794.642**
Alíquota Vigente de IR e CSLL no Brasil	34%	34%
Expectativa de despesa de IR+CSLL conf. Aliquota Vigente	**(238.319.902)**	**(231.130.178)**
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Adições Permanentes Líquidas	(192.994)	(399.092)
Provisões	1.320.493	4.227.991
Equivalência	158.485.099	137.604.690
Resultado transações partes relacionadas	–	–
IR+CSLL Diferido	(1.207.942)	35.027.780
Compensação prejuízos fiscais	–	24.452.861
Outras	4.871	31.913
	(79.910.374)	**(30.181.035)**
Despesas de IR+CSLL apresentada na DRE	**(79.910.374)**	**(30.181.035)**
IR+CSLL Corrente	(78.702.433)	(65.208.815)
IR+CSLL Diferido	(1.207.942)	35.027.780
Alíquota Efetiva de IR+CSLL	**11,40%**	**4,44%**

25. Gestão de riscos financeiros: a) Considerações gerais e políticas: A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Tesouraria e aprovados pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação da Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizados. **b) Fatores de riscos financeiros:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **c) Riscos de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **d) Riscos cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. **e) Riscos de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo.. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. **f) Riscos de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (se houver).

	2022	**2021**
Caixa	13.653	34.652
Bancos contas movimentos	701.862	2.508.824
Aplicações Financeiras	1.011.525.981	1.292.815.917
	1.012.241.497	**1.295.359.393**

g) Riscos de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais–por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

2022	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	590.812.388	–	–	–	590.812.388
Fornecedores	437.171	–	–	–	437.171
Adiantamento de clientes	107.812.646	–	–	–	107.812.646
	699.062.205	–	–	–	699.062.205

2021	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	434.768.260	–	–	–	434.768.260
Fornecedores	270.789	–	–	–	270.789
Adiantamento de clientes	306.089.774	–	–	–	306.089.774
	741.128.823	–	–	–	741.128.823

25.1 Gestão de Capital; Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto prazo conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumarizados:

	2022	**2021**
Empréstimos e financiamentos	(590.812.388)	(434.768.260)
Caixa e equivalentes de caixa	1.012.241.497	1.295.359.393
	421.429.109	860.591.133
Patrimônio líquido	2.092.590.332	1.654.365.287
Índice de alavancagem financeira	**30%**	**40%**

25.2 Estimativa do Valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/ IFRS 7–Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: **Nível 1**: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais; **Nível 2**: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). **26. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras companhias de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil com data de vigência de 31 de outubro de 2022 até 31 de outubro de 2023.

Natureza	**2022**	**2021**
Responsabilidade Civil (D&O)	30.000.000	30.000.000

27. Transações com Partes Relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)–Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir: **a) Nota explicativa 7: Clientes a receber – Partes Relacionadas**

	2022	**2021**
Verde Ambiental Alagoas S.A.	11.320	–
Cymi Saneamento e Participações S.A.	8.082	–
Cymi Tech Soluções e Sistemas Ltda.	5.641	–
Cymi O&M Ltda.	9.690	–
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda.	15.070	–
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	–	388.856
	49.803	**388.856**

b) Nota explicativa 8: Serviços prestados a faturar – Partes Relacionadas

	2022	**2021**
Dunas Transmissão de Energia S.A.	49.805.875	10.434.530
Pampa Transmissão de Energia S.A.	14.569.344	–
Sant'Ana Transmissora de Energia S.A.	645.770	–
Processos Judiciais	1.016.789	–
	66.037.778	**10.434.530**

c) Nota explicativa 17: Adiantamento de Clientes–Partes Relacionadas

	2022	**2021**
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	–	14.343.473
Dunas Transmissão de Energia S.A.	–	193.379.811
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	77.400.283	87.822.156
Sant'Ana Transmissora de Energia S.A.	10.465.890	10.544.335
	19.946.473	–
	107.812.646	**306.089.774**

d) Nota explicativa 19: Receitas por transmissora – Partes Relacionadas

	2022	**2021**
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	10.421.873	27.370.780
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	103.301.530	79.255.472
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.	–	12.402.770
Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A.	–	18.229.412
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	7.053.527	8.212.842
Pampa Transmissão de Energia S.A.	14.569.344	18.324.298
Dunas Transmissão de Energia S.A.	55.119.563	17.891.211
Outros serviços prestados a faturar	(367.102)	-
	190.098.735	**181.686.785**

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

e) Remuneração do pessoal chave da administração – Partes Relacionadas: a. Nota Explicativa 20 – Custo dos serviços prestados

	2022	2021
Salários	(3.371.619)	(3.778.836)
Benefícios	(32.350)	(35.745)
Encargos	(379.841)	(470.276)
	(3.783.810)	**(4.284.856)**

b. Nota explicativa 21 – Depesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários	(6.471.888)	(7.785.917)
Benefícios	(43.455)	(57.438)
Encargos	(1.303.589)	(1.137.817)
	(7.818.933)	**(8.981.173)**

28. Eventos Subsequentes: A administração, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, ao qual permite que ações já transitadas em julgadas sejam automaticamente revistas caso o STF se manifeste de forma contrária, informa que não existe perspectiva até a presente data, e quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações financeiras, bem como as operações da Companhia no futuro.

Diretores: Germán Sanchez Gonzalez;
Contador: Isabel Cristina C. da Silva - CRC RJ 108752/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Cymi Construções e Participações S.A. Rio de Janeiro–RJ: Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Cymi Construções e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cymi Construções e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme divulgado na Nota 3.2.3. h–Investimentos, a Companhia não consolidou as controladas Dunas Transmissora de Energia S.A., Cymi Saneamento e Participações S.A., Cymi Transmissora de Energia S.A. e Cymi Renováveis S.A., cujos investimentos estão mensurados com base no método de equivalência patrimonial. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essas controladas não se enquadram em todos requisitos de isenção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e, portanto, deveriam ter sido consolidadas. Se essas controladas tivessem sido consolidadas, demonstrações financeiras consolidadas teriam que ser apresentadas e alguns saldos poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, não foi possível para nós quantificar os efeitos dos ajustes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 7) Clientes a receber, nº 8) Serviços prestados a faturar, nº 15) Adiantamento de clientes e nº 27) Transações com partes relacionadas às demonstrações financeiras, as quais indicam que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido com terceiros. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023.
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ;
Marcelo Luiz Ferreira - Contador CRC RJ-087095/O-7.

COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR

CNPJ 11.628.243/0001-95

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, cumprindo disposições legais e sociais, submetemos à apreciação da V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 (Em mil Reais - R$)

ATIVO	2022	2021
Circulante	**29.601**	**5.527**
Disponibilidades	23.304	2.492
Realizável a curto prazo	6.297	3.035
Ativo Não Circulante	**5.779.514**	**5.792.204**
Realizável a longo prazo	4.561.559	4.561.560
Investimentos	1.217.089	1.230.530
Imobilizado	812	70
Intangível	54	44
Total do Ativo	**5.809.115**	**5.797.731**
PASSIVO		
Circulante	**1.057.865**	**1.030.146**
Fornecedores e Obrigações c/ terceiros	1.036.994	1.009.982
Salários e encargos sociais	1.802	2.260
Provisões trabalhistas	758	652
Tributos a recolher	1.444	385
Empréstimos	2.673	2.673
Outras obrigações	14.194	14.194
Não Circulante	**4.457.295**	**4.458.440**
Depósitos e garantias	624	645
Fornecedores LP	254.008	258.971
Contingências	7.333	3.494
Obrigações OUC	4.195.330	4.195.330
Patrimônio Líquido	**293.955**	**309.145**
Capital Social	5.262.490	5.262.490
Capital a Integralizar	(186.821)	(235.341)
Prejuízos Acumulados	(4.781.714)	(4.718.004)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**5.809.115**	**5.797.731**

Demonstração de Resultados em 31/12/2022 (Em mil Reais - R$)

	2022	2021
Receita Operacional Bruta	**4.038**	**2.111**
Receitas Acessórias	4.038	2.111
Deduções da Receita Bruta	**(354)**	**(177)**
Impostos e Contribuições	(354)	(177)
Receita Operacional Líquida	**3.684**	**1.934**
Despesas operacionais	**(98.256)**	**(44.997)**
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(94.572)**	**(43.063)**
Resultado Financeiro Líquido	**(27.493)**	**(84.386)**
Outras Receitas	**27.722**	**0**
Prejuízo do exercício	**(94.343)**	**(127.449)**
Ações em circulação no fim do período	52.624.904	52.624.904
Prejuízo por ação do capital social no fim do período	(1,79)	(2,42)

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2022 (Em mil Reais - R$)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(94.343)**	**(127.449)**
Ajuste exercício anterior	(69.197)	(69.197)
Resultado Abrangente do Exercício	**(163.540)**	**(196.646)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2022

(Em mil Reais - R$)	Capital Social			
	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**5.262.490**	**(235.341)**	**(4.718.004)**	**309.145**
Integralização de Capital	–	48.520	–	48.520
Prejuízo do exercício	–	–	(94.343)	(94.343)
Ajuste Exercício Anterior	–	–	30.633	30.633
Saldos em 31/12/2022	**5.262.490**	**(186.821)**	**(4.781.714)**	**293.955**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto em 31/12/2022

(Em mil Reais - R$)	2022	2021
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	**(9.955)**	**(162.614)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(33.061)**	**67.232**
Caixa líquido obtido nas atividades de financiamento	**63.828**	**97.182**
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	**20.812**	**1.800**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.492	692
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.304	2.492

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios 2022 e 2021

1. Contexto Operacional: A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP, foi criada pela Lei Complementar - LC nº 102/2009 e constituída sob a forma de uma sociedade por ações, na modalidade de Sociedade de Economia Mista - com controle do Município do Rio de Janeiro - com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com início das atividades em 03/03/2010. O objeto social da Companhia consiste em promover, direta ou indiretamente, a Operação Urbana Consorciada - OUC da Região do Porto do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 101 de 23/11/2019), que compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, visando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental, na área delimitada na totalidade dos bairros, Santo Cristo, Gamboa e Saúde, e parte do centro, Cidade Nova e São Cristóvão. Ademais, são atribuições da Companhia, promover, coordenar, colaborar, viabilizar ou executar, no âmbito de competência do Município do Rio de Janeiro, a implementação de concessões ou outras formas de associação, parcerias, ações e regimes legais que contribuam ao desenvolvimento da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, em conformidade com os estudos de viabilidade técnica, legal, ambiental e urbanística aprovados pela CDURP e pelos demais órgãos e autoridades públicas competentes; disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Pública, direta ou indireta, para concessionários e permissionários de serviço público, ou para outros entes privados, mediante cobrança de adequada contrapartida financeira; gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Município ou por seus demais acionistas, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título. Em 23/06/2022, foi decretada e sancionada a Lei Complementar - LC nº 251, que autoriza a Companhia a alterar o registro de sua razão social, de modo que passe a ser denominada Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - "CCPar". A Lei autoriza ainda, a incorporação da Companhia Carioca de Securitização - "RioSec", criada pela Lei Municipal nº 5.546 de 27/12/2012, que tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Com o advento da Lei nº 251/22, além das novas competências, a Companhia poderá fomentar e celebrar concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) em todo município do Rio de Janeiro. **2. Apresentação das demonstrações financeiras.:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições legais complementares vigentes. **3. Principais práticas contábeis adotadas. a) Exercício social:** O exercício social abrange os dados e documentos fornecidos no período de 01 de janeiro a 31/12/2022. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda utilizada para contabilização das operações é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real Mil e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma - NBC TG 26 (R5) - Apresentação das demonstrações contábeis. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado - consideradas de baixo risco - conforme prevê o § 2º, artigo 7º da LC nº 102/2009 - Lei de criação da CDURP. As aplicações financeiras existentes estão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **d) Imobilizado:** O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. **e) Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil-econômica estimada dos bens. **f) Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição. **g) Regime tributário:** A empresa está enquadrada no regime tributário lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. **h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i) Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com pronunciamento contábil NBC TG 03 R3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(94.232)	(127.449)
Resultado Operação Urbana - OUC	5.526	19.226
Ajuste Exercício Anterior	30.633	(69.197)
Depreciação e amortização	(40)	(43)
Baixa de Ativos	18.703	4.353
FIIRP Variação negativa de cotas	27.047	8.985
Redução (aumento) em valores a receber	(3.222)	(727)
Aumento (redução) em valores a pagar	3.818	394
Aumento (redução) em fornecedores e obrigações de terceiros	2.016	386
Aumento (redução) em tributos a recolher	148	(5)
Aumento (redução) em salários e encargos sociais	(458)	1.434
Aumento (redução) em provisões trabalhistas	106	29
	(9.955)	**(162.614)**

j) Redução do valor recuperável de ativos e depreciação: Os saldos de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos ou alteração nas vidas úteis e valores residuais do imobilizado em 31/12/2022. **k) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado pelo regime contábil de competência, preceituado no art. 9º da resolução CFC nº 1282, de 28/05/2010, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade - (PC). **l) Resultado por ação:** A apuração do resultado por ação é feita com base no resultado líquido do período, dividido pela quantidade de ações em circulação ao final do exercício.

Gustavo Di Sabato Guerrante - Diretor Presidente
Luiz Eduardo Oliveira da Silva - Diretor de Operações
Luiz Orione Sousa Nunes - Diretor de Administração e Finanças
Adriano Rodrigues Barbosa
Gerente de Administração e Finanças - CRC. 108523/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis: Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP**, em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Prejuízos sucessivos:** Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para os sucessivos prejuízos que a companhia vem apresentando nos últimos anos, sendo R$ 127,449 milhões em 2021 e R$ 94,343 milhões em 2022. Seu Patrimônio Líquido está diminuindo, foi de R$ 309,145 milhões em 2021 e de R$ 293,955 milhões em 2022. As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. **Iliquidez de fundos imobiliários:** Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19, onde a companhia assumiu as despesas operacionais da OUC (Operação Urbana Consorciada), em virtude de ocorrência de Iliquidez do FIIPM, com a contratação dos serviços e consequente manutenção de pagamento, ocasionando um impacto significativo no Resultado da Companhia. **Outros Assuntos: Auditoria do período anterior:** As demonstrações contábeis da **Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP** para o exercício findo em 31/12/2021 foram por examinadas por outros auditores independentes, e emitiram relatório em 29/03/2022 com opinião sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de fevereiro de 2023
STAFF Auditoria e Assessoria - CRC2SP023856/O-1 "S" RJ
Roberto Araújo de Souza - CTCRC1SP242826/O-3 "S" RJ - Sócio Responsável

Parecer Conselho de Administração: O Conselho de Administração da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR , no exercício das suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer da Auditoria Geral (RAG nº 29/2023), Relatório da Auditoria Independente datado de 27 de fevereiro de 2023 e Parecer do Conselho Fiscal. O citado Conselho opina favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos, dentro dos termos do parecer do Conselho Fiscal datado de 12 de abril de 2023, observando-se as ressalvas referidas nos relatórios de Auditoria, e nas atas do Conselho Fiscal, com relação ao exercício base 2022. Submete, portanto, às demonstrações financeiras para apreciação e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023.

Fernando dos Santos Dionísio - Presidente do Conselho.
Alfredo d'Escrangnolle Taunay Junqueira - Conselheiro.
Jorge Luiz de Souza Arraes - Presidente do Conselho.
Nilton Caldeira da Fonseca Filho - Conselheiro.

Parecer do Conselho Fiscal - Exercício 2022: O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelo art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelo art. 26 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, procedeu ao exame das seguintes peças: 1. Demonstrações Contábeis do exercício de 2022; 2. Relatório anual da gestão - Processo CCP-PRO - 2023/00037; 3. Parecer da Auditoria Interna - RAG nº 29/2023; e 4. Parecer da Auditoria Externa - Staff Auditoria e Assessoria. Considerando a documentação analisada, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das demonstrações contábeis, contudo alerta para as ressalvas contidas no relatório da auditoria interna e externa e também para os apontamentos contidos nas atas do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.

Guilherme Zenha Silveira - Conselheiro Fiscal Titular (Presidente).
Rosemary de Azevedo Carvalho T. de Macedo - Conselheira Fiscal Titular.
Waldomiro Lucas de Paiva - Conselheiro Fiscal Suplente
José Paulo de Menezes Júnior - Conselheiro Fiscal Titular

Diário do Acionista
publicidade@diariodoacionista.com.br
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

OUTONO: Sol com nuvens durante o dia, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 28º 22º 85% 06:11 17:30

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

60º Dia Mundial de Oração pelas vocações

'Vocação, graça e missão'

Celebramos no 4º domingo da Páscoa, neste ano, dia 30 de abril, o Domingo do Bom Pastor e nesse domingo acontece o Dia Mundial de Oração pelas Vocações Sacerdotais e Religiosas. Chegamos nesse ano de 2023 ao sexagésimo Dia Mundial de Oração pelas Vocações. O Papa Francisco enviou uma mensagem com o tema: "Vocação, graça e missão", que é o mesmo do nosso ano vocacional. Na verdade, temos que rezar sempre pelas vocações, todos os dias, para que possamos ter bons e santos padres e religiosos. Temos que intensificar as nossas orações para que os jovens se sintam atraídos por Jesus Cristo e abracem a vocação. Aqui em nossa arquidiocese adotamos uma oração pelas vocações sacerdotais que rezamos em todas as missas. Mesmo que o ano vocacional contemple todas as vocações, o pedido ao Senhor da messe e pastor do rebanho é que não faltem operários.

Convido nesse dia a rezarmos também por aqueles que estão no ministério, sejam padres ou religiosos e religiosas, para que sejam perseverantes e não desistam. Precisamos trabalhar incessantemente pela promoção das vocações sacerdotais, com a oração e com o incentivo à manutenção dos nossos seminários e casas religiosas. Mas necessitamos dobrar os nossos joelhos e rezar pedindo a Jesus Bom Pastor novas e santas vocações, pois a messe é grande.

Intensifiquemos as nossas orações para que os corações respondam com generosidade e coragem ao chamado de Deus. Façamos em nossas paróquias a promoção vocacional, incentivemos os jovens de nossas paróquias a abraçarem a vocação. Procure se informar se em sua paróquia existe o SAV (Serviço de Animação Vocacional) e outras iniciativas, em especial a Obra das Vocações Sacerdotais (OVS). Por meio do incentivo da Pastoral Vocacional, o jovem conversa com o padre e diz sobre o interesse de abraçar o ministério sacerdotal ou religioso. Depois, o padre encaminha esse jovem ao serviço de animação vocacional no seu vicariato, ou para o Grupo Vocacional Arquidiocesano ou, se for menor, para o Clube Vocacional.

Estamos em um ano especial para a Igreja no Brasil, pois vivenciamos o IIIº Ano Vocacional que tem como tema: "Vocação, graça e missão" e como lema: "Corações ardentes, pés a caminho". Quem sabe como fruto deste ano vocacional possamos dar passos no entusiasmo vocacional em nossas comunidades e, ainda, quem sabe possamos enviar um ou mais jovens de nossa paróquia para o Seminário Arquidiocesano São José ou casa religiosa.

Por isso, na ocasião do Domingo do Bom Pastor, todos são convidados a rezar por todas as vocações. Esta data foi instituída pelo Papa São Paulo VI, no ano de 1964, durante o Concílio Ecumênico Vaticano II. Um novo tempo estava surgindo para a Igreja e precisava de pessoas dispostas a contribuir com esse novo tempo que estava surgindo. Um ano mais tarde, em dezembro de 1965, também como fruto do Concílio Ecumênico Vaticano II, foi lançado o Decreto Conciliar Presbyterorum Ordinis, que trata especificamente do ministério e vida do presbítero.

O SAV (Serviço de Animação Vocacional) da nossa Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro promoverá algumas ações nesse Domingo do Bom Pastor. Participemos dos momentos de oração nesse dia, pedindo a Virgem Maria, Mãe das Vocações, que suscite a abertura do coração ao Espírito Santo para que muitos jovens aceitem o chamado de Deus.

Durante o ano, temos outros momentos para rezar pelas vocações e por todos os padres. Na Quinta-Feira Santa, que é o dia da instituição da Eucaristia, e no dia 4 de agosto, que é o Dia do Padre, na memória de São João Maria Vianney, na Solenidade do Sagrado Coração, rezamos pela santificação dos sacerdotes, e, em tantas outras ocasiões. No Domingo do Bom Pastor é mais uma oportunidade que temos para rezar pelas vocações de um modo geral e pela perseverança de todos os padres, que sempre precisam de nossa oração e apoio para continuarem as suas missões.

No domingo dedicado ao Cristo Bom Pastor, queremos que todos os padres sejam moldados à semelhança do Cristo Bom Pastor, para que possam cuidar das ovelhas, e que conheçam a cada uma pelo nome, indo atrás daquelas que estão doentes ou desgarradas. O Bom Pastor não é mercenário e nem ladrão, mas caminha junto com as ovelhas e deseja que nenhuma das suas ovelhas se perca. O Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, tem insistido muito na "Igreja em Saída", ou seja, não devemos ficar na Igreja, dentro das sacristias, esperando as pessoas irem buscar os sacramentos ou uma orientação, mas temos que sair de nossas sacristias e ir ao encontro do povo, anunciando o Evangelho, ou seja, a boa notícia da salvação em Jesus Cristo Salvador. Assim deve ser o Bom Pastor, que vai atrás das ovelhas.

Rezemos neste domingo pelos bispos que são sucessores dos apóstolos, que são chamados a serem bons pastores e a cuidarem do rebanho a eles confiados. Que sejam bons pastores e cuidem das ovelhas, tanto padres, como todo o povo de Deus.

Neste domingo, rezemos por todos aqueles que são escolhidos para cuidarem do rebanho, diáconos, sacerdotes e bispos. Rezemos, ainda, pelos seminaristas que estão trilhando o caminho rumo ao sacerdócio, para que progridam e sigam firmes no propósito escolhido. Jesus nos ensinou a rezar e pedir para que nunca faltem operários para a messe, pois a messe é grande e os operários são poucos. Que esses operários tenham a missão de infundir e divulgar a Palavra de Deus no mundo. Hoje em dia se faz mais do que necessário o anúncio da Palavra e que, por meio do anúncio dessa Palavra, tenhamos a paz e a reconciliação.

Inspirados pelas palavras de Jesus e iluminados pelo Espírito Santo, rezemos por todas as vocações para que continuem a missão de serem bons pastores e servidores do Reino de Deus em suas comunidades e dioceses. Que os consagrados não deixem as suas ovelhas se dispersarem, mas vão atrás, sobretudo, das feridas e perdidas. A exemplo de Jesus, que os sacerdotes tenham o cheiro das ovelhas e conheçam cada uma pelo nome, do mesmo modo que Jesus nos conhece.

Transporte

SuperVia decide encerrar operação dos trens do Rio

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), anunciou ontem que a SuperVia, empresa responsável pelos trens urbanos no estado, decidiu deixar o serviço.

Com isso, a gestão estadual quer fazer uma nova licitação para outra companhia assumir a concessão.

"O serviço é péssimo. Só abrir os telejornais todo dia para ver. Se não querem mais, eles saem e a gente vai botar outro que faça bem feito", afirmou o governador.

Procurada, a Supervia disse que não irá comentar o assunto. A Mitsui, que controla a empresa, não respondeu até a publicação deste texto.

A Secretaria Estadual de Transportes recebeu na quarta-feira passada um ofício no qual a companhia comunica que desistiu de operar o serviço.

Entre as justificativas, estão desequilíbrio financeiro, perda de receita com a pandemia e prejuízo com o furto de cabos e o congelamento da tarifa.

Uma reunião foi marcada para esta quinta para formalizar o fim da concessão. "Hoje eu vou entender se eles querem sair imediatamente ou se querem repassar a alguém, se já tem alguém no radar deles", disse o governador.

O controle acionário da concessionária é da Mitsui desde 2019. O contrato atual da empresa venceria em outubro deste ano. Em 2010, um aditivo prorrogou essa concessão até 2043. Mas esse aumento do prazo estava condicionado a uma série de investimentos que o estado entende que não foram honrados.

A SuperVia opera o serviço de trens urbanos em 12 municípios da Região Metropolitana do Rio desde 1998 e está em recuperação judicial desde 2021.

A malha ferroviária tem 270 km de extensão dividida em cinco ramais, três extensões e 104 estações. Hoje, o sistema transporta cerca de 350 mil passageiros por dia. Antes da pandemia, a média diária chegava a 600 mil.

Nova Iguaçu

Dois homens ligados a grupo de extermínio são condenados

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu condenou dois homens acusados de matar duas pessoas no município da Baixada Fluminense. Pablo Alexandre Oliveira dos Santos, conhecido como Meio-Quilo, foi condenado a 45 anos e seis meses de reclusão e Marcos André Oliveira da Silva, o Marquinhos Cascão, a 33 anos e nove meses de prisão. As vítimas, Marlon Henrique de Oliveira da Silva e Diogo dos Santos Pestano, foram mortas em um bar no bairro de Ambaí, em Nova Iguaçu, em 2015.

O réu Mario Barbosa Marques Júnior, conhecido como Van Damme, foi morto na quarta-feira, junto com o irmão e uma mulher, quando o carro em que estavam foi cercado por vários homens armados. Ele estava seguindo para o julgamento, de acordo com informações da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense. No carro, além de Van Damme, estava o irmão dele, o policial militar Wagner Rodrigues Marques, e uma mulher não identificada. Vários homens armados de fuzil emparelharam com o carro deles e desceram atirando. Mais de 40 tiros foram disparados contra os três que morreram na hora.

GRUPO DE EXTERMÍNIO

A denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) destaca que os três réus ingressaram no bar onde se encontravam as vítimas e abriram fogo contra os dois homens, sob o argumento de que Marlon e Diogo teriam roubado o salão de beleza da namorada de Mario, que seria líder de um grupo de extermínio que age na Baixada Fluminense.

De acordo com o promotor de Justiça Bruno de Faria Bezerra, responsável pela sustentação oral no julgamento, Pablo figura em outras acusações de homicídio e seria um braço armado responsável por execuções da milícia do bairro da Grama.

Cadeira 8

Escritor e filólogo Ricardo Cavaliere é eleito novo imortal da ABL

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O filólogo e escritor Ricardo Cavaliere foi eleito ontem novo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). Eleito com 35 dos 38 votos, ele vai ocupar a Cadeira 8, vaga desde a morte da escritora Cleonice Berardinelli, em janeiro deste ano. Concorreram à vaga mais quatro candidatos: o cartunista Mauricio de Sousa; o jornalista, produtor e escritor James Akel; o escritor e crítico literário Joaquim Branco, e o advogado José Alberto Couto Maciel.

Cavaliere tem graduação em letras (português/inglês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1975), mestrado em língua portuguesa (Letras Vernáculas) pela UFRJ (1990), e doutorado em língua portuguesa (Letras Vernáculas), pela UFRJ (1997). Também possui graduação em direito pela mesma universidade (1996). Fez estágio de pós-doutorado em história da gramática no Brasil, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), sob supervisão do acadêmico ocupante da Cadeira 33, o professor e filólogo Evanildo Bechara.

Tem experiência na área de letras e linguística, com ênfase na descrição do português e na historiografia dos estudos linguísticos. Dentre suas obras, destacam-se: *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira e Pontos Essenciais em Fonética e Fonologia*. Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. É membro da Academia Brasileira de Filologia. Também tem experiência como conselheiro no Real Gabinete Português de Leitura, que lhe conferiu o título de Grande Benemérito, entre outros.

Baixada

Professora é demitida após queixa de agressão entre alunos no RJ

Uma professora temporária da rede municipal de São João de Meriti, na região metropolitana do Rio de Janeiro, foi demitida após denúncia de pais de que ela teria incentivado agressões entre alunos de 11 anos em sala.

O caso, que está sendo investigado pela Polícia Civil, aconteceu na segunda-feira passada, na escola municipal Professora Graça Grijó. O nome da docente, que não era concursada, não foi divulgado.

Segundo laudo do Instituto Médico Legal (IML), uma das crianças teve uma lesão na lateral da cabeça.

A Secretaria de Educação do município declarou que, assim que soube das agressões, rescindiu o contrato da professora, que tinha começado a trabalhar na escola havia apenas um mês.

A pasta afirmou ainda que abriu uma sindicância para investigar se a funcionária de fato incentivou os alunos a baterem uns nos outros. A polícia não soube informar se a professora já tinha apresentado advogado até a tarde desta quinta-feira.

De acordo com Felipe Lanna, advogado da família da criança agredida, a professora puxou uma brincadeira no momento que fazia a chamada da turma.

Quando o nome da era chamado, o estudante deveria falar um "meme" ou levaria uma "moca" (espécie de cascudo, no jargão popular). Caso respondesse errado, os demais alunos batiam na criança, o que, segundo relato, foi incentivado pela professora.

"É uma brincadeira chamada meme ou moca. Para a gente, que tem uma certa idade, é o tal do corredor polonês. Só que essa atitude foi capitaneada pela própria professora", diz o advogado.

WEGA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA
CNPJ 27.390.565/0001-89
EXTRAVIO DE DOCUMENTOS
WEGA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA, declara, o extravio de todas as vias do registro de Transformação sob nº 429.550/22-4 em sessão 23/08/22 perante JUCESP.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO LICENÇA
Condomínio Le Gusta Centro de Gastronomia Y Negócios, CNPJ nº 29.529.710/0001-95, torna público que requereu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.155/2014 a renovação da Licença Municipal de Operação - LMO Nº 002357/2018, para a atividade de Estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado com aeração prolongada com vazão média de 1,23 l/s e carga orgânica de 38,00 kg DBO/dia. Localizado na Rua Professora Luiza Nogueira Gonçalves, 350 – Recreio dos Bandeirantes/RJ.

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19 - NIRE: 33.3.00322574
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13/04/2017: DATA, HORA E LOCAL: Em 13/04/2017, às 14:00 horas, na sede da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1003-parte e 1004-parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Daniel Agustín Bilat, que convidou o Sr. Leandro da Silva Reis para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a: (i) a celebração de Instrumentos Particulares de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC e o aporte de recursos e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação do Conselho. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: **(i)** Nos termos do art. 13, (x) do Estatuto Social, a celebração pela Companhia de (a) Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC ("AFAC") com a Cymi Construções e Participações S.A., por meio do qual essa última disponibilizará à Companhia o montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em até 10 (dez dias) úteis a partir da presente, conforme cláusulas e disposições negociadas pela Diretoria; e (b) AFAC com o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, por meio do qual essa última disponibilizará à Companhia o montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em até 10 (dez dias) úteis a partir da presente, conforme cláusulas e disposições negociadas pela Diretoria. **(ii)** A autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação acima do Conselho. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos conselheiros presentes. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. RJ, 13/04/2017. **MESA:** Daniel Agustín Bilat **- Presidente;** Leandro da Silva Reis **Secretário.** Bruna Lage Richter - OAB/RJ 158.899. Jucerja nº 3030142 em 18/04/2017.

TRIBUNAIS DE CONTAS

Fiscalização: 57% das salas de aulas do país são inadequadas

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Fiscalização feita por 32 tribunais de Contas, nos últimos dias 24, 25 e 26, constatou que 57% das salas de aulas visitadas no país são inadequadas como local de estudo. Ao longo de três dias, os fiscais foram a 1.082 escolas públicas, estaduais e municipais, de 537 cidades de todos os estados e do Distrito Federal.

Foram averiguados, aproximadamente, 200 itens de infraestrutura nos colégios. Os principais problemas encontrados foram janelas, ventiladores e móveis quebrados; iluminação e ventilação insuficientes; infiltrações e paredes mofadas. Também foram detectadas falhas na limpeza e higienização das dependências escolares.

"Numa determinada unidade de ensino, dentro da sala de aula estava também o fogão e o botijão de gás para o preparo da merenda escolar, com a panela de pressão em cima do fogão", destacou o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola.

A ação, chamada de Operação Educação, feita pela Atricon em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), encontrou 31% das escolas visitadas sem coleta de esgoto e 8%, sem coleta de lixo.

Em 89% dos colégios vistoriados não havia Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento que atesta o cumprimento de regras de combate a incêndios. O levantamento mostrou ainda que 86% das escolas não tinham hidrantes; 44% não tinham extintores; e 28% estavam com extintores fora da validade.

"É inadmissível que lugares com tamanha circulação de pessoas, crianças, em sua maioria, não atendam a critérios básicos de segurança. Além disso, sabemos que, para um bom aprendizado, não bastam livros e professores. O ambiente que cerca o aluno também é importantíssimo. Como podemos esperar que esses jovens retenham conhecimento em condições tão adversas?", destacou o presidente do TCSP, Sidney Beraldo.

COMPUTADORES

A fiscalização encontrou ainda 63% das escolas sem bibliotecas; 63% sem sala de leitura; e 88% sem laboratório ou sala de informática. Na área de segurança, 57% dos colégios não tinham nenhuma câmera de monitoramento; 45% estavam sem vigilância particular ou ronda escolar; e 87% não tingam botão de pânico ou equipamento equivalente.

Os fiscais encontraram em 53% das escolas visitadas problemas na entrada do prédio. Entre elas, 17% tinham muro ou paredes com buracos que permitem o acesso de estranhos; 8% tinham portão vandalizado ou danificado; e 10% tinham controle de portaria inadequado.

"Os Tribunais de Contas, com esses elementos, terão subsídios para novas fiscalizações, recomendações e determinações e, conforme o caso, até a aplicação de sanções. E, quanto aos recursos necessários, é preciso lembrar que os valores não investidos em 2020 e 2021 na manutenção e desenvolvimento do ensino deverão ser aplicados pelos municípios e pelos estados, agora em 2023", ressaltou Miola.

CAPITAL PAULISTA

Na capital paulista, os fiscais encontraram condições críticas relacionadas à segurança e a prevenção de incêndios. Ao todo, 36 escolas municipais administradas pela prefeitura de São Paulo foram visitadas.

De acordo com a fiscalização, 86% das escolas paulistanas não tinham AVCB com validade adequada; 41% delas não tinham hidrantes e uma delas não tinha extintores de incêndio. O botão de pânico já havia sido instalado em seis das 36 escolas visitadas, mas 14 delas não tinham vigilância particular ou ronda escolar, o que equivale a 38% das escolas. Ao todo, 27 das 36 escolas tinham câmeras de segurança, mas em uma delas as câmeras não funcionaram no ato da vistoria.

ATAQUE GOLPISTAS

STF forma maioria para tornar réus mais 200 denunciados

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para abrir ações penais contra mais 200 acusados de participar dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

O julgamento dessa segunda leva de denunciados teve início com o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes. Ele defendeu que as denúncias sejam aceitas e que os investigados se tornem réus.

Acompanharam Moraes os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. Ainda faltam votar Gilmar Mendes, Rosa Weber, Kassio Nunes Marques e André Mendonça.

Esta é a segunda leva de julgamentos das 1.390 pessoas denunciadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) por envolvimento nos ataques. A previsão de término do julgamento no plenário virtual do STF é 2 de maio.

Outras 250 denúncias serão julgadas da 0h do dia 3 de maio até as 23h59 do dia 8. Com isso, chegarão a 550 denúncias analisadas.

Um primeiro grupo de 100 pessoas denunciadas por envolvimento nos ataques do 8 de janeiro foi analisado em julgamento na semana passada. Na ocasião, a maioria do STF decidiu pela abertura das ações penais --Kassio e Mendonça, os dois ministros indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), apresentaram divergências parciais.

O principal ponto de divergência é que Kassio e Mendonça entenderam que deveriam ser rejeitadas as denúncias contra os 50 investigados no inquérito dos instigadores e autores intelectuais dos ataques. Eles também argumentaram que o caso não era de competência do STF.

Em ambos julgamentos, Moraes sustentou a existência de justa causa para a abertura de ação penal. No caso agora em análise, são 100 acusados no âmbito do inquérito instaurado para apontar os executores dos atos e outros 100 na apuração sobre incitadores e autores intelectuais.

A PGR não deu publicidade às denúncias, mas em manifestações sobre o caso, afirmou haver conjunto probatório para sustentar a acusação, como imagens, mensagens e testemunhos que revelam que existiu uma situação estável e permanente de uma associação formada por centenas de pessoas para atentar contra as instituições.

FRAUDE ELEITORAL

Cármen Lúcia rebate Kassio no TSE em ação sobre cota

A ministra Cármen Lúcia rebateu comentários do colega Kassio Nunes Marques durante discussão sobre um caso de fraude eleitoral no Ceará em sessão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Ontem, a corte eleitoral concluiu, por 4 votos a 3, que houve fraude à cota de gênero pelo Cidadania na eleição de 2020 nas candidaturas para vereador em Itaiçaba (CE).

Durante a sessão, Kassio disse ser necessário "ter empatia" e que a candidata em questão foi "abandonada" pelo partido. Cármen discordou da fala e reforçou o desejo das mulheres por respeito.

"Entendo quando Vossa Excelência afirma, de forma que soa quase paternal, que é preciso ter empatia (...) Quando se fala que o partido abandonou, como outrora se dizia que o marido abandonou, coitada. Não queremos ser coitadas, queremos ser cidadãs iguais".

A ministra disse ainda ser preciso reconhecer a candidata "como pessoa dotada de autonomia, sem precisar ser amparada ou gotejada. Isso é o que nós, mulheres, não queremos".

"O que a gente quer, nós, mulheres, não é empatia, mas respeito aos nossos direitos. Tem que reconhecê-la como pessoa dotada de autonomia, sem precisar ser amparada ou gotejada. Isso é o que nós, mulheres, não queremos", disse a ministra.

"Entendo quando Vossa Excelência afirma, de forma que soa quase paternal, que é preciso ter empatia. Sabemos exatamente o que é ser tratada com desvalor. Não é desvalorizando e achando que mulheres são coitadas, porque coitadas não somos, somos pessoas autônomas igualmente e, por isso, quando se fala que o partido abandonou, como outrora se dizia que o marido abandonou, coitada. Não queremos ser coitadas, queremos ser cidadãs iguais", continuou.

FICHA SUJA

STJ anula condenação e livra Lira de risco de inelegibilidade

O ministro Humberto Martins, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), anulou uma condenação por improbidade administrativa da Justiça de Alagoas contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em decisão do dia 13 de abril. A medida livra o deputado de possível inelegibilidade com base na Lei da Ficha Limpa.

Lira e outros parlamentares foram condenados pela Justiça de Alagoas em decorrência da Operação Taturana, da Polícia Federal, que investigou suposto esquema de desvio de recursos da Assembleia Legislativa. O hoje presidente da Câmara foi deputado estadual de 1999 a 2010.

Lira foi condenado por pagar empréstimos pessoais com recursos de verba de gabinete e utilizar cheques emitidos da conta da Assembleia para garantir financiamentos também pessoais.

A acusação apresentada pelo Ministério Público trazia ainda outras suspeitas, como movimentação financeira atípica de R$ 9,5 milhões (em valores não corrigidos) e desconto na boca do caixa de cheques emitidos pela Assembleia em favor de servidores fantasmas e laranjas.

Martins acatou o recurso da defesa que, entre outros argumentos, alegou que Lira foi julgado e condenado sem ter sido citado para apresentar contestação, na forma da legislação processual civil.

Segundo os advogados, foi determinada a citação de seus patronos por meio de mero despacho publicado no Diário Oficial, "o que significa afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo sido, portanto, julgado à revelia".

QUARTÉIS

Moraes manda soltar 12 golpistas presos em 8/1

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar 12 pessoas que foram detidos em frente a quartéis do Exército em Rio Branco e Belém no dia 8 de janeiro.

Ao analisar o pedido de soltura feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Moraes entendeu a investigação relacionada aos acusados não tem relação com o processo que está no Supremo e apura os atos golpistas em Brasília. Para o ministro, os acusados devem ser processados pela Justiça Federal localizada em suas cidades.

Em substituição à prisão preventiva, Moraes determinou que os 12 investigados deverão usar tornozeleira eletrônica, comparecer semanalmente à Justiça e deverão entregar o passaporte. Eles também estão proibidos de acessar as redes sociais.

Para justificar o pedido de soltura, a PGR argumentou que os investigados são acusados da prática do crime de incitação de animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais, cuja pena máxima é inferior a 4 anos de prisão, não sendo cabível a prisão preventiva, que poderia ser substituída por cautelares.

GOLPISTAS INFILTRADOS

Governo Lula exonera mais 58 servidores do GSI

O governo federal anunciou ontem a demissão de mais 58 servidores do GSI (Gabinete de Segurança Institucional). O órgão entrou em crise após a divulgação de imagens do ex-ministro da pasta Gonçalves Dias dentro do Palácio do Planalto no momento em que vândalos destruíam o local, em 8 de janeiro.

"Dando prosseguimento à renovação do quadro de funcionários do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o ministro interino Ricardo Cappelli (**foto**) autorizou ontem a exoneração de mais 58 servidores. As dispensas serão publicadas na próxima edição do Diário Oficial da União", disse o órgão em nota.

Cappelli anunciou ainda que vai editar uma portaria para exigir a comprovação das vacinas contra a Covid-19 para todos os servidores do GSI.

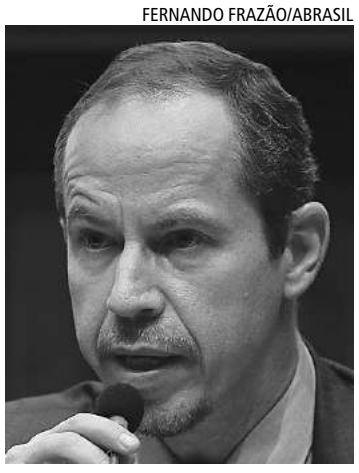
"Quem mantém contato com o presidente da República deve cumprir o que orientam as autoridades sanitárias", escreveu o ministro interino, em suas redes sociais.

Antes as exonerações desta quinta-feira, o GSI contava com um efetivo total de 1.014 servidores. Desse total, 881 são militares e 133 são civis.

Na quarta-feira passada, já tinham sido exonerados outros 29 funcionários, dentre eles 24 oriundos das Forças Armadas.

Deixaram o governo na quarta os secretários de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, brigadeiro Max Moreira, de Segurança e Coordenação Presidencial, general Marcius Netto, e de Coordenação de Sistemas, contra-almirante, Marcelo Gomes.

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL



Também foram exonerados o diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, coronel Ivan Karpischin, cinco supervisores e outros cinco assistentes.

As demissões ocorrem em meio a uma disputa no governo sobre manter um militar ou colocar um civil à frente do GSI após a saída do general Gonçalves Dias.

Os auxiliares que defendem manter o ministério sob o comando dos militares acreditam ser essa a alternativa que trará menos traumas e ruídos políticos. Já os integrantes do governo que defendem um civil à frente do órgão sustentam uma reestruturação completa do ministério.

Entre os demitidos, estão remanescentes do governo de Jair Bolsonaro (PL).

Marcius Netto, por exemplo, já ocupava um cargo de diretoria no GSI na gestão anterior. Lula o manteve no cargo e, algumas semanas após os ataques de 8 de janeiro, apenas o remanejou para outro cargo de diretoria.

Ele assumiu a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI no dia 24 de janeiro, deixando o cargo de chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão do Departamento-Geral do Pessoal.

Os outros exonerados são da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, além de uma civil.

Antes das novas exonerações, o governo Lula afirmava já ter promovido a troca de 35% do efetivo do GSI, órgão que se tornou muito associado a Bolsonaro nos últimos quatro anos.

O ministro interino da pasta, Ricardo Cappelli, vinha dizendo nos últimos dias que Lula havia pedido a ele que acelerasse as trocas no ministério.

Com o retorno de Lula, que estava em viagem à Europa nos últimos dias, o presidente e seus auxiliares vão tomar uma decisão sobre o futuro do GSI, definindo o nome do ministro e as atribuições do órgão, que acabou desidratado, sem a atribuição de realizar a segurança pessoal de Lula, além de perder o comando da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que passou para a Casa Civil.

EMPRESA UCRANIANA

Governo Tarcísio se envolve em 'fake news'

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) discute demitir o secretário de Relações Internacionais, Lucas Ferraz, no que seria a primeira baixa em sua equipe. O motivo é a polêmica a respeito da divulgação de informações a respeito de uma suposta negociação do governo de São Paulo com a empresa ucraniana Antonov.

Reportagem da CNN Brasil afirmou que a Antonov deixou de investir US$ 50 bilhões no Brasil devido a falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a respeito da guerra entre Rússia e Ucrânia. Após desmentido público da empresa, a CNN Brasil publicou reportagem em que a secretaria de Negócios Internacionais, comandada por Ferraz, afirma ter recebido representantes da Antonov para tratar do tema. A estatal ucraniana soltou nova nota em que diz não ter representantes no Brasil.No Palácio dos Bandeirantes, há forte suspeita de que os supostos funcionários da empresa não são da Antonov e que o governo caiu em uma espécie de armadilha. Houve várias reuniões ao longo do dia. Auxiliares do governo disseram que o episódio deixou Ferraz "queimado". O episódio é considerado desastroso por auxiliares do governador porque criou uma crise com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nas redes sociais, ministros de Lula criticaram Tarcísio, acusando-o de produzir fake news contra a administração federal. "É lamentável ver o Governo de SP produzir, 'oficialmente', fake news contra o governo federal. Eu fui governador de SP, o presidente também não era do meu partido, mas tínhamos atitudes republicanas, respeitosas. Esse nunca foi o padrão de São Paulo", escreveu Márcio França, ministro de Portos e Aeroportos.

OUTONO: Nublado à tarde. Pode garoar de manhã e à noite. Manhã Tarde Noite 23º 18º 45% 06:24 17:41

HERDEIRO VAGABUNDO

Delegadas são suspeitas de favorecer Thiago Brennand

Ao menos duas delegadas são investigadas pela atuação em casos que envolvem o herdeiro Thiago Brennand, 43, que deve chegar ao Brasil nos próximos dias, após extradição dos Emirados Árabes.

As delegadas investigadas são Nuris Pegoretti e Maria Corsato. Por meio de nota, a Polícia Civil afirma que ambas respondem a procedimentos administrativos e processos na Corregedoria Geral da Polícia Civil. Há, ainda, uma ação contra Nuris no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo). As apurações correm sob sigilo.

Nuris Pegoretti é investigada por suspeita de corrupção passiva. De acordo com a apuração, ela teria recebido R$ 250 mil para influenciar a condução da investigação e também para induzir o Ministério Público a arquivar o processo. A delegada investigou Brenannd pelos crimes de sequestro e cárcere privado em Porto Feliz, no interior de São Paulo.

No relatório final de investigação, Nuris apontou denunciação caluniosa motivada por interesses financeiros. "Verificou-se que (Brennand) é indivíduo de porte agigantado, profissional em artes marciais, faixa preta de jiu-jítsu há mais de duas décadas, faixa preta em outras artes marciais, e não se encontrou qualquer registro de violência relevante em sua vida", diz o documento.

Esse processo contra Brennand chegou a ser arquivado a pedido do Ministério Público de Porto Feliz, mas foi reaberto após reportagem do Fantástico (TV Globo) revelar um histórico de problemas envolvendo o 'herdeiro', como novas suspeitas de agressões e estupros.

A suposta vítima do caso, que também se identifica como empresária, contou que chegou ao Brasil no dia 28 de agosto de 2021 para ficar com Brennand. Eles se conheciam havia anos, se reencontraram pelas redes sociais e resolveram passar uns dias juntos. Em dado momento ele teria tomado o aparelho celular dela à força, impedindo que ela mantivesse contato com pessoas fora da casa.

No processo administrativo aberto pela Corregedoria, ao qual a reportagem teve acesso, é relatado que o inquérito é inusitado, se comparado aos demais relatórios produzidos pela autoridade policial, "tanto pelo número de laudas como pela forma de elaboração, bem como por conter incisiva defesa do investigado".

LACUNAS

No fim do ano passado, a Corregedoria instaurou um procedimento administrativo para apurar a conduta da delegada Maria Corsato em uma das investigações que envolvem Brennand.

O herdeiro acusava de ameaça, difamação e injúria uma cliente da mesma academia que ele frequentava em São Paulo. Isso ocorreu após a mulher, que não teve o nome divulgado, registrar um boletim de ocorrência contra o ele pelo suposto envio insistente de mensagens para ela. Conforme os autos, a delegada Maria Corsato pediu que o juiz mantivesse a apuração em sigilo e comparou a situação com o caso da Escola Base - episódio ocorrido em 1994 em que donos de uma escola e um motorista foram injustamente acusados de pedofilia.

A promotora Marcia Leguth argumentou que o pedido não tinha fundamento e disse que há provas concretas contra Brennand. Ela criticou a condução do caso pela delegada e afirmou que havia lacunas e imprecisões no inquérito.

Em novembro, a mulher que registrou o BO pediu o arquivamento do inquérito e a instauração de outro, desta vez para investigar Brennand por suspeita de injúria, perseguição e denunciação caluniosa.

SUDÃO

Cessar-fogo fracassa de novo e conflitos crescem em Darfur

O ilusório cessar-fogo no Sudão, onde um conflito entre duas facções militares iniciado em 15 de abril já matou pelo menos 512 pessoas e feriu outras 4.200, foi estendido por mais 72 horas ontem, após as duas partes do conflito concordarem com a proposta.

A última trégua havia sido acertada na segunda passada, quando o Exército e o grupo paramilitar RSF (Forças de Apoio Rápido, na sigla em inglês) concordaram em interromper o conflito por três dias. Até agora, o pacto abrandou, mas não interrompeu os enfrentamentos na capital Cartum e no oeste do país, em Darfur —as duas regiões onde o conflito se concentra.

No norte de Cartum, aviões militares cruzam o céu, e os combates com metralhadoras e armamento pesado continuam, segundo relataram testemunhas à agência de notícias AFP. Já na capital de Darfur, El Geneina, a violência escalou, e saques, assassinatos e incêndios em casas foram registrados, de acordo com a ONU. Em 2003, uma guerra civil nessa região matou 300 mil pessoas e deslocou 2,7 milhões.

O Exército aceitou a interrupção dos conflitos na quarta-feira passada, posição seguida pelas RSF nesta quinta. Ambos os lados se acusam de desrespeitar a trégua.

O atual conflito é fruto das divergências entre Fatah al-Burhan, líder sudanês e chefe do Exército, e Hemedti, como é conhecido o comandante das RSF. Após derrubarem a ditadura de 30 anos de Omar al Bashir, os antigos aliados deram um golpe de Estado em 2021 e ocuparam os dois principais cargos de um conselho que deveria promover a transição para um governo civil e planejar a fusão das duas forças. Ambos os planos foram inviabilizados após discordâncias, que mergulharam o Sudão no caos.

Nos últimos dias, diversos países organizaram o resgate de cidadãos e diplomatas, num dos maiores êxodos desde a retirada das forças dos EUA do Afeganistão em 2021. Muitos estrangeiros, porém, não conseguiram deixar o país, enquanto sudaneses lutam para encontrar comida e combustível. A agência de refugiados da ONU estima que 270 mil pessoas poderiam fugir só para o Sudão do Sul e o Chade.

Nesta quinta, a França afirmou ter retirado mais pessoas do país, incluindo britânicos, americanos, canadenses, etíopes, holandeses, italianos e suecos, e o Reino Unido resgatou 897 em oito voos.

O sírio Mohammad Al Samman foi um dos estrangeiros resgatados do país. À agência de notícias Reuters, ele expressou choque com a escalada repentina de violência. "Não testemunhei isso na Síria. Com toda guerra e destruição na Síria, não aconteceu de repente", disse, ao desembarcar na Jordânia.

Achraf, um sudanês de 50 anos que fugiu para o Egito, pediu aos generais que acabem com a guerra. "Os sudaneses sofrem e não merecem isso. Essa é a guerra de vocês, não do povo sudanês", afirmou à AFP.

A ONU, que interrompeu operações após a morte de cinco trabalhadores humanitários, disse que não pode mais prestar ajuda numa área onde 50 mil crianças sofrem de desnutrição. O embate limitou a distribuição de alimentos num país onde um terço da população, de 46 milhões de pessoas, já dependia de auxílio.

Os hospitais tampouco foram poupados. De acordo com o Sindicato dos Médicos do Sudão, 14 centros de saúde foram bombardeados, e outros 19, esvaziados por estarem sob ataques, sem insumos e pessoal ou perto de áreas de combate. Segundo o grupo, 60 dos 86 hospitais em zonas de conflito pararam de operar.

Em meio ao caos, centenas de detentos fugiram de três prisões, incluindo a de segurança máxima de Kober, onde estavam ex-funcionários do regime deposto de Bashir. Entre os foragidos está um membro do antigo governo procurado pelo Tribunal Penal Internacional, acusado de crimes contra a humanidade.

PROCESSOS

EUA abrirão centros de refugiados na Colômbia e na Guatemala

Os EUA vão abrir centros para análise de processos de refugiados na Colômbia e na Guatemala, numa tentativa de reduzir o fluxo de pessoas que tentam atravessar a fronteira com o México irregularmente.

Dados da agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) apontam que no ano passado mais de 3 milhões de migrantes foram interceptados tentando ingressar em território americano sem permissão legal, aumento de 33% em relação aos 2,7 milhões registrados no ano anterior.

Em meio a esse recorde, o governo de Joe Biden corre para evitar uma explosão de um fluxo ainda maior com o fim de uma medida que expulsava migrantes para o México, a Título 42, que deve expirar em 11 de maio junto com o término do estado de emergência nacional devido à pandemia da Covid-19.

O nome da medida se refere a uma cláusula da Lei de Saúde Pública que permite ao governo impedir a entrada de estrangeiros durante emergências sanitárias. No começo da pandemia, em março de 2020, o então presidente Donald Trump acionou a regra, que faz com que imigrantes em busca de asilo nos EUA sejam barrados na fronteira, antes mesmo da apresentação de um pedido formal para ficar no país.

A aplicação da regra já deveria ter acabado, mas a Suprema Corte manteve a medida no final de 2022 após estados na fronteira acionarem a Justiça com o temor de um aumento na chegada de imigrantes.

Agora, Biden tenta justamente evitar essa crise, sobretudo após lançar a campanha pela reeleição à Casa Branca. A questão migratória é uma das principais armas de republicanos contra o governo democrata.

É nesse contexto que entra o anúncio dos centros em outros países, para analisar processos de refugiados antes que viajem aos EUA. Os centros não ficarão nas embaixadas ou em consulados, mas em espaços comandados por órgãos internacionais, segundo o governo, sem especificar quais são.

Além disso, autoridades da gestão Biden afirmam que Espanha e Canadá indicaram que vão receber refugiados e migrantes que passarem por análise nesses centros, reduzindo o número dos que entram nos EUA --não se sabe ainda, porém, quantas pessoas esses países devem receber.

Em conversa com jornalistas nesta quinta, autoridades fizeram questão de dizer que o fim da Título 42 "não significa que as fronteiras estão abertas", numa tentativa de desencorajar a viagem de migrantes ao país. Em fevereiro, o governo propôs uma nova regra que torna inelegíveis para receber o status de asilo pessoas que entrarem de forma irregular nos EUA. A norma também exige que quem busca asilo prove que pediu ajuda em outros países e teve as solicitações negadas antes de cruzar a fronteira americana.

Projeções do Departamento de Segurança Interna apontam para até 13 mil detenções de imigrantes em situação irregular por dia na fronteira, ante uma média de 8.600 por semana em dezembro.

Outra medida para evitar a viagem para a fronteira com o México é a expansão de um programa de reunificação de famílias com status de refugiados, que hoje existe para cidadãos de Cuba e do Haiti. O programa será estendido para migrantes também de Colômbia, El Salvador, Guatemala e Honduras.

AÇÃO AFIRMATIVA

PUC aprova meta para contratação de professores negros

O conselho universitário da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) aprovou por unanimidade na quarta-feira uma política de ação afirmativa para a contratação de mais professores negros -o objetivo é ter ao menos 37% de negros no quadro docente.

A política será implementada a partir do segundo semestre deste ano e valerá ao menos até 2029. A aplicação da regra será reavaliada a cada dois anos. Segundo a instituição, atualmente apenas 5,34% dos professores se autodeclaram negros. A taxa de 37% é baseada na porcentagem da população negra na cidade de SP, segundo o Censo de 2010 do IBGE. As mudanças na PUC ocorrem onze anos após a Lei de Cotas no Brasil, que reservou metade das matrículas em instituições federais de ensino para alunos que fizeram o ensino médio na rede pública.

Entre esses estudantes, a lei reserva vagas para pretos, pardos e indígenas de acordo com a proporção na unidade da federação (estado ou DF) em que a universidade se encontra. Pesquisas apontam que a medida foi bem-sucedida, com os alunos cotistas tendo um desempenho acadêmico equivalente ao de não cotistas.

No ano passado, tomou posse a primeira reitora negra em uma universidade pública no país: Zélia Amador de Deus, que assumiu a direção da UFPA (Universidade Federal do Pará).

CRISE MIGRATÓRIA

Peru decreta estado de emergência nas fronteiras

O Peru decretou na quarta-feira passada estado de emergência nas fronteiras de seu território. A medida permite que as Forças Armadas se juntem à polícia nos principais postos de alfândega do país, em uma busca por fortalecer a repressão à imigração ilegal -ou, nas palavras da presidente, Dina Boluarte, manter "o controle da ordem interna".

Segundo o Acnur, o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, entre 150 e 200 migrantes têm se concentrado diariamente na passagem entre Arica, no Chile, e Tacna, no Peru, a cerca de 1.500 km ao sul de Lima. A maioria deles é do Haiti e da Venezuela, e diz ter como intuito apenas atravessar a nação andina em direção a seus países de origem ou seguir viagem até os Estados Unidos para se reunir a suas famílias.

A princípio, o estado de emergência já vigora a partir desta quinta-feira, embora Dina não tenha informado quanto tempo ele durará ou se ele envolverá restrições a direitos. O governo já tinha enviado 200 policiais para reforçar os postos migratórios -a administração chilena havia feito algo do tipo anteriormente.

O Peru concentra a segunda maior quantidade de refugiados venezuelanos do mundo, atrás apenas da Colômbia, segundo dados da ONU. Do total de 7 milhões de pessoas que fugiram da ditadura, cerca de 1,5 milhões estão no país. A nação andina é, porém, um destino bem menos popular entre os haitianos -ao contrário do Chile, que recebe um grande fluxo de refugiados da ilha caribenha desde 2016.

Além de atuar na fronteira com o Chile, o Exército peruano também se juntará à polícia nas divisas do país com o Brasil, o Equador e a Colômbia. A presidente afirmou que seu objetivo com isso é enfrentar o crime transnacional, uma vez que os responsáveis por cometer diariamente assaltos, roubos e outros atos criminosos seriam estrangeiros -ela creditou os dados à imprensa local.

Esta não é a primeira vez que Dina, alçada ao poder após uma fracassada tentativa de golpe do ex-presidente Pedro Castillo, de quem ela era vice, declara estado de emergência no país. Assim que assumiu, em dezembro, ela convocou o Exército a atuar em diversas regiões do território, em uma tentativa de controlar a verdadeira ebulição popular que se seguiu ao afastamento e à prisão do líder populista.

Desde então, seu governo foi acusado repetidas vezes de uso desproporcional de força contra os manifestantes, inclusive pelo Ministério Público. Enfrentamentos entre autoridades e manifestantes -cujas demandas incluem a saída de Dina, que consideram uma traidora-- resultaram em mais de 50 mortes, de acordo com os cálculos da Defensoria Pública nacional.

GUERRA 2.0

China acusa EUA de gerar tensão nuclear com a Coreia

A China fez duras críticas ontem aos Estados Unidos e à Coreia do Sul, a quem advertiu a não provocar uma "confrontação" com a ditadura de Kim Jong-un na porção norte da península coreana.

Na véspera, o presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol foi recebido com honras de Estado pelo colega Joe Biden em Washington, e ambos elevaram o tom de ameaça à Coreia do Norte, que desde o ano passado acelerou seu programa de mísseis e a retórica de usar armas nucleares contra o Sul, os EUA ou aliados americanos como o Japão.

Ambos os presidentes concordaram em montar um grupo para decisões conjuntas em caso de um ataque norte-coreano ao Sul, incluindo resposta com ogivas atômicas americanas. Elas não serão, contudo, posicionadas no território aliado como ocorria até o fim da Guerra Fria, em 1991.

Nota

PREFEITURA DE SÃO PAULO CONFIRMA PRIMEIRA MORTE POR DENGUE ESTE ANO

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo comunicou ontem a primeira morte por dengue na capital paulista este ano. A paciente era uma mulher de 47 anos de idade, moradora da região de Casa Verde/Cachoeirinha, zona norte. Ela apresentava comorbidades. A mulher começou a manifestar sintomas da doença em 16 de janeiro e faleceu oito dias depois, no dia 24. O caso estava sob investigação epidemiológica e teve a confirmação nesta quinta-feira. Atualmente, outros 11 óbitos têm causa apurada pela pasta. Conforme detalhou a secretaria, em nota, quando há um caso suspeito de dengue são analisados exames laboratoriais, relatórios clínicos, aspectos epidemiológicos e o atestado de óbito. O procedimento segue orientações do Ministério da Saúde.

CE SHOPPING S.A.

CNPJ Nº 16.699.926/0001-57

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	15.429	51.455
Não Circulante	612.968	550.532
TOTAL DO ATIVO	**628.397**	**601.987**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	31.608	46.705
Não Circulante	68.581	87.220
Patrimônio Líquido	528.208	468.062
TOTAL DO PASSIVO	**628.397**	**601.987**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(27.266)**	**6.560**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	33.508	26.948
No fim do exercício	6.242	33.508

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita Operacionais Líquidas :	50.526	46.049
Custo dos serviços prestados	(7.983)	(6.111)
Lucro Bruto	**42.543**	**39.938**
Receitas (despesas) operacionais	(6.826)	(19.689)
Ajuste a valor justo	59.057	15.236
I.R. e C.S.	(5.727)	(4.759)
Resultado Líquido do Exercício	**89.047**	**30.726**
Lucro (Prejuízo) por Ação	0,21	0,07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CE Shopping S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações, com 81,80% pela Ivanhoe BZ Equities INC., com 15,80%, Ricardo B. Carvalho 0,40%, Roberto B.Carvalho com 0,40%, Luciana B.Carvalho com 0,40%, Marcos B.Carvalho com 0,40%, Marcelo B. Carvalho com 0,40% e Mariana B.Carvalho com 0,40% do capital social. Sua atividade principal é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shoppings Centers.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**494.916**	**3.600**	**–**	**–**	**(21.384)**	**477.132**
Redução de Capital	(53.883)				21.384	(32.499)
Lucro do Exercício					30.726	30.726
Constituição de Reserva			1.536	21.893	(23.429)	–
Divid. mín. obrigatório					(7.297)	(7.297)
Saldos em 31/12/2021	**441.033**	**3.600**	**1.536**	**21.893**	**–**	**468.062**
Complem. de divid. 2021				(7.752)		(7.752)
Lucro do Exercício					89.047	89.047
Constituição de Reserva			4.452	63.446	(67.898)	–
Divid. mín. obrigatório					(21.149)	(21.149)
Saldos em 31/12/2022	**441.033**	**3.600**	**5.988**	**77.587**	**–**	**528.208**

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

NAI CAMPINAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 13.526.315/0001-19

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	8.096	49.292
Não Circulante	322.375	325.585
TOTAL DO ATIVO	**330.471**	**374.877**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	1.179	4.733
Não Circulante	10.162	64.456
Patrimônio Líquido	319.130	305.688
TOTAL DO PASSIVO	**330.471**	**374.877**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A NAI Campinas Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações, com participação de 90,52%, Ivanhoe Brazil Equities inc. com 8,22%, Ricardo B. de Carvalho com 0,23%, Roberto B. de Carvalho com 0,21%, Luciana B. de Carvalho com 0,21%, Marcos B. Carvalho com 0,21%, Marcelo B. Carvalho com 0,21% e Mariana B. Carvalho de Oliveira com 0,21% do capital social. Sua principal atividade é a gestão e administração da propriedade imobiliária.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	28.835	21.872
Custo dos serviços prestados	(18.606)	(17.400)
Lucro bruto	**10.229**	**4.472**
Outras Receitas (despesas) Operacionais:	(4.709)	(7.491)
Ajuste a valor justo	(9.446)	27.857
I.R. e C.S.	14	(11.402)
Resultado Líquido do Exercício	**(3.912)**	**13.436**
Lucro(Prejuízo) por Ação	(0,010)	0,052

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(40.422)**	**42.892**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	43.135	243
No fim do exercício	2.713	43.135

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**364.615**	**2.700**	**–**	**–**	**(83.668)**	**283.647**
Aumento de Capital Social	11.796					11.796
Redução de Capital Social	(83.668)				83.668	–
Lucro do Exercício					13.436	13.436
Constituição das Reservas			672	9.573	(10.245)	–
Dividendos mín. obrigatório					(3.191)	(3.191)
Saldos em 31/12/2021	**292.743**	**2.700**	**672**	**9.573**	**–**	**305.688**
Complemento de divid. 2021				(7.800)		(7.800)
Aumento de Capital Social	25.154					25.154
Prejuízo do Exercício					(3.912)	(3.912)
Absorção prejuízo		(1.467)	(672)	(1.773)	3.912	–
Saldos em 31/12/2022	**317.897**	**1.233**	**–**	**–**	**–**	**319.130**

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

PORTO VELHO SHOPPING S.A.

CNPJ Nº 08.781.731/0001-23

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	12.726	11.440
Não Circulante	283.577	253.706
TOTAL DO ATIVO	**296.303**	**265.146**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	24.941	21.538
Não Circulante	83.983	83.527
Patrimônio Líquido	187.379	160.081
TOTAL DO PASSIVO	**296.303**	**265.146**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Porto Velho Shopping S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 79,84%, Ivanhoe Brazil Equities inc., com 17,52 %, Ricardo B. de Carvalho com 0,44%, Roberto B. de Carvalho com 0,44%, Luciana B. de Carvalho com 0,44%, Marcos B. Carvalho com 0,44%, Marcelo B. Carvalho com 0,44% e Mariana B. de Carvalho Oliveira com 0,44% do capital social. Sua atividade principal é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo de Shoppings Centers.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receitas Operacional Líquida	26.673	18.187
Custo dos serviços prestados	(5.894)	(4.425)
Lucro Bruto	**20.779**	**13.762**
Outras Receitas (despesas) operacionais	884	(1.147)
Ajuste a valor de mercado	28.122	18.809
I.R. e C.S.	(12.945)	(8.090)
Resultado Líquido do Exercício	**36.840**	**23.334**
Prejuízo / Lucro por Ação	0,45	0,15

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**731**	**1.210**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.773	5.563
No fim do exercício	7.504	6.773

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Retenção de Lucros	Lucros/ Prejuízo Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**296.498**	**5.386**	**35.110**	**0**	**336.994**
Complem. de divid. 2020			(32.697)		(32.697)
Redução de Capital–Cisão	(164.189)	(2.983)	(1.336)		(168.508)
Aumento de capital	6.500				6.500
Lucro do Exercício				23.334	23.334
Constituição de Reservas		1.167	16.625	(17.792)	–
Constituição de dividendos				(5.542)	(5.542)
Saldos em 31/12/2021	**138.809**	**3.570**	**17.702**	**0**	**160.081**
Complem. de divid. 2021			(793)		(793)
Resultado do Exercício				36.840	36.840
Constituição de Reservas		1.842	26.249	(28.091)	–
Constituição de dividendos				(8.749)	(8.749)
Saldos em 31/12/2022	**138.809**	**5.412**	**43.158**	**0**	**187.379**

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho;
Contador: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

SPE SAN MARTIN SHOPPING S.A.

CNPJ Nº 14.797.999/0001-56

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	64	96
Não Circulante	–	–
TOTAL DO ATIVO	**64**	**96**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	1	1
Patrimônio Líquido	63	95
TOTAL DO PASSIVO	**64**	**96**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Subscrito	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**18.296**	**(18.182)**	**114**
Integralização de capital	10		10
Prejuízo do Exercício	-	(29)	(29)
Saldos em 31/12/2021	**18.306**	**(18.211)**	**95**
Prejuízo do Exercício	-	(32)	(32)
Saldos em 31/12/2022	**18.306**	**(18.243)**	**63**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A San Martin Shopping S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 89,88%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 8,79%, Ricardo B. Carvalho com 0,22%, Roberto B. Carvalho com 0,22%, Luciana B. Carvalho com 0,22%, Marcos B. Carvalho com 0,22%, Marcelo B. Carvalho com 0,22% e Mariana B. Carvalho com 0,22% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers, assim como a compra e venda de imóveis e a participação em outras sociedades.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receitas (despesas) Operacionais:	(32)	(29)
Prejuízo do Exercício	**(32)**	**(29)**
Prejuízo por Ação	(0,0014)	(0,0013)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(31)**	**(17)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	91	108
No fim do exercício	60	91

Diretores: Marcos Baptista Carvalho,
Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho;
Contador: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC/RJ 117827/O-8 RJ

BRASC RS SHOPPING CENTER S.A.

CNPJ: 35.142.963/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da Brasc Mad Shopping Center S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. DFs referente ao exercício findo em 31/12/22. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

Balanço patrimonial levantado em 31/12/22 e 2021 *(Em MR$)*

	31/12/22	31/12/21
ATIVO		
Circulante	15.270	18.240
Não Circulante	1.030.389	999.919
Total do Ativo	1.045.659	1.018.159
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	17.209	35.865
Patrimônio Líquido	1.028.450	982.294
Total do passivo e patrimônio líquido	1.045.659	1.018.159

Demonstração do resultado em 31/12/22 e 2021

(Em MR$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)	31/12/22	31/12/21
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais, administrativas e comerciais	(151)	(231)
Resultado de equivalência patrimonial	71.128	104.447
Total	70.977	104.216
Lucro (prejuízo) operacional	70.977	104.216
Resultado financeiro	1.274	365
Resultado antes dos impostos	72.251	104.581
IR e C.S. corrente e diferidos	(327)	(101)
Lucro líquido do exercício/período	71.924	104.480
Lucro (prejuízo) por ação - R$	0,09	0,12

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/22 e 2021

(Em MR$)	Capital social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/20	845.134	7.958	84.434	-	937.526
Distribuição de dividendo adicional	-	-	(34.898)	-	(34.898)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	104.480	104.480
Constituição reservas	-	5.224	74.442	(79.666)	-
Constituição dividendos	-	-	-	(24.814)	(24.814)
Saldos em 31/12/21	845.134	13.182	123.978	-	982.294
Distribuição de dividendo adicional	-	-	(8.686)	-	(8.686)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	71.924	71.924
Constituição reservas	-	3.596	51.246	(54.842)	-
Constituição dividendos	-	-	-	(17.082)	(17.082)
Saldos em 31/12/22	845.134	16.778	166.538	-	1.028.450

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	71.924	104.480
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	71.924	104.480

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	71.924	104.480
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício: com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(71.129)	(104.448)
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(6)	5
Aumento (redução) nos passivos operacionais	76	3
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	865	40
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos de controladas	53.192	41.588
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	53.192	41.588
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(44.500)	(37.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(44.500)	(37.000)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.557	4.628
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	5.634	1.006
Saldo ao final do exercício	15.191	5.634
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.557	4.628

Notas Explicativas: 1. Informações Gerais: A Sociedade foi constituída em 01/10/19. A Cia. tem por objeto a exploração comercial e o planejamento de shopping centers; prestação de serviços de administração de shopping centers e empreendimentos imobiliários em geral; prestação de serviços em geral; participação no capital de outras sociedades como sócia ou acionista, na forma permitida pela lei e o exercício de atividades afins ou correlatas a seu objeto social, por si ou através de suas subsidiárias. **2. Declaração de Conformidade:** As DFs foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquela incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Investimentos – os investimentos em controladas estão contabilizados com base no método de equivalência patrimonial nas DFs Individuais e outros investimentos estão sendo avaliados pelo custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. Capital Social - Está representado por 845.133.702 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA: Marcos Baptista Carvalho - Diretor Presidente. Tarso Rebello Dias - Diretor Financeiro. **CONTADORA:** Carla Barbosa Queiroz Leal - CRC-RJ - 117827/O-8 RJ.

BRASC SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ: 31.422.025/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da Brasc Shopping Centers S. A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. DFs referente ao exercício findo em 31/12/22. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

Balanço patrimonial levantado em 31/12/22 e 2021 *(Em MR$)*

	31/12/22	31/12/21
ATIVO		
Circulante	29.819	45.038
Não Circulante	1.739.742	1.626.228
Total do Ativo	1.769.561	1.671.266
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	49.248	42.993
Não Circulante	291.350	253.294
Patrimônio Líquido	1.428.963	1.374.979
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.769.561	1.671.266

Demonstração do resultado em 31/12/22 e 2021

(Em MR$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)	31/12/22	31/12/21
Receita líquida de vendas e serviços	112.506	92.283
Custo dos serviços prestados	(6.554)	(6.052)
Lucro operacional bruto	105.952	86.231
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais, administrativas e comerciais	(5.026)	(5.526)
Ganho (perda) com ajuste a valor justo das propriedades para investimentos	104.474	119.465
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(893)	3.548
Ganho na alienação de propriedades para investimentos	-	-
Lucro (prejuízo) operacional	204.507	203.718
Resultado financeiro	(1.781)	(10.180)
Resultado de equivalência patrimonial	46	(440)
Resultado antes dos impostos	202.772	193.098
IR e C.S. corrente e diferidos	(39.786)	(39.476)
Lucro líquido do exercício/período	162.986	153.622
Lucro (prejuízo) por ação - R$	139,78	131,75

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/22 e 2021

(Em MR$)	Capital social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/20	1.103.832	42.831	148.494	-	1.295.157
Complemento de dividendos 2020			(11.450)		(11.450)
Lucro líquido do exercício				153.622	153.622
Constituição de reserva legal		7.681		(7.681)	-
Constituição de reserva de investimentos e capital de giro			109.456	(109.456)	-
Dividendos mínimos obrigatórios				(36.485)	(36.485)
Distribuição de juros sobre o capital próprio			(25.865)		(25.865)
Saldos em 31/12/21	1.103.832	50.512	220.635	-	1.374.979
Complemento de dividendos 2021			(15.000)		(15.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	162.986	162.986
Constituição de reserva legal		8.149		(8.149)	-
Constituição de reserva de investimentos e capital de giro			116.128	(116.128)	-
Dividendos mínimos obrigatórios				(38.709)	(38.709)
Distribuição de juros sobre o capital próprio			(55.293)		(55.293)
Saldos em 31/12/22	1.103.832	58.661	266.470	-	1.428.963

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/22 e 2021

(Em MR$)	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	162.986	153.622
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	162.986	153.622

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	162.986	153.622
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício: com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	(64.935)	(77.385)
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(2.074)	(13.546)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	2.876	1.042
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	98.853	63.733
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em controladas		
Investimentos em propriedades para investimento	(414)	2.255
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(414)	2.255
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(102.479)	(67.003)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(102.479)	(67.003)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.040)	(1.015)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	10.721	11.736
Saldo ao final do exercício	6.681	10.721
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.040)	(1.015)

Notas Explicativas: 1. Informações Gerais: A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios, a organização, administração e exploração comercial de "shopping centers" próprios, e a participação no capital de outras empresas. **2. Declaração de Conformidade:** As DFs foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquela incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Contas a Receber – representam direitos de aluguéis a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. Propriedades para Investimento – representam propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. Impostos e Contribuições Diferidos - representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas DFs e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Capital Social - Está representado por 1.166.027.703 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Receita – É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ao a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais.

DIRETORIA: Marcos Baptista Carvalho - Diretor Presidente. **Tarso Rebello Dias** - Diretor Financeiro. **CONTADORA: Carla Barbosa Queiroz Leal** - CRC-RJ - 117827/O-8 RJ.

NOVA AMÉRICA INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A

CNPJ Nº 11.537.053/0001-62

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	3.772	3.125
Não Circulante	2.649	2.649
TOTAL DO ATIVO	**6.421**	**5.774**
PASSIVO		
Circulante	3.675	3.158
Não Circulante	–	–
Patrimônio Líquido	2.746	2.616
TOTAL DO PASSIVO	**6.421**	**5.774**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	–	–
Custos dos Serviços prestados	–	(117)
Lucro bruto	–	**(117)**
Receitas (despesas) Operacionais:	131	(647)
Resultado de Participações Societárias	–	–
I.R. e C.S.	–	(7)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**131**	**(771)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Lucros Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	4.553	876	(2.814)	2.615
Prejuízo líquido do exercício			131	131
Saldos em 31/12/2022	4.553	876	(2.683)	2.746

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	31/12/2022
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(34)**
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	44
No fim do exercício	10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

A Nova América Incorporações Imobiliárias S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado. *Sua principal atividade é a compra e venda de imóveis e a participação em outras sociedades.*

Marcicia Queiroz da Costa - Contador CRC RJ 133.731/O-4 - CPF 151.377.977-07
Francisco Carvalho Pierotti - Diretor–Representante Legal - CPF–105.719.657-68

SPE FORTALEZA SHOPPING S.A.

CNPJ Nº 14.553.196/0001-56

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	13.628	14.125
Não Circulante	260.344	247.605
TOTAL DO ATIVO	**273.972**	**261.730**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	10.979	18.499
Não Circulante	18.861	19.250
Patrimônio Líquido	244.132	223.981
TOTAL DO PASSIVO	**273.972**	**261.730**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receitas Operacional Líquida	20.665	18.233
Custo dos serviços prestados	(7.132)	(4.879)
Lucro Bruto	**13.533**	**13.354**
Outras Receitas (despesas) Operacionais:	(2.165)	(5.425)
Auste a valor justo	10.692	33.681
I.R. e C.S.	(5.862)	(13.101)
Resultado Líquido do Exercício	**16.198**	**28.509**
Lucro (prejuízo) por ação	0,06	0,09

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.093)**	**2.495**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.762	4.267
No fim do exercício	4.669	6.762

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva de Lucros Reserva de Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**205.336**	**360**	**(0)**	**(0)**	**(6.403)**	**199.293**
Aumento Capital Social	2.950					2.950
Diminuição de Capital Social	(6.403)				6.403	–
Resultado do exercício					28.509	28.509
Constituição de Reservas			1.426	20.312	(21.738)	–
Constituição de Dividendos					(6.771)	(6.771)
Saldos em 31/12/2021	**201.883**	**360**	**1.426**	**20.312**	**0**	**223.981**
Aumento Capital Social	7.800					7.800
Redução de Capital						–
Lucro do exercício					16.198	16.198
Constituição de Reservas			810	11.541	(12.351)	–
Constituição de Dividendos					(3.847)	(3.847)
Saldos em 31/12/2022	**209.683**	**360**	**2.236**	**31.853**	**0**	**244.132**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A SPE Fortaleza Shopping S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de investimento em Participações com participação de 86,34%, pela Ivanhoe Brazil Equities inc. com 11,86%, Ricardo B. de Carvalho com 0,30%, Roberto B. de Carvalho com 0,30%, por Luciana B. de Carvalho com 0,30%, Marcos B. Carvalho com 0,30%, Marcelo B. Carvalho com 0,30% e Mariana B. Carvalho de Oliveira com 0,30% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers, assim como a compra e venda de imóveis e a participação em outras sociedades.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho
Contador: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

SÃO MARCOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A

CNPJ Nº 33.453.739/0001-08

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	20.023	29.325
Não Circulante	614.025	557.238
TOTAL DO ATIVO	**634.048**	**586.563**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	44.853	19.852
Não Circulante	119.035	127.030
Patrimônio Líquido	470.160	439.681
TOTAL DO PASSIVO	**634.048**	**586.563**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	39.243	38.182
Custos dos Serviços prestados	(5.202)	(5.315)
Lucro bruto	**34.041**	**32.867**
Outras receitas (despesas) Operacionais:	(11.984)	(16.116)
Ajuste a valor justo	54.000	15.000
I.R. e C.S.	(23.243)	(8.762)
Resultado Líquido do Exercício	**52.814**	**22.989**
Lucro (Prejuízo) por ação	0,0024	0,0010

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(10.032)**	**9.827**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.245	418
No fim do exercício	213	10.245

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva de Lucros Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**349.029**	**16.561**	**10.437**	**64.025**	**–**	**440.052**
Complemento de divid. 2020				(20.000)		(20.000)
Aumento de Capital	2.100					2.100
Lucro do Exercício					22.989	22.989
Constituição das Reservas			1.149	16.380	(17.529)	–
Dividendos mínimo obrigatório					(5.460)	(5.460)
Saldos em 31/12/2021	**351.129**	**16.561**	**11.586**	**60.405**	**–**	**439.681**
Complemento de divid. 2021				(12.592)		(12.592)
Aumento de capital	2.800					2.800
Resultado do Exercício					52.814	52.814
Constituição de reservas			2.641	37.630	(40.271)	–
Constituição de dividendos					(12.543)	(12.543)
Saldos em 31/12/2022	**353.929**	**16.561**	**14.227**	**85.443**	**–**	**470.160**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A São Marcos Empreendimentos Imobiliários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 82,76%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 14,96%, Ricardo B. de Carvalho com 0,38%, Roberto B. de Carvalho com 0,38%, Luciana B. de Carvalho com 0,38%, Marcos B. Carvalho com 0,38%, Marcelo B. Carvalho com 0,38% e Mariana B. Carvalho de Oliveira com 0,38% do capital social. Sua atividade principal é a gestão e administração da propriedade imobiliária.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

CANBRA BELO HORIZONTE SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ Nº 14.413.404/0001-11

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	8.712	139.737
Não Circulante	204.591	188.360
TOTAL DO ATIVO	**213.303**	**328.097**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	1.828	752
Não Circulante	8.661	134.118
Patrimônio Líquido	202.814	193.227
TOTAL DO PASSIVO	**213.303**	**328.097**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	15.978	20.632
Custo dos serviços prestados	(4.872)	(7.366)
Lucro bruto	**11.106**	**13.266**
Outras Receitas (despesas) Operacionais:	(1.090)	(10.524)
Ajuste a valor justo	(4.694)	467
I.R. e C.S.	(1.643)	(1.851)
Resultado Líquido do Exercício	**3.679**	**1.358**
Lucro (prejuízo) por ação	0,02	0,01

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(131.486)**	**128.916**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	131.853	2.937
No fim do exercício	367	131.853

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Legal	Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**350.858**	**–**	**–**	**(33.451)**	**317.407**
Aumento de Capital na incorporação da Via Shopping	934				934
Redução de Capital	(159.601)			33.451	(126.150)
Lucro do Exercício				1.358	1.358
Constituição de Reservas		68	968	(1.036)	–
Dividendos Mínimos				(322)	(322)
Saldos em 31/12/2021	**192.191**	**68**	**968**	**–**	**193.227**
Complemento de divid. 2021			(968)		(968)
Aumento de Capital	7.750				7.750
Lucro do Exercício				3.679	3.679
Constituição de Reservas		184	2.621	(2.805)	–
Dividendos Mínimos				(874)	(874)
Saldos em 31/12/2022	**199.941**	**252**	**2.621**	**–**	**202.814**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Canbra Belo Horizonte Shopping Centers S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 83,82%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 14,02%, Ricardo B.de Carvalho com 0,36%, Roberto B.de Carvalho com 0,36%, Luciana B. de Carvalho com 0,36%, Marcos B.Carvalho com 0,36%, Marcelo B.Carvalho com 0,36% e Mariana B.Carvalho de Oliveira com 0,36% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

SPE MÔNACO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.670.557/0001-41

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	9.558	10.428
Não Circulante	272.908	235.411
TOTAL DO ATIVO	**282.466**	**245.839**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	14.950	10.522
Não Circulante	69.529	63.507
Patrimônio Líquido	197.987	171.810
TOTAL DO PASSIVO	**282.466**	**245.839**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receitas Operacional Líquida	21.775	15.394
Custo dos serviços prestados	(3.807)	(3.206)
Lucro Bruto	**17.968**	**12.188**
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.997)	(3.755)
Ajuste a valor justo	33.060	19.180
I.R. e C.S.	(13.639)	(8.059)
Resultado Líquido do Exercício	**35.392**	**19.554**
Prejuízo / Lucro por Ação	0,52	0,30

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.821)**	**2.765**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.194	5.429
No fim do exercício	6.373	8.194

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva de Lucros Reserva de Retenção de Lucros	Lucros/ Prejuízo Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**152.157**	**4.043**	**–**	**0**	**156.200**
Aumento de capital	700				700
Lucros do Exercício				19.554	19.554
Constituição de Reservas		978	13.932	(14.910)	–
Dividendos mínimo obrigatório				(4.644)	(4.644)
Saldos em 31/12/2021	**152.857**	**5.021**	**13.932**	**0**	**171.810**
Complementos de divid. 2021			(5.309)		(5.309)
Aumento de capital	4.500				4.500
Lucros do Exercício				35.392	35.392
Constituição de Reservas		1.770	25.216	(26.986)	–
Dividendos mínimo obrigatório				(8.406)	(8.406)
Saldos em 31/12/2022	**157.357**	**6.791**	**33.839**	**0**	**197.987**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A SPE Mônaco Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Partipações com 68,37%, Ivanhoe BZ Equities INC., com 27,48 % ,Ricardo B. de Carvalho com 0,70%, Roberto B. de Carvalho com 069 %, Luciana B. de Carvalho com 0,69%,Marcos B. Carvalho, com 0,69%, Marcelo B. Carvalho com 0,69% e Mariana B. Carvalho de Oliveira com 0,69 % do capital social. Sua atividade principal é o desenvolvimento e a exploração comercial do tipo Shoppings Centers.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho;
Contador: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

ANCAR IC S.A.

CNPJ Nº 08.011.767/0001-28

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	10.945	26.992
Não Circulante	907.216	805.711
TOTAL DO ATIVO	**918.161**	**832.703**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	46.228	100.614
Não Circulante	289.235	269.208
Patrimônio Líquido	582.698	462.881
TOTAL DO PASSIVO	**918.161**	**832.703**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(17.762)**	**17.996**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.525	1.529
No fim do exercício	1.763	19.525

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva de Lucros Reten-ção de Lucros	Lucros Acumu-lados	Total
Saldos em 31/12/2020	**231.641**	**35.023**	**16.986**	**151.421**	**–**	**435.071**
Complemento de Divid. 2020				(6.000)		(6.000)
Resultado do Exercício					44.341	44.341
Constituição de reservas			2.217	31.593	(33.810)	–
Constituição de dividendos					(10.531)	(10.531)
Saldos em 31/12/2021	**231.641**	**35.023**	**19.203**	**177.014**	**–**	**462.881**
Aumento de capital	52.600					52.600
Resultado do Exercício					88.153	88.153
Constituição de reservas			4.408	62.809	(67.217)	–
Constituição de dividendos					(20.936)	(20.936)
Saldos em 31/12/2022	**284.241**	**35.023**	**23.611**	**239.823**	**–**	**582.698**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	71.532	58.274
Custos dos Serviços prestados	(7.660)	(11.719)
Lucro bruto	**63.872**	**46.555**
Outras receitas (despesas) Operacionais:	(22.459)	(13.578)
Ajuste a valor justo	83.714	28.650
I.R. e C.S.	(36.974)	(17.286)
Resultado Líquido do Exercício	**88.153**	**44.341**
Lucro (Prejuízo) por Ação	0,09	0,02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Ancar IC S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Ivanhoe–Fundo de investimento em Participações com participação de 84,42%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 13,54%, Ricardo B. de Carvalho com 0,34%, Roberto B. de Carvalho com 0,34%, Luciana B. de Carvalho com 0,34%, Marcos B. Carvalho com 0,34%, Marcelo B. Carvalho com 0,34% e Mariana B. de Carvalho Oliveira com 0,34% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

SBBRAST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 09.480.651/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	20.043	20.921
Não Circulante	283.561	225.478
TOTAL DO ATIVO	**303.604**	**246.399**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	15.713	658
Não Circulante	866	2.166
Patrimônio Líquido	287.025	243.575
TOTAL DO PASSIVO	**303.604**	**246.399**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	23.806	17.770
Custo dos serviços prestados	(9.637)	(10.667)
Lucro bruto	**14.169**	**7.103**
Outras Receitas (despesas) Operacionais:	(1.604)	(3.424)
Ajuste a valor justo	52.364	(452)
I.R. e C.S.	(2.699)	(1.685)
Resultado Líquido do Exercício	**62.230**	**1.542**
Lucro (prejuízo) por ação	0,12	(0,01)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social Subscrito	Reserva de Legal	Reserva de Retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**347.800**	**–**	**–**	**(117.867)**	**229.933**
Integralização de capital	12.100				12.100
Lucro do Exercício				1.542	1.542
Saldos em 31/12/2021	**359.900**	**–**	**–**	**(116.325)**	**243.575**
Redução de capital	(120.325)			116.325	(4.000)
Lucro do Exercício				62.230	62.230
Constituição de reservas		3.111	44.339	(47.450)	–
Divid. mínimo obrigatório				(14.780)	(14.780)
Saldos em 31/12/2022	**239.575**	**3.111**	**44.339**	**–**	**287.025**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.156)**	**4.918**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.368	450
No fim do exercício	2.212	5.368

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Sbbrast Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado,controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações, com participação de 85,64%, Ivanhoe Brazil Equity Inc., com 12,46%, Ricardo B. Carvalho com 0,31%, Roberto B. Carvalho com 0,32%, Luciana B. Carvalho com 0,32%, Marcos B. Carvalho com 0,32%, Marcelo B. Carvalho com 0,32% e Mariana B. Carvalho com 0,31% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

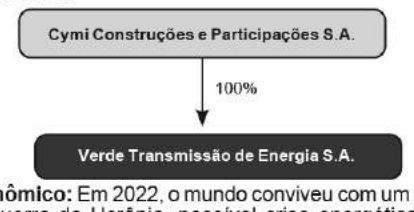
VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 44.323.802/0001-08

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Verde Transmissão de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2022 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Verde Transmissão de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de julho de 2018 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico: Em 2022, o mundo conviveu com um mix de incertezas, passando pela guerra da Ucrânia, possível crise energética na Europa e as altas de juros em economias relevantes para conter o aumento da inflação. O FMI (Fundo Monetário Internacional) publicou um estudo mostrando que a mundo passa por um período de desaceleração econômica e alta da inflação. No Brasil, além dos reflexos do ambiente internacional, tivemos um ano eleitoral e diversas medidas e sinalizações dos agentes econômicos e governamentais para endereçar as mais variadas questões internas. Em 2022, o Relatório Focus do Banco Central projetava a variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 5,1% e 8,9% para 2022 que, ao final do ano, fechou em 5,79%. Já a SELIC era de 9,25% no início do ano e terminou em 13,75% no fim de 2022. No mês de dezembro, de 2022, as projeções de IPCA para 2023 foram de 5,08% para 5,31%, e as da SELIC para 2023 foram de 11,75% para 12,25%. Na parte cambial, o dólar fechou em 2022 cotado a R$ 5,28, uma queda acumulada de 5,31%, sua primeira queda em 5 anos. No que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro, o último Relatório Focus lançado em 2022 divulgou uma projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,80% para 2023, em comparação com o ano anterior. **3 Ambiente Regulatório:** No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Setor Elétrico (NOS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgaram a previsão da carga, com crescimento médio de 3,4% entre 2023 e 2027. Considerando os resultados de 2022, em 2023, é projetado um aumento de 2,7% na carga, que poderá atingir o patamar de 71.735 MW médios, caso o PIB tenha um aumento de 0,7%, estando esse resultado (de crescimento de PIB) alinhado com as projeções do Banco Central para 2023. **4 Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase inicial de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo:

Linhas de Transmissão

Subestação	Subestação	Circuito	Tensão (kV)
SE Buritizeiro 3	SE São Gonçalo do Pará	C1 – CS	500
SE Buritizeiro 3	SE São Gotardo 2	C1 – CS	500
SE Pirapora 2	SE Buritizeiro 3	C1 e C2 - CD	500
SE Jaguara	SE Estreito	C2 – CS	500
SE Presidente Juscelino	SE Vespasiano 2	C1 e C2 - CD	500
Itabirito 2	Santos Dumont 2	C1 – CS	500

Subestações

Subestação
SE 500/345 kV Buritizeiro 3
Pátio novo em 500 kV e transformação 500/345 kV na SE Santos Dumont 2

5 Desempenho Econômico-Financeiro: O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. **6 Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7 Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8 Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9 Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Administração.**

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.354	1
Instrumentos financeiros derivativos	16.1	6.197	-
Outros ativos circulantes		95	-
		46.646	1
Não circulante			
Ativo de contrato	6	16.066	-
		16.066	-
Total do ativo		62.712	1
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	8.161	-
Partes relacionadas	8	6.400	-
Empréstimos e financiamentos	9	45.839	-
Dividendos a pagar	11.b	127	-
Outros passivos		14	-
		60.541	-
Não circulante			
Pis e COFINS diferidos	10.1	276	-
IRPJ e CSLL diferidos	10.2	1.486	-
		1.762	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	1	1
Reserva de lucros		408	-
		409	1
Total do passivo e patrimônio líquido		62.712	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	12	14.580	-
Custo	13	(13.001)	-
Lucro bruto		1.579	-
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(4)	-
		(4)	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.575	-
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		2.066	-
Despesas financeiras		(2.830)	-
		(764)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		811	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(276)	-
Lucro líquido do exercício		535	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	535	-
Total do resultado abrangente do exercício	535	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

			Reserva de lucros		
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	1	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	535	535
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	27	-	(27)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(127)	(127)
Reserva de lucros a realizar		-	-	381	(381)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	1	27	381	-	409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	811	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de construção - Ativo de contrato	(8)	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	(16.058)	-
PIS e COFINS diferidos	1.486	-
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	1.285	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.643)	-
Provisões	8.156	-
Lucro ajustado	(5.971)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros ativos circulantes	(95)	-
Fornecedores	5	-
Partes relacionadas	6.400	-
Outros passivos	14	-
	6.324	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	353	-
Atividades de financiamento		
Aporte de capital	-	1
Empréstimos e financiamentos obtidos	40.000	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	40.000	1
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	40.353	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	40.354	1
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	40.353	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Verde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), anteriormente denominada CYMI Transmissão de Energia S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de novembro de 2021. A sua sede está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703-Centro-20.030-021-Rio de Janeiro-RJ. Em 14 de julho, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a alteração da denominação da Companhia para Verde Transmissão de Energia S.A. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia está em fase inicial de elaboração dos estudos socioambientais, que irão ser submetidos ao devido órgão ambiental, e quando aprovados, darão início à emissão das licenças e autorizações ambientais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 13.895, devido a captação de dívidas de curto prazo ao longo do ano de 2022, com o objetivo de suprir as necessidades de caixa ao longo da construção. A companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atividades não vinculadas a objeto de sua concessão. **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 06/2022-ANEEL, datado de 30 de setembro de 2022, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Minas Gerais e São Paulo e compostas pela: • LT 500 kV Buritizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C1, CS; • LT 500 kV Buritizeiro 3- São Gotardo 2, C1 e C2, CD; • LT 500 kV Pirapora 2- Buritizeiro 3, C1, e C2, CD; • LT 500 kV Jaguara-Estreito, C2, CS; • LT 500 kV Presidente Juscelino- Vespasiano 2, C1 e C2, CD; • LT 500 kV Itabirito 2-Santos Dumont 2, C1, CS; • SE 500/345 kV Santos Dumont 2- novo pátio LT 500 kV e transformação 500/345 kV; • SE 500/345 kV Buritizeiro 3; • Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2-Várzea de Palma C1; • Trechos de LT 500 kV entre a SE São Gonçalo do Pará e a LT 500 kV Bom despacho 3-Ouro Preto 2, C1; e • Transferência do reator manobrável do terminal Bom Despacho 3 referente à LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 C1 para a barra de 500 kV da SE São Gonçalo do Pará e (2) a execução de outras atividades afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão. A companhia tem previsão de entrada em operação em 30 de setembro de 2027. O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida-RAP no montante de R$283.300, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da Receita Anual Permitida-RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)-Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)-Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)-O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME)-Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **1.2. Impactos do COVID-19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do escritório corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19. A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 5 de abril de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 6)-critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 10)-reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 17)-reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Principais políticas Contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no dercurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e Equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros ao VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contra-

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 44.323.802/0001-08

to de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47-IFRS 15 e do CPC48-IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)-Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)-Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações:** Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022: Normas emitidas e vigentes: As normas apresentadas a seguir foram revidadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. a) Alterações ao CPC 37 (R1), CPC48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso-custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado-vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50-Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Companhia. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1	1
Bancos	-	-
Aplicações financeiras (a)	40.351	-
	40.354	1

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. **6. Ativo de Contrato**

2021	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de contrato	2022
-	16.058	8	16.066

	2022	2021
Circulante	-	-
Não circulante	16.066	-
	16.066	-

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida-RAP-a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção-pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável-a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica-o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão-RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão-a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais-a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades-nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

7. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços e materiais	5	-
Provisões (i)	8.156	-
	8.161	-

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. **8. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)-Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Passivo e Resultado 31/12/2022	31/12/2021
Cymi Construções e Participações (i)	6.400	-
Total passivo e resultado	6.400	-

(i) Saldo refere-se às provisões sobre o contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construccion*) para construção da infraestrutura da Verde pela Cymi Construção e Participação. **9. Empréstimos e financiamentos**

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú BBA (*)	EUR	08/11/2023	**CDI + 1,30%**	45.839	-
Total de empréstimos e financiamentos				45.839	-

(*) - Esse empréstimo é denominado em euro, e, juntamente com a contratação do empréstimo, a Companhia contrata derivativos (SWAP) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 16.1.

b) Movimentação em 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros	MTM	Saldo em 31/12/2022
Banco Itaú BBA	-	40.000	1.285	4.554	45.839
Total	-	40.000	1.285	4.554	45.839

(*) - Em 2022 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 1.285. Banco Itaú BBA: Em 4 de novembro de 2022, a Companhia celebrou com o Banco Itaú BBA um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de EUR 8.004, com SWAP até o limite de R$40.000, com data de vencimento em 8 de novembro de 2023 e taxa exponencial de 1,30%. a.a. **10. Impostos diferidos: 10.1. PIS e COFINS diferidos**

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021
PIS diferido	265	265	-
COFINS diferido	1.221	1.221	-
Total	1.486	1.486	-

10.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2022	Movimentação	Total 31/12/2021
Ativo/passivo			
Prejuízo fiscal/Base negativa	(53)	(53)	-
Lucro diferido da construção	158	158	-
Receita de ativo financeiro/AVP	2	2	-
Ajuste IFRS 15/CPC 47	168	168	-
Total não circulante	276	276	-
Detalhamento do não circulante	31/12/2022		31/12/2021
Ativo	(53)		-
Passivo	329		-
Total ativo/passivo diferidos	276		-

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de um ano. **11. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e totalmente integralizado da companhia é de R$ 1 dividido em 1.000 ações ordinárias nominativa e sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto como se segue:

Quotistas	31/12/2022 e 31/12/2021 Qnt. ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	990	99%	990
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	10	1%	10
Total	1.000	100%	1.000

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a entrada em operação, sendo 0,01% referente ao dividendo mínimo antes do fato.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	535	-
(-) Reserva legal	(27)	-
Lucro ajustado	508	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	127	-

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de lucros a realizar, constituída em anos anteriores, ao invés de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. **12. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção-Ativo de contrato	16.058	-
Remuneração do ativo de contrato	8	-
Receita operacional bruta	16.066	-
(-) PIS e COFINS	(1.486)	-
Receita operacional líquida	14.580	-

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	16.058	-
Custo de construção	(13.001)	-
Total Margem de construção	3.057	-
Margem percebida (%)	19%	-

13. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	(13.001)	-
Total custo	(13.001)	-

14. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	2.066	5.066
Receita de aplicações financeiras	2.066	5.066
Despesas financeiras	(2.830)	(51.195)
Juros de empréstimos e financiamentos	(2.830)	(6.157)
Resultado financeiro líquido	(764)	(46.129)

15. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	811
Alíquota vigente	34%
Despesa de IR e CSLL calculada	(276)
Despesa de IR e CS	(276)
Total dos tributos diferidos	(276)
Despesa total com tributos	(276)
Alíquota efetiva	34%

16. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco-o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	40.354	-
Ativo de contrato (nota 7)	16.066	-
Instrumentos financeiros (nota 16.1)	6.197	-
	62.617	-

Caixa e equivalentes de caixa-Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de contrato-A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia-CCG e ii) Carta de Fiança Bancária-CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros-refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	40.346	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.197	-
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	45.839	-

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	8.161	8.161	-	-
Empréstimos e financiamentos	45.839	45.839	-	-
Partes relacionadas	6.400	6.400	-	-
Total	60.400	60.400	-	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e finaciamentos	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa-contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Fornecedores-a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos-a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, um vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1-Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2-Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3-Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2022 Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	40.346	-	40.346
Instrumentos financeiros	-	6.197	-	6.197
Total	-	46.543	-	46.543

Descritivo	31/12/2022 Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	45.839	-	45.839
Total	-	45.839	-	45.839

16.1. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme citado anteriormente, a Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 44.323.802/0001-08

de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (*notional*)-R$ 2022	Valor justo ativo (R$) 2022
SWAP Itaú BBA	04/11/2022	08/11/2023	-	4.553
SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	(107)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	82
SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	111
SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	(87)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	140
SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	(70)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/10/2024	-	165
SWAP Citibank	11/10/2022	01/10/2024	-	(54)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/11/2024	-	(42)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/12/2024	-	190
SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	212
SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	(34)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/01/2025	-	232
SWAP Citibank	11/10/2022	02/01/2025	-	(21)
SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	(5)
SWAP Citibank	11/10/2022	03/03/2025	-	268
SWAP Citibank	11/10/2022	27/02/2025	-	11
SWAP Citibank	11/10/2022	27/02/2025	-	296
SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	27
SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	330
Total-Instrumentos financeiros derivativos				**6.197**

17. Contingências: STF - Relativização da coisa julgada: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira;
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Verde Transmissão de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC-SP015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC-1RJ107146/O

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A. CNPJ: 09.414.761/0001-64 (Anteriormente denominada Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A.)

Relatório da Administração: Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da K-INFRA Rod. do Aço S.A.

Balanços Patrimoniais Em 31/12/22 e 31/12/21
(Valores expressos em MR$)

	Nota	31/12/22	31/12/21
Ativo		478.185	463.533
Circulante		24.688	16.951
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.568	1.670
Clientes e operações a receber	6	7.036	6.275
Estoques	7	2.762	2.364
Despesas antecipadas	8	10.608	4.697
Adiantamentos		558	275
Impostos a recuperar	9	2.156	1.670
Não circulante		453.497	446.582
Aplicações financeiras vinculadas	10	20.411	18.537
Depósitos judiciais	11	1.789	2.559
I.R. e C.S. diferidos	25	68.686	38.959
Imobilizado	12	8.989	5.886
Intangível	13	353.622	380.641
Passivo		478.185	463.533
Circulante		33.244	41.099
Fornecedores	14	8.815	5.865
Empréstimos e financiamentos	15	5.248	6.362
Obrigações de Arrendamento		54	54
Salários e encargos sociais	16	2.879	3.110
Impostos a recolher	17	3.186	2.684
Outros passivos	18	13.062	23.024
Não circulante		228.974	128.487
Empréstimos e Financiamentos		1.006	5.366
Obrigações de Arrendamento		357	411
Provisão para contingências	11	188.853	104.936
Provisão para manutenção dos ativos	19	8.620	6.312
Impostos a recolher	17	1.568	2.612
I.R. e C.S. diferidos	25	8.849	8.849
Outros passivos	18	19.723	–
Patrimônio líquido		215.967	293.947
Capital social	20	438.327	438.327
Prejuízos acumulados		(222.360)	(144.380)

Demonstrações do Resultado Em 31/12/22 e 2021
(Em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota	31/12/22	31/12/21
Operações			
Receita Operacional Líquida	21	94.068	95.062
Receita de Construção–Ativos da Concessão		–	7.289
		94.068	102.351
Custo dos serviços prestados	22	(89.200)	(44.811)
Lucro bruto		4.868	57.540
Despesas operacionais	23		
Despesas com pessoal		(3.944)	(6.872)
Despesas administrativas		(108.132)	(118.124)
Depreciação		(1.108)	(953)
Outros ganhos (perdas) Líquidos		1.051	68
		(112.133)	(125.881)
Prejuízo operacional		(107.262)	(68.341)
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		2.535	1.036
Despesas financeiras		(2.582)	(17.261)
		(46)	(16.225)
Prejuízo antes do imposto de renda e C.S.		(107.308)	(84.566)
I.R. e C.S. corrente	25	(398)	–
I.R. e C.S. diferido	25	29.726	26.361
		29.328	26.361
Prejuízo líquido do período		(77.980)	(58.205)
Prejuízo líquido por ação–R$	26	(0,1779)	(0,1328)
Quantidade de ações		438.327	438.327

Demonstrações do Resultado Abrangente Em 31/12/22 e 2021

(em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)	31/12/22	31/12/21
Prejuízo líquido do exercício	(77.980)	(58.204)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do período	(77.980)	(58.204)

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido Em 31/12/22 e 2021

(em MR$)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/20	438.327	(86.176)	352.151
Prejuízo do Exercício	–	(58.204)	(58.204)
Saldos em 31/12/21	438.327	(144.380)	293.947
Prejuízo do Exercício	–	(77.980)	(77.980)
Saldos em 31/12/22	438.327	(222.361)	215.966

Demonstração dos Fluxos de Caixa Em 31/12/22 e 2021 (em MR$)

(Valores expressos em MR$)	31/12/22	31/12/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais	12.736	9.523
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(77.980)	(58.204)
Ajustado por:		
Amortização e depreciação	29.138	25.948
Baixa de ativo Intangível e Imobilizado	213	116
Provisão de contingências	83.917	97.333
I.R. e C.S. diferidos	(29.727)	(26.360)
	5.560	38.833
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(761)	432
Estoques de almoxarifado	(398)	(2.316)
Despesas antecipadas	(5.911)	(2.836)
Adiantamentos	(283)	(35)
Impostos a recuperar	(486)	5
Depósitos judiciais	770	(890)
Fornecedores	2.950	(440)
Obrigações tributárias	(543)	(1.788)
Obrigações sociais	(231)	102
Provisão para manutenção de ativos	2.308	(23.946)
Outros passivos	9.761	2.402
	7.176	(29.310)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(5.436)	(9.158)
Aquisição para ativo intangível	(1.192)	(7.511)
Aquisição para ativo imobilizado	(4.244)	(1.647)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(7.402)	(978)
Liberação de Empréstimos e Financiamentos	875	4.445
Pag. do principal–Empréstimos e Financiamentos	(6.829)	(5.137)
Pag. de Encargos–Empréstimos e Financiamentos	480	407
Arrendamento CPC 06	(54)	(108)
Custo da transação	–	46
Aplicação Financeira Vinculada	(1.874)	(631)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(102)	(613)
Aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.670	2.283
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.568	1.670
Aumento (redução) líq. de caixa e equiv. de caixa	(102)	(613)

Demonstrações do Valor Adicionado Em 31/12/22 e 2021 (em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Receitas		
Venda de Serviços	102.882	104.008
Receitas de Construção	–	(7.290)
Outras Receitas	1.072	–
Receitas Extraordinarias	100	57
	104.054	96.775
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(61.166)	(12.525)
Custo de construção	–	7.290
Materiais, energia e outros	(108.136)	(91.694)
	(169.301)	(96.929)
Valor adicionado bruto	(65.248)	(154)
Retenções		
Depreciação e amortização	(29.138)	(25.950)
Valor adicionado líquido	(94.386)	(26.104)
Valor recebido em transferência		
Receitas Financeiras	2.535	1.035
Valor adicionado total a distribuir	(91.851)	(25.069)
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos Administrativos		
Remuneração direta	1.895	1.281
Benefícios	656	401
F.G.T.S	183	111
Outros	1.228	5.077
	3.961	6.870
Impostos, taxas e Contribuições Diferidos		
Federais	3.764	3.801
Municipais	5.149	5.203
	8.913	9.004
Juros e aluguéis		
Juros	2.582	17.261
Remuneração do capital próprio		
Lucro (Prejuízo) do período	(107.308)	(58.204)
Total Distribuído	(91.851)	(25.069)

Notas explicativas: 5. Caixa e Equivalentes de Caixa: As aplicações financeiras representam valores aplicados a curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 95% e 98,35% do Certificado de depósito interbancário – CDI com liquidez diária. O seu valor contábil corresponde ao valor de mercado, em função do prazo. **6. Clientes e operações a receber:** Os valores a receber das empresas de serviços de pagamentos automáticos de pedágios e administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados: A administração da Cia. identificou a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no montante de R$ 28 referentes a clientes e operações a receber em 31/12/22. O valor das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa é atulizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. **8. Despesas antecipadas:** O aumento dos Prêmios de seguros, é decorrente da contratação de novas apólices de seguros, em especial seguros de garantia judicial. **10. Aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras vinculadas são mantidas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Valor referente ao saldo da Conta Vinculada para garantia do cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário firmado com o Banco Bradesco e Acciona Construcción S.A., e em cumprimento à Ordem Processual do procedimento arbitral, conforme demonstrado nas Notas explicativas 15 e 18 respectivamente. **11. Depósitos judiciais e Provisão para contingências:** A Cia. está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo: Em 31/12/22, a Cia. mantinha, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, é classificada como perdas possíveis, para os quais a Administração da Cia., entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Estas perdas possíveis são estimadas em R$ 65.785 e compreendem os processos cíveis, trabalhistas e tributários (terceirizados e internos). Além desses processos, existem processos de execução fiscal com o Poder Concedente e outros Órgãos de Fiscalização cujo objeto é o pagamento de débito inscrito, referente a multas dos autos de infração iniciados no exercício de 2021. Houve aumentos expressivos na constituição dessas contingências desde então, que se dá pelo reconhecimento de perdas prováveis que acarretaram também na contratação de novas apólices de seguros para cobrir o aumento do risco estimado de perdas. **12. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item do imobilizado é baixado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Em 31/12/22 e em 31 de dezembro 2021, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de qualquer natureza. A administração da Cia. efetua análise periódica do prazo de vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas da vida útil econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Cia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício encerrado em 31/12/22. **13. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valores recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. As taxas de amortização vigente em 2022 foram de 7,53%. (6,75% em 2021). São atualizadas anualmente nos meses de março. **15. Empréstimos e financiamentos: • HP Financial Services:** Valor referente a Leasing destinado a aquisição de equipamentos no montante principal de R$ 92 a ser liquidado em 48 parcelas de R$ 2, com vencimento final em fevereiro de 2023. **• Banco Bradesco S.A..** A Cia. possui os seguintes contratos de empréstimo com a instituição financeira: I. Leasing destinado a aquisição de veículos no montante principal de R$ 288 a ser liquidado em 36 parcelas de R$ 8, com vencimento final em fevereiro de 2022. II. Leasing destinado a aquisição de veículos no montante principal de R$ 219 a ser liquidado em 36 parcelas de R$ 7, com vencimento final em setembro de 2024. **• Banco Itaú Unibanco S.A..** A Cia. possui os seguintes contratos de empréstimo com a instituição financeira: I. Empréstimo para capital de giro no montante principal de R$ 3.363 a ser liquidado em 12 parcelas de R$ 280, com vencimento da primeira parcela para dezembro de 2019 e parcela final em novembro de 2020. Em 19/06/20, foi feito uma repactuação do saldo correspondente a R$ 1.357 a serem liquidados em 10 parcelas de R$ 145, sendo a primeira com vencimento em 15/09/20.Operação com aval dos Acionistas. II. Empréstimo para capital de giro no montante principal de R$ 1.000 a ser liquidado em 12 parcelas de R$ 92, com vencimento da primeira parcela para agosto de 2021 e parcela final em julho de 2022. Operação com aval dos Acionistas. III. Empréstimo para capital de giro no montante principal de R$ 999 a ser liquidado em 42 parcelas de R$ 30, com vencimento da primeira parcela para junho de 2021 e parcela final em novembro de 2024. Operação com aval dos Acionistas. IV. Empréstimo para capital de giro no montante principal de R$ 4.000 a ser liquidado em 24 parcelas de R$ 192, com vencimento da primeira parcela para outubro de 2021 e parcela final em setembro de 2023. Operação com aval dos Acionistas. V. Leasing destinado a aquisição de veículos no montante principal de R$ 267 a ser liquidado em 36 parcelas de R$ 7, com vencimento final em dezembro de 2024. **• Caixa Econômica Federal.** A Cia. possui os seguintes contratos de empréstimo com a instituição financeira: I. Valor referente a empréstimo para capital de giro no valor de R$ 10.000, a ser liquidado em 30 parcelas de R$ 376 a partir de 24/03/21 e juros de R$ 80 que começaram a ser liquidados a partir de 24/09/20. Operação com aval dos Acionistas. II. Valor referente a empréstimo para capital de giro no valor de R$ 875, a ser liquidado em 30 parcelas de R$ 37 a partir/07/23 e carência de juros de R$ 15 que começaram a ser liquidados a partir/01/23. Operação com aval dos Acionistas. **18. Outros passivos:** O aumento da rubrica Seguros a Pagar, se dá pela necessidade de contratação de novas apólices de Seguros de Garantia Judicial, em decorrência dos novos processos instaurados. Em 23/11/18, a Cia. foi 100% (cem por cento) adquirida pela K-Infra Concessões e Participações LTDA. (Antiga KT2 Assessoria e Consultoria em Gestão de Negócios e Participações Ltda.), produto desta operação, os saldos com partes relacionadas foram transferidos para a ACCIONA CONSTRUCCION S.A. através de Contratos de Sub-rogação de Dívida ("Cessão de Créditos"), que totalizaram R$ 23.449, montante a ser liquidado em 08 parcelas, sendo 06 parcelas de R$ 3.242, 01 parcela de R$ 448 e 01 (uma) parcela de R$ 3.549, a primeira com vencimento em 10/02/20 e a última vincenda em 10/09/20. Houve uma reclassificação desta rubrica para o LP, devido ao departamento jurídico da Cia. entender que o processo não será executado em um curto período de tempo. Em março de 2020, a Concessionária suspendeu os pagamentos e entrou com processo arbitral solicitando revisão dos valores, permanecendo um saldo a pagar de R$ 19.723, que está devidamente registrado no Contas a Pagar. O procedimento arbitral ainda se encontra em fase de nomeação de perito, e por não conseguirmos visualizar uma previsão clara de prazos alocamos este valor no LP, após a conclusão dessa fase pela Câmara Arbitral, será agendada data para realização da perícia, com posterior concessão de prazo para apresentação de laudo. **19. Provisão de manutenção dos ativos:** Provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cia. espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Provisão para manutenção dos ativos de concessão:* Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **20. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O Capital Social em 31/12/22 no montante de R$ 438.327 (Quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e sete) está representado por 438.327 (Quatrocentos e trinta e oito mil e trezentos e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição de R$1,00 por ação, totalmente integralizado em moeda corrente do país. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei das S.A.. No ano analisado a Cia. opera com prejuízo, por este fato não houve distribuição de dividendos. **c) Reserva legal:** Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, Ltda. a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, Ltda. a 30% do capital social. **22. Custos dos serviços prestados:** Com a não realização de algumas obras de Manutenção e Recuperação previstas no PER, faz se necessário um gasto maior na conservação da Rod. para fazer frente às necessidades principalmente no que diz respeito a Pavimento. **23. Despesas operacionais:** As despesas com Pessoal, registraram uma variação positiva de 74%, no exercício findo em 31/12/22 quando comparado ao mesmo período no exercício de 2021. A redução se deve principalmente pela realocação de alguns custos, como treinamentos. Além de reduções na folha de pagamento. Já as despesas Operacionais, registraram uma redução de 10% em relação ao mesmo período no exercício de 2021, devido principalmente a não necessidade de reconhecimento no período de Provisões e Contingências judiciais, consideradas pelo departamento jurídico da Cia. como prováveis de execução. A linha de outros ganhos ou perdas líquidos, são referentes a valores recebidos de sinistros. Na linha de despesas gerais houve um aumento pois foram incluídas despesas como indenizações, assessorias jurídicas e consultorias empresariais, que tiveram um custo expressivo no ano corrente, para fazer frente aos procedimentos jurídicos necessários. **24. Resultado financeiro, líquido:** A redução expressiva nos *Juros sobre Provisão de Manutenção* na ordem de R$ 792 em 2022, contra R$ 12.257 em 2021, deve-se à reavaliação e recálculo da provisão dos custos de manutenção para os próximos cinco anos, dado o cenário atual da Cia., em linha com o divulgado na nota que diz respeito sobre a continuidade da Cia. **25. Despesas com IR e C.S. (IRPJ e CSLL):** A Cia. possui saldos de IR e C.S. diferidos, substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa, e diferenças temporárias decorrentes de provisões constituídas, como, provisões de contingências, amortizações, provisões de manutenção, variações cambiais e provisões de PLR. Ressalta-se que o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Em 31/12/22, o valor dos impostos diferidos reconhecidos no ativo não circulante era de R$ 59.331, e no passivo não circulante no mesmo exercício era de R$ 8.848. **26. Prejuízo por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Conselho de Administração:
Carlos Alberto Kubota - Conselheiro Presidente
Débora Lopes da Silva - Conselheira
Roberto Junior Kubota - Conselheiro
Rogério Jorge Gamberini - Conselheiro

Diretoria Executiva
Neliton Antonio Goés – Diretor Geral.
Ismael Rosa – Diretor Administrativo Financeiro e RI.

Contador
Roberto Luiz Rosa Vale – CRC RJ-130830/O-9.

As Demonstrações Contábeis na íntegra, auditadas pela Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, devidamente acompanhada do parecer, encontram-se disponíveis no site da CVM e na sede da Cia.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

PGS SUPORTE LOGÍSTICO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ Nº 07.785.858/0001-58

Relatório da Administração

Em cumprimento às determinações legais, apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação Societária Brasileira. A Diretoria

Balanço Patrimonial - Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.416.263	6.227.424
Contas a receber	5	110.934.691	26.881.820
Impostos a recuperar	6	20.682.468	4.204.982
Impostos antecipados	7	532.858	1.332
Despesas antecipadas		687.854	213.127
Depositos judiciais		9.829	9.829
Adiantamentos a empregados		542	44.129
Adiantamentos a fornecedores	8	4.075.560	-
		170.340.065	37.582.643
Não circulante:			
Despesas antecipadas		229.759	215.059
Partes relacionadas	17	53.815.453	47.361.125
Depositos judiciais	9	99.731.574	99.784.289
		153.776.786	147.360.473
Imobilizado	10	168.268	397.585
Direito de uso (leasing)	18	1.671.277	893.595
Intangível	11	239.361.642	255.709.473
		241.201.187	257.000.653
		565.318.038	441.943.769

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Fornecedores	12	6.225.882	790.649
Impostos e contribuições	13	7.627.711	5.302.344
Salários e encargos sociais	14	453.321	344.290
Provisão para férias		684.935	676.250
Adiantamento de clientes	16	58.940.852	-
Obrigações diversas	15	55.000	55.852
		73.987.701	7.169.385
Não circulante:			
Partes relacionadas	17	438.569.761	394.872.698
Arrendamento mercantil	18	2.052.328	1.804.277
		440.622.089	369.676.975
Patrimônio líquido:			
Capital social	19	25.760.832	25.760.832
Resultados acumulados		24.947.416	12.336.577
		50.708.248	38.097.409
		565.318.038	441.943.769

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida	20	385.910.765	156.427.765
Custos dos serviços prestados	21	(357.890.657)	(82.142.021)
Lucro bruto		28.020.108	74.285.744
Despesas administrativas	22	(5.042.849)	(5.766.415)
Despesas com pessoal		(6.246.133)	(4.248.518)
Impostos e contribuições		(274.177)	(319.001)
Outras operacionais		226.726	49.766
Resultado financeiro, líquido	23	20.927.164	(26.481.930)
		9.590.731	(36.766.097)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		37.610.839	37.519.647
Contribuição social sobre o lucro líquido	24	-	(3.178.275)
Imposto de renda	24	-	(8.779.977)
Lucro líquido do exercício		37.610.839	25.561.394

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	37.610.839	25.561.394
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	37.610.839	25.561.394

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2021	25.760.832	(13.224.817)	12.536.015
Lucro líquido do exercício	-	25.561.394	25.561.394
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.760.832	12.336.577	38.097.409
Lucro líquido do exercício	-	37.610.839	37.610.839
Pagamento de dividendos	-	(25.000.000)	(25.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.760.832	24.947.416	50.708.248

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		37.610.839	25.561.394
Variação cambial das operações de longo prazo		(23.948.953)	24.089.854
Depreciação e amortização		20.330.396	20.765.471
Juros de arrendamento mercantil		271.540	1.166.517
		34.263.821	71.583.237
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber	5	(84.052.871)	69.646.001
Impostos a recuperar	6	(16.477.486)	(4.202.355)
Impostos antecipados	7	(531.525)	4.702.020
Despesas antecipadas - ativo circulante e não circulante		(489.427)	(13.708)
Depósitos judiciais - ativo circulante e não circulante	9	52.715	(2)
Adiantamentos a empregados		43.587	36.149
Adiantamentos a fornecedores	8	(4.075.560)	852.452
		(105.530.567)	71.020.557
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores	12	5.435.234	(1.432.432)
Impostos e contribuições	13	2.325.366	(6.247.052)
Salários e encargos sociais	14	109.031	(158.892)
Provisão para férias		8.685	(280.166)
Obrigações diversas	15	(852)	(3.445.584)
Adiantamento de cliente	16	58.940.852	(467.699)
		66.818.316	(12.031.825)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais		(4.448.430)	130.571.969
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
(Aumento) de partes relacionadas - ativo não circulante	17	(6.454.328)	(23.307.226)
Aumento de imobilizado e intangivel	10,11	(3.753.249)	(83.428.892)
Dividendos		(25.000.000)	-
(Aumento) Redução de direito de uso (leasing)	18	(777.682)	1.478.506
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos		(35.985.259)	(105.257.612)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Aumento (Redução) de partes relacionadas - passivo não circulante	17	67.646.016	(26.456.158)
Redução de arrendamento mercantil - passivo não circulante	18	(23.489)	(2.333.045)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos		67.622.528	(28.789.203)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		27.188.839	(3.474.846)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.227.424	9.702.270
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	33.416.263	6.227.424
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		27.188.839	(3.474.846)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

1 - Contexto Operacional: A PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda. ("Sociedade") foi constituída no Brasil em 11 de janeiro de 2006 e tem como atividade principal a aquisição e o processamento de dados sísmicos, eletromagnéticos, gravimétricos, dados geofísicos e geológicos, exclusivos e não exclusivos, classificados no Brasil como uma Empresa de Aquisição de Dados (EAD). Essa atividade é autorizada e regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esses dados são comercializados mediante cessão de direito de uso de dados sísmicos, para a indústria de petróleo e gás. A empresa fornece mapeamento por imagens e monitoramento dos reservatórios de petróleo e gás, além de serviços de suporte logístico e administrativo. A PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda. faz parte do grupo Petroleum Geo-Services (PGS) com sede em Oslo, Noruega, o grupo possui escritórios em 14 diferentes países, e escritórios regionais em Londres e Houston e é listado na bolsa de Oslo (OSE). Os impactos financeiros sobre as demonstrações financeiras da sociedade referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022 estão comentados na nota explicativa nº 30. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, e respectivas alterações, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, em conjunto com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Sociedade incluem, portanto, estimativas referentes às vidas dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicados de outra forma. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelos Administradores em 30 de março de 2023. **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa -** São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo estão representadas por depósitos bancários e fundo fixo, com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. Os ativos financeiros (circulante) mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado financeiro foram classificados como mantidos para negociação. **b) Contas a receber -** Estão registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando incorridas. **c) Demais ativos circulantes e não circulantes -** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, os rendimentos auferidos e as variações cambiais e monetárias, quando aplicáveis. **d) Imobilizado -** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, considerando-se a vida útil econômica estimada dos bens. **e) Intangível -** Representado por software em uso, demonstrado pelo valor de custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas indicadas na nota explicativa nº 11. Apresenta ainda operações de arrendamento mercantil conforme nota explicativa nº 18. A biblioteca Multicliente da Sociedade consiste em levantamentos de dados sísmicos que são licenciados para os clientes de forma não-exclusiva. Os custos incorridos a partir da abertura do projeto, incluindo as fases pré-aquisição, aquisição e imageamento para concluir os levantamentos sísmicos são capitalizados para a biblioteca de dados sísmicos Multicliente. Um projeto Multicliente é registrado como Ativo Intangível e os seus custos são capitalizados até o imageamento ser completado, o que pode ocorrer em meses ou ultrapassando os anos subsequentes ao término da aquisição de dados. A Sociedade registra os custos incorridos na biblioteca Multicliente de forma consistente com o seu investimento de capital e análise de decisões operacionais, o que geralmente resulta em cada componente da biblioteca Multicliente ser registrado e avaliado separadamente. A Sociedade amortiza cada pesquisa da biblioteca Multicliente com base na relação do custo total da pesquisa e a estimativa de vendas futuras por projeto, onde os percentuais de amortização são definidos em cada ano fiscal. Cada projeto/pesquisa é classificado em uma categoria de amortização, e com base nesta relação é definido o percentual de amortização. Outro componente da amortização da biblioteca Multicliente é a política de amortização linear, quando do encerramento do projeto e a porcentagem específica a ser aplicada ao custo capitalizado, obedece às normas definidas pela Sociedade em função do período restante estimado para geração de receitas de cada projeto. Em regras gerais, todas as pesquisas sísmicas, têm um perfil de 5 anos, começando no ano após a conclusão do projeto. **f) Redução ao valor recuperável de ativos -** O imobilizado, o intangível, os ativos circulantes relevantes e outros ativos não circulantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indícios de perdas não recuperáveis. A Administração da Sociedade efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 - Redução ao valor recuperável do ativo, aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização do Ativo imobilizado e intangível. **g) Passivo circulante e não circulante -** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos. **h) Imposto de renda e contribuição social -** Estão calculados de acordo com a legislação tributária vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15% mais adicional de 10%, e contribuição social à alíquota de 9%. **i) Apuração do resultado -** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. As receitas de vendas são reconhecidas em resultados para o ano. O custo de aquisição da biblioteca de dados sísmicos é amortizado levando em conta as receitas futuras de vendas, utilizando o método conhecido como "Previsão Estimada de Vendas". A Gestão da Empresa revisa periodicamente o valor de sua biblioteca de dados utilizando o método de amortização linear para projetos concluídos, no máximo em 5 anos. **j) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional (Real), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **k) Instrumentos financeiros -** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e contas com empresas ligadas, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados posteriormente de acordo com sua respectiva classificação. **l) Estimativas contábeis -** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado e as provisões para férias e para perdas em investimentos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **m) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas -** A administração da empresa considerou na preparação de suas demonstrações financeiras, quando aplicável, novos pronunciamentos técnicos e as revisões das normas e interpretações, divulgadas pelo IASB e CPC para o ano fiscal de 2022 e acredita que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	33.416.263	6.227.424
	33.416.263	6.227.424

5 - Contas a Receber	2022	2021
Petróleo Brasileiro S/A.	36.083.314	9.840.152
Shell Brasil Petroleo Ltda	38.170.131	-
Petronas Petroleo do Brasil Ltda	29.093.293	-
CNODC Brasil Petroleo e Gas Ltda	7.587.953	-
Chevron Upstream	-	8.670.918
Murphy Worldwide	-	8.370.750
	110.934.691	26.881.820

6 - Impostos a Recuperar	2022	2021
COFINS	86.816	3.454.513
PIS	15.955	747.129
IRRF sobre aplicações financeiras	92.297	3.340
IRRF sobre faturamento	16.805.264	-
CSLL sobre faturamento	3.682.136	-
	20.682.468	4.204.982

7 - Impostos Antecipados	2022	2021
IRPJ	390.278	414
CSLL	141.580	-
Outros impostos a recuperar	-	918
	532.858	1.332

8 - Adiantamento de Fornecedor	2022	2021
MS Logística	2.123.511	-
Agência Solana	1.043.231	-
OSM do Brasil	460.000	-
Rio Navegação e Serviços	341.235	-
Outros	107.583	-
	4.075.560	-

9 - Depósito judicial: O saldo de depósito judicial é demonstrado abaixo e é composto por processo relativo ao CIDE no âmbito Federal, assim como outros impostos.

	2022	2021
Impostos federais - CIDE – 2008	99.703.605	99.703.605
Outros impostos federais	27.969	80.684
	99.731.574	99.784.289

10 - Imobilizado	Taxa anual de depreciação	2021	Adições	Baixas	2022
Máquinas e equipamentos	25%	56.340	-	-	56.340
Computadores e periféricos	33,33%	8.410.233	34.998	-	8.445.231
Equipamentos telefônicos	10%	320.549	-	-	320.549
Móveis e utensílios	25%	10.180	-	-	10.180
Benfeitorias	20%	1.147.485	-	-	1.147.485
		9.944.787	34.998	-	9.979.785
(-) Depreciação acumulada		(9.547.202)	(264.315)	-	(9.811.517)
		397.585	(229.317)	-	168.268

Em 2015, conforme exigência do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Sociedade efetuou a revisão da vida útil do seu ativo imobilizado e aplicou as novas taxas de depreciação provenientes do resultado desta revisão, principalmente para os seus computadores constantes no seu Centro de Processamento de Dados, para esse item em específico a Sociedade utilizou a vida útil de 3 anos conforme características técnicas próprias da operação, como resultado deste procedimento foram feitos os ajustes necessários.

11 - Intangível	Taxa amortização anual	2021	Adições	Baixas	2022
Software	20%	64.101	-	-	64.101
(-) Amortização acumulada		(64.101)	-	-	(64.101)
		-	-	-	-

No intangível da Sociedade estão registrados, basicamente, os custos relativos à elaboração de dados sísmicos e as suas respectivas amortizações, de acordo com as práticas descritas na nota explicativa nº 3.e.

	2022				2021
	Custo	Adição	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Bacia Sedimentar do Ceará	184.452.652	-	(184.452.652)	-	-
Bacia de Santos	687.225.887	1.447.098	(687.225.887)	1.447.098	-
Bacias de Camamu e Almada	209.070.782	-	(209.070.782)	-	-
Bacia Potiguar	260.448.127	-	(246.211.913)	14.236.214	33.217.832
Bacia Sergipe – Alagoas	310.809.364	-	(310.809.364)	-	-
BS-1	94.954.446	-	(94.954.446)	-	-
Bacia de Campos	884.410.425	1.505.894	(664.943.819)	220.972.500	222.491.641
Bacia Foz do Amazonas	-	2.705.830	-	2.705.830	-
Bacia do Espírito Santo	90.302.511	-	(90.302.511)	-	-
Bacia do Jequitinhonha	97.086.330	-	(97.086.330)	-	-
	2.818.760.524	5.658.822	(2.585.057.704)	239.361.642	255.709.473

12 - Fornecedores	2022	2021
Almeida Demarest	54.042	26.369
Ambipar	1.936.490	-
Bichara Advogados	1.377	26.295
BKR Auditores	4.925	9.523
BP Aliança	4.205	13.302
BR Properties	82.810	75.229
BR Southeast	45.518	-
Bunker	1.584.694	-
Cabrera	91.428	28.685
Centurylink/ Cirion	129.874	256.354
Concept Mobility	-	5.465
Companhia Vila Velha	20.062	-
Engeo	279.294	97.328
Excellence	2.787	12.059
Galmacci	12.874	3.300
Generalli	5.535	4.455
Heating & Cooling	-	6.077
IBAMA	-	53.056
Itaú Vida e Previdência	31.818	25.845
L.P.T. Ramos	31.200	-
Mattos Filho	-	22.140
MS Logistica	14.882	-
Omni	87.744	-
Ovation	81.184	88.435
OSM do Brasil	233.000	-
Pontual Transportes	84.910	-
Rio Way Transportes	14.800	6.250
Selbetti	5.786	5.338
Solana	223.724	-
Toveri	934.064	-
Vitoria Ambiental	51.230	-
Zemax	58.247	-
Outros	117.378	25.144
	6.225.882	790.649

13 - Impostos e Contribuições	2022	2021
ISS retidos	66.377	9.125
ISS sobre faturamento	5.713.072	1.616.237
PIS sobre faturamento	278.120	-
COFINS sobre faturamento	1.275.554	-
Provisão de IRPJ / CSLL	-	3.628.650
IRRF	23.373	3.631
INSS	154.192	-
Outros	117.023	44.701
	7.627.711	5.302.344

14 - Salários e Encargos Sociais	2022	2021
INSS	166.091	122.795
IRRF	240.153	182.535
FGTS	47.077	38.960
	453.321	344.290

15 - Obrigações Diversas	2022	2021
Outros	55.000	55.852
	55.000	55.852

16 - Adiantamento de Clientes	2022	2021
Shell Brasil Petroleo	38.751.402	-
Ecopetrol Oleo e gas	22.327.200	-
(-) IRRF sobre faturamento	(916.179)	-
(-) ISS sobre faturamento	(1.221.571)	-
	58.940.852	-

17 - Partes Relacionadas: Os saldos com partes relacionadas estão distribuídos da seguinte forma no balanço patrimonial:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PGS Geophysical AS	-	164.000.774	-	167.967.648
Multiklient Invest AS	53.815.453	-	47.361.125	-
Petroleum Geo-Service AS	-	61.489.721	-	65.765.258
PGS Exploration US	-	107.107.779	-	114.555.257
PGS Falcon AS	-	105.971.487	-	46.584.535
	53.815.453	438.569.761	47.361.125	394.872.698

Tais saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas de balanço:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo não circulante:				
Clientes (i)	31.454.328	-	-	-
Mútuo entre partes relacionadas (ii)	22.361.125	-	47.361.125	-
	53.815.453	-	47.361.125	-
Passivo não circulante:				
Fornecedores (iii)	-	438.569.761	-	394.872.698
	-	438.569.761	-	394.872.698

(i) Refere-se aos serviços de processamento de dados à empresa Multiklient Invest AS. (ii) O contrato de empréstimo com a empresa Multiklient Invest AS foi financiado em reais, sem incidência de juros e prazo de pagamento estabelecido para 31 de dezembro de 2020, aditado para 31 de dezembro de 2023. O contrato foi devidamente registrado no Banco Central e valor líquido de IOF remetido em 11 de dezembro de 2017. Em 22 de janeiro de 2021, foi firmado novo contrato no valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem incidência de juros e devidamente registrado no Banco Central do Brasil. O valor da remessa foi líquido de IOF e o vencimento em 31 de dezembro de 2023. Nessa mesma data, foi celebrado aditivo contratual, consolidando o saldo remanescente do contrato datado de 08 de dezembro de 2017, incorporado ao contrato de 22 de janeiro de 2021, permanecendo o mesmo vencimento de 31 de dezembro de 2023, resultando em novo montante de R$66.273.575,00 (sessenta e seis milhões, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais). (iii) Refere-se à prestação de serviços de processamento de dados, afretamento de embarcações, serviço de tripulantes, dentre outros, pelas partes relacionadas estrangeiras, sendo as operações efetuadas em dólar. A Sociedade encontra-se em negociação dessas dívidas com as partes relacionadas. Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física. **18 - Operações de Arrendamento Mercantil:** As amortizações do direito de uso e os juros sobre os arrendamentos são reconhecidas diretamente no resultado, mensalmente, sendo as amortizações no grupo de despesas administrativas e os juros no resultado financeiro da Sociedade, respeitando os períodos de utilização contratuais. Os efeitos apresentados no período de 2022 foram:

	Ativo	Passivo
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	2.372.101	(2.970.805)
Juros	-	(1.166.517)
Pagamentos efetuados	-	2.333.045
Amortização	(1.478.506)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	893.595	(1.804.277)
Juros	-	(271.540)
Renovação contrato	2.055.120	(2.055.120)
Ajuste de termino de contrato	(192.976)	289.702
Pagamentos efetuados	-	1.788.907
Amortização	(1.084.462)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.671.277	(2.052.328)

19 - Capital Social: Em janeiro de 2021, a sócia PGS ASA retirou-se da sociedade, através da cessão e transferência da totalidade das quotas que detinha no capital social, totalmente integralizadas, no valor nominal de R$6.763.813,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e treze reais), por venda, à Petroleum Geo-Service AS. O capital social é de R$25.760.832 (Vinte e cinco milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e dois mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 25.760.832 (Vinte e cinco milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e duas) quotas no valor unitário de R$1,00.

Quotistas	Número em cotas	R$
PGS Geophysical AS	18.997.019	18.997.019
Petroleum Geo-Service AS	6.763.813	6.763.813
	25.760.832	25.760.832

20 - Receita Líquida	2022	2021
Receita Bruta	444.015.898	173.572.558
ISS sobre faturamento	(19.943.188)	(4.067.851)
PIS sobre faturamento	(6.807.266)	(2.332.644)
COFINS sobre faturamento	(31.354.679)	(10.744.298)
	385.910.765	156.427.765

21 - Custos dos Serviços Prestados	2022	2021
Bacia de Campos	3.025.034	54.579.625
Bacia de Potiguar	18.981.618	18.981.618
Hospedagem de dados	1.098.233	1.124.392
Custos diretos com projetos diversos	524.459	5.736.446
Fitas/cópias magnéticas	77.148	31.683
Custos com pessoal	1.466.937	-
Custo com tripulantes	39.701.383	-
Combustível	46.364.763	-
Afretamento	233.369.631	4.147.449
Helicóptero	1.279.660	-
Serviços de auditoria e segurança	3.124.276	-
Licença ambiental	905.732	904.427
Provisão de meio-ambiente	1.817.657	(3.407.714)
Custo com importação	3.024.812	-
Hospedagens / passagens	1.164.368	-
Materiais de consumo / escritório	1.125.294	-
Outros	839.652	44.095
	357.890.657	82.142.021

22 - Despesas Administrativas	2022	2021
Depreciação	251.617	271.630
Aluguéis	1.084.462	1.478.506
Energia elétrica	78.589	64.393
Condomínio	165.015	126.244
Conservação e manutenção	492.802	379.382
Honorários advocatícios	447.223	1.199.060
Telefone e comunicação	855.052	776.716
Higiene e limpeza	47.622	30.613
Aluguéis de equipamentos	57.530	75.174
Contábeis e fiscais	436.513	467.007
Apoio ao RH	32.332	27.693
Auditoria	38.838	71.045
Cursos	33.699	19.585
Publicidade e propaganda	59.787	12.318
Eventos	66.875	70.000
Despesas com viagem	307.147	38.320
Legais, judiciais e cartórios	63.884	96.139
Seguros em geral	62.224	213.766
Outros	461.638	348.824
	5.042.849	5.766.415

PGS SUPORTE LOGÍSTICO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ Nº 07.785.858/0001-58

23 - Resultado Financeiro, Líquido	2022	2021
Receitas Financeiras:		
Correção monetária	32.963	8.645
Variação cambial (i)	95.453.983	-
Outras receitas financeiras	467.634	68.645
	95.954.580	77.290
Despesas Financeiras:		
Variação cambial (i)	(71.351.653)	(23.831.926)
Juros de arrendamento	(271.539)	(1.166.517)
IOF	(816.346)	(648.742)
Descontos concedidos	-	(11.955)
Juros sobre Capital Proprio	(2.581.756)	-
Juros / Multas	(3.027)	(898.100)
Outras despesas financeiras	(3.095)	(1.980)
	75.027.416	(26.559.220)
	20.927.164	(26.481.930)

(i) Refere-se à variação cambial, principalmente, em transações de partes relacionadas em US$.

24 - Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e CSLL	37.610.839	37.610.839	37.519.646	37.519.646
Adições	75.554.957	75.554.957	108.386.750	108.386.750
Exclusões	(117.156.533)	(117.156.533)	(110.592.225)	(110.592.225)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de cálculo tributável	(3.990.737)	(3.990.737)	35.314.171	35.314.171
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional, após dedução de R$20 mil mês	10%	-	10%	-
Incentivos (PAT, Empresa Cidadã)	-	-	(24.566)	-
Impostos sobre o lucro no exercício	-	-	8.779.977	3.178.275

25 - Contingências: • Fiscalização CIDE 2008 (Nº 18470.723923/2012-12) Em 16 de maio de 2012, a Sociedade foi autuada pela RBF através da notificação nº. 18470.723923/2012-12, com base na alegação de que os pagamentos de afretamento envolvendo embarcações estrangeiras são sujeitos estão sujeitos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, uma espécie de imposto sobre combustíveis. A assessoria jurídica da empresa classificou a possibilidade de risco neste caso como remota. Em 12 de julho de 2012, a decisão foi proferida no primeiro nível da esfera administrativa, recusando o desafio apresentado pela Sociedade. Em 21 de agosto de 2012, uma apelação voluntária foi apresentada ao CARF, que ordenou que os procedimentos fossem conduzidos com o objetivo de obter uma compreensão mais completa da atividade da Empresa. Tais processos foram conduzidos e os registros dos casos foram devolvidos ao CARF, embora ainda estejam aguardando julgamento por tal Conselho. A PGS recebeu uma decisão desfavorável em 24 de outubro de 2017. A PGS apresentou embargo de declaração sobre a decisão proferida em 11 de dezembro de 2017. A PGS foi notificada em maio de 2018 que a embargo de declaração foi parcialmente admitida para julgamento e juiz designado para analisar o caso que tem 6 (seis) meses para tal e posteriormente incluir o caso para julgamento, que ocorreu em outubro de 2018. A corte fiscal administrativa não concordou com os argumentos apresentados pela PGS. Em 26 de fevereiro de 2019, a PGS foi notificada da decisão negativa pelo CARF. Em 13 de março de 2019, protocolou recurso especial que foi negado em 10 de maio de 2019. Em 17 de maio de 2019, a PGS protocolou recurso interposto contra a decisão desfavorável anterior, o qual que foi negado novamente em 27 de dezembro de 2019. Tendo em vista o encerramento da discussão na esfera administrativa, a Sociedade ingressou com a ação anulatória para discutir o mérito da causa. Em 20 de fevereiro de 2020, a Sociedade ajuizou ação anulatória para tentar suspender os débitos no Tribunal Federal de Brasília. Em 25 de maio, após a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ter protocolado as informações solicitadas pelo Tribunal, o juiz de primeira instância não acatou nosso pedido de liminar. Em 15 de junho de 2020, a Sociedade ingressou com aditivo ao pedido de liminar, para convertê-lo em ação anulatória. Atualmente, aguarda análise do juiz de primeira instância. Paralelamente a isso, na mesma data (15 de junho de 2020), a Sociedade interpôs agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu o pedido de liminar. Em 23 de junho de 2020, a segunda instância solicitou à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que apresentasse sua contrarrazão a apelação, antes de decidir sobre nosso agravo de instrumento. Em 13 de julho de 2020, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional interpôs a contrarrazão. Em 06 de outubro de 2020 a Sociedade foi notificada sobre a distribuição da execução fiscal. Em 28 de outubro, PGS peticionou requerendo a juntada do comprovante de deposito para suspensão a exigibilidade do débito. Em 24 de novembro de 2020, PGS apresentou manifestação requerendo a suspensão da presente Execução fiscal. Foi proferida decisão suspendendo a Execução Fiscal em 29 de novembro de 2020. Em 11 de Fevereiro de 2021, a Fazenda Nacional foi intimada para apresentar contestação. Em de fevereiro a Fazenda apresentou contestação. Em 15 de março de 2021, a PGS foi intimada par apresentar réplica. Em 20 de abril de 2021, a Sociedade apresentou a replica. Em 07 de maio de 2021, a PGS foi intimada acerca do Ato Ordinatório determinando que as partes especifiquem as provas que ainda pretendem produzir e a Fazenda nacional peticionou informando que não tem mais provas a produzir, bem como requerendo o julgamento antecipado da lide. Em 14 de maio de 2021, a PGS peticionou requerendo a produção de prova pericial e documental. Em 09 de agosto de 2021, foi proferida decisão intimando a Sociedade para informar o tipo de perícia que deseja produzir e o profissional adequado para realização da referida perícia e, em 23 de agosto de 2021, a PGS peticionou sugerindo a intimação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para nomear um profissional de seu quadro (preferencialmente geólogo ou engenheiro) para atuar como perito no caso. Atualmente PGS aguarda pela decisão sobre a petição para nomeação de um perito. Em 06 de abril de 2022 o juiz determinou que a ANP nomeasse um perito para o caso. Em 11 de maio a ANP indicou perito para o caso. Ao final de 2022, o caso se encontra em fase de provas. • Fiscalização IRRF 2011 (Nº 10872.720069/2015-32) Em 14 de abril de 2015, a PGS Brasil recebeu uma fiscalização tributária da Receita Federal sobre IRRF de 2011. O inspetor de impostos indicou que a transação de afretamento deveria estar sujeita a IRRF porque o navio não é para transporte de carga ou passageiro. O segundo item avaliado são faturas registradas no serviço de processamento de dados entre empresas e taxas de administração em 2011. Essas faturas ainda não foram pagas, mas o inspetor de imposto declarou que o fato gerador para data de vencimento do tributo é a data contábil. Em 13 de maio de 2015, a PGS entrou com uma defesa relacionada ao IRRF sobre afretamento, pois a PGS recebeu decisão favorável sobre este assunto para o ano de 2008. PGS junto com Demarest acredita que nossa chance de perda é remota com base nos argumentos apresentados pela 2ª. Painel CARF. A PGS também decidiu recorrer ao IRRF sobre processamento de dados e taxa de administração. Isso porque, no lado do processamento de dados, a PGS remeteu o IRRF quando os pagamentos foram feitos em 2012. O inspetor de impostos desconsiderou os pagamentos. A PGS recebeu uma decisão de 1º nível em 7 de abril de 2016, com o IRRF em faturas de processamento e processamento de dados confirmadas e o mesmo imposto sobre taxa de administração é cancelado. O juiz de primeiro nível repetiu as razões da avaliação fiscal para manter a avaliação. Como a PGS recebeu uma decisão favorável final sobre o mesmo contrato e a mesma embarcação no caso de 2008, a PGS recorrerá da decisão e, juntamente com a Demarest, ainda acredita que a PGS tem uma boa chance de prevalecer. A PGS interpôs recurso para a decisão de 1º nível em 30 de abril de 2016. Em 25 de julho de 2016, o procurador federal apresentou argumentos em resposta ao recurso interposto pela PGS. A PGS apresentou a defesa ao contra-argumento do procurador federal em 19 de setembro de 2016. O caso da PGS foi atribuído à mesma câmara, que decidiu o caso WHT de 2008 da PGS, mas nenhum juiz foi designado para o caso ainda. PGS recebeu decisão desfavorável no CARF 3 em julho de 2018. Em 03 de setembro de 2018, a PGS apresentou embargos de declaração que não foi aceito pelo CARF, sendo a empresa notificada em 19 de fevereiro de 2019. Em 1º de março de 2019, a PGS protocolou recurso especial junto a Câmera Especial do CARF. Em 17 de junho de 2019, o recurso especial foi colocado em espera para análise total já que o CARF aceitou a solicitação incluído nos embargos de declaração já que entendeu que um argumento não havia sido analisado (fato gerador do pagamento do imposto). Em 03 de março de 2020, o CARF negou provimento aos Embargos de Declaração. Em 01 de setembro de 2020, a empresa foi notificada sobre a decisão que negou seu pedido de esclarecimento. Em seguida, o processo voltou ao CARF para reanalisar o Recurso Especial da Sociedade interposto em 01 de março de 2019. Em 12 de fevereiro de 2021a PGS foi notificada da decisão do CARF que conheceu parcialmente Relatório Processual Principal Bichara Advogados 7 seu Recurso Especial.Em 19 de fevereiro de 2021 a PGS interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão que admitiu parcialmente seu Recurso Especial. Em 13 de abril de 2021 O Conselho Superior de Recursos Fiscais proferiu decisão negando provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela PGS. Em 28 de junho de 2021 a Receita Federal do Brasil apresentou contrarrazões ao Recurso Especial interposto pela PGS. Em 25 de novembro de 2021 o Conselho Superior de Recursos Fiscais proferiu decisão negando provimento ao Recurso Especial interposto pela PGS. Em 18 de fevereiro de 2022, a PGS opôs Embargos de Declaração em face do acordão que não conheceu o Recurso especial por ela interposto e está no aguardo da resposta. • Fiscalização Federal CIDE 2013 (Nº 10872.720340/2017-00) A fiscalização foi instalada com alegação pela Receita Federal de não recolhimento CIDE sobre serviços do exterior, que foram registrados durante do ano calendário de 2013. Valores dos débitos originais atualizados em dezembro de 2018: Total de R$10.828.415 aproximadamente. Em 2 de outubro de 2017, a PGS protocolou defesa contra a notificação de fiscalização. A PGS aguarda decisão em 1ª Instância Administrativa. Em 14 de março de 2019, a PGS foi notificada sobre a decisão desfavorável em 1ª instância administrativa. Em 15 de Abril de 2019, a PGS protocolou recurso voluntário contra a decisão anterior. Atualmente, a PGS aguarda a decisão em 2ª instância administrativa. A PGS aguarda a prolação de decisão em segunda instância administrativa. Não houve evolução em 2020, 2021 e 2022. • Fiscalização CIDE 2011 (Nº 10872.720070/2015-67) Em 14 de abril de 2015, juntamente com a fiscalização do IRRF, a PGS Brasil também recebeu a avaliação fiscal da CIDE sobre a mesma operação de fretamento, transação de processamento de dados e transação de taxa de administração. Além disso, o inspetor tributário também incluiu juros registrados relacionados a atraso no pagamento do afretamento como um valor sujeito à CIDE. O imposto foi pago pela PGS quando a PGS enviou o pagamento de juros para o exterior. Como a PGS não recebeu a decisão do segundo CARF, a PGS entende que a chance de perda neste caso é remota. Para a parte de processamento de dados, a PGS remeteu a CIDE ao fazer o pagamento no exterior em 2012. O inspetor fiscal desconsiderou o fato. A PGS recebeu uma decisão do CARF de 1º nível em 18 de janeiro de 2016. A decisão aceitou o argumento de que a CIDE não é devida, porém, manteve a CIDE sobre fretamento, taxa de administração da PGS ASA e fatura de Processamento de Dados da PGS. A PGS recorreu do processo em 17 de fevereiro de 2016. Como a PGS não recebeu a decisão do segundo CARF, a PGS considera que a chance de perda neste caso é remota por opinião do advogado. O procurador federal também apresentou os mesmos argumentos para o caso da CIDE contra o recurso da PGS. A PGS apresentou a defesa para o contra-argumento em 19 de setembro de 2016. O caso foi julgado em 26 de setembro de 2017 e um dos juízes decidiu enviar o caso para diligência solicitando a compreensão do evento desencadeante na CIDE, seja ele com base na data contábil ou data de pagamento. Nos dias 09 e 11 de junho de 2020, a Sociedade foi notificada para apresentar documentos. Em 30 de junho de 2020, a Sociedade apresentou suas respostas. Em 26 de setembro 2020, a empresa foi notificada sobre o resultado da diligência realizada pelo fisco. Em 25 de setembro de 2020, a Sociedade apresentou manifestação em face do relatório produzido em referida diligência. Em 25 de novembro de 2021 o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais proferiu acordão dando provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Empresa para cancelar integralmente o débito fiscal. Em 06 de fevereiro de 2022, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial em face do acordão que deu provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Empresa. Em 04 de julho de 2022, a PGS apresentou contrarrazões ao recurso interposto pela Procuradoria. A PGS aguarda a inclusão do caso em pauta para julgamento. • Fiscalização IRRF, PIS/COFINS retidos 2013 (Nº 10872.720332/2017-55 // Nº 10840.724051/2018-97) A PGS recebeu uma solicitação de inspeção fiscal inicial para o ano fiscal de 2013 em meados de 2016. A solicitação inicial está principalmente pedindo à PGS que apresente contrato entre empresas no contrato de afretamento. A PGS submeteu o pedido em 1 de junho de 2016. O inspetor do IRS entregou pessoalmente uma avaliação fiscal em 1 de setembro de 2017, os documentos escritos datados de 30 de agosto de 2017. Ele fez uma reavaliação sobre vários tipos de impostos sobre o afretamento que a PGS havia assumido impostos sobre transações. O fiscal havia avaliado PGS para IRRF, CIDE e PIS e COFINS, e incluindo juros e multas. A PGS recorreu das decisões/reavaliações. A PGS e advogados (Demarest) acreditam que a avaliação não tem base legal e nenhuma provisão foi feita para a exposição. Em 30 de Janeiro de 2018, a PGS aderiu à anistia com base na Lei nº13.586, referente ao IRRF sobre afretamento, pagando o auto de infração no valor de R$2.048.013 baseado nos cálculos revisados pelos advogados tributaristas, Demarest. A exposição foi reduzida em aproximadamente R$ 13 milhões e devido ao pagamento via anistia, o IRRF sofre afretamento foi eliminado. A disputa de PIS/COFINS e CIDE referente a 2013 permanece, e o IRRF remanescente sobre outros serviços continuam expostos. O caso da é tratado em fiscalização separada. Em 14 de março de 2019, a PGS foi notificada pela Receita Federal sobre a desfavorável decisão em 1ª instância administrativa do processo nº. 10872.720332/2017-55. Em 15 de abril de 2019, a PGS protocolou recurso voluntário contra a decisão anterior, o qual atualmente encontra-se pendente de decisão na 2ª instância administrativa. Em 12 de Setembro de 2019, foi verificado que o pedido de anistia da PGS foi negado, considerando apenas ser aplicável no ato de exploração e às empresas de exploração de *Oil&Gas*, que supostamente não seria o caso da PGS. Em 4 de outubro de 2019, a PGS apresentou uma petição solicitando revisão da decisão. Em novembro de 2019, a Receita Federal reconsiderou e incluiu a PGS no programa, cujo pagamento realizado pela PGS de IRRF foi cancelado e o processo nº. 18470.724051/2018-97 arquivado. Nessa ocasião, a Receita Federal verificou que havia transferido erroneamente parte do débito do IRRF sobre afretamento para o processo nº. 10872.720332/2017-55 e, portanto, solicitou ao CARF devolução do montante para o devido cancelamento. Não houve evolução em 2020, 2021 e 2022. • Fiscalização compensação crédito PIS/COFINS Jan e Out 2006 (Nº 12898.002143/2009-24) A fiscalização foi instalada com alegação pela Receita Federal de não recolhimento PIS e COFINS referente aos meses de janeiro e outubro de 2006. Valores dos débitos originais atualizados em dezembro de 2018: Total de R$9,642,025, sendo R$4,098,980 e R$5,543,045 referente aos débitos de outubro e janeiro de 2006, respectivamente, porém com a possibilidade de redução de aproximadamente 73% do montante. Em 18 de dezembro de 2009, a PGS protocolou a defesa junto à Receita Federal. Em 9 de março de 2013, a PGS foi notificada pela Receita Federal com decisão parcialmente favorável em 1ª Instância Administrativa, cancelando parte dos débitos do mês de janeiro de 2006. Em 2 de abril de 2013, a PGS protocolou apelação voluntária contra a decisão em 1ª instância parcialmente desfavorável. Em 25 de Julho de 2017, o CARF emitiu decisão negando apelação mandatória da parte não favorável a PGS e concedeu decisão igualmente parcialmente favorável referente aos débitos do mês de outubro de 2016 através da apelação voluntária. A Procuradoria da Receita Federal não entrou com apelação da parcela desfavorável da Receita Federal. Em 20 de Setembro de 2017, o caso foi encaminhado à Receita Federal da cidade do Rio de Janeiro, assim a PGS poderia ser notificada sobre decisão do CARF e eventual apelação especial. Contudo, em 31 de outubro de 2017, a Receita Federal solicitou recálculo dos montantes remanescentes e cancelados pelo CARF. Uma vez que os novos cálculos foram aceitos pelas autoridades fiscais, em 23 de setembro de 2020, a Empresa apresentou Recurso Especial em face da decisão emitida pelo CARF. Em 05 de março de 2021, a Empresa foi notificada de despacho que negou admissibilidade ao Recurso Especial. Em 12 de março de 2021, a Empresa apresentou Agravo. Em 17 de junho de 2021, a Empresa tomou ciência acerca da decisão que rejeitou seu Agravo e confirmou a negativa de seguimento do seu Recurso Especial. Em 16 de julho de 2021 a PGS efetuou o pagamento dos débitos remanescentes no valor de R$ 1.156.998,49. Os processos de natureza tributária, os quais estão pendentes de julgamento, estão apresentados como segue:

	2022		2021	
	Valor estimado	Valor contabilizado	Valor estimado	Valor contabilizado
Processo Nº 18470.723923/2012-12 RFB	107.696.527	-	101.801.553	-
Processo Nº 10872.720069/2015-32 RFB	37.141.910	-	34.741.640	-
Processo Nº 10872.720070/2015-67 RFB	24.887.531	-	23.275.799	-
Processo Nº 10872.720340/2017-00 RFB	12.796.869	-	11.822.118	-
Processo Nº 10872.720332/2017-55 RFB	18.462.739	-	17.054.630	-
Outros Processos RFB	15.822.130	-	9.722.358	-
	216.807.706	-	198.418.098	-

Além dos processos acima mencionados, a Sociedade é parte envolvida em processos de natureza cível e trabalhista, que resultam em um montante de R$898.253, também de prognóstico possível e pendentes de julgamento. **26 - Exigências Fiscais e Tributárias:** As declarações de imposto de renda apresentadas desde a constituição da Sociedade estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. Não obstante, a Administração da Sociedade não espera que, em caso de revisão, possam surgir passivos adicionais relevantes. **27 - Benefícios a Empregados:** A Sociedade oferece a seus empregados benefícios como assistência médica e vale alimentação, dentre outros. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício. **28 - Instrumentos Financeiros:** O valor contábil dos ativos e passivos financeiros equivale aproximadamente ao seu valor de mercado. A Sociedade, no exercício de 2022, não contratou operações visando proteção contra oscilação de taxas de juros e/ou cambiais (operações com derivativos), bem como não possui instrumentos financeiros não registrados. A Sociedade opera com alguns instrumentos financeiros, basicamente, disponibilidades, e empréstimos e financiamentos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado e foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção *("hedge")* em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Gerenciamento de Risco Financeiro - **a) Risco de crédito -** As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O risco de Sociedade está minimizado, considerando que 100% das operações de empréstimos foram realizadas com empresas do mesmo grupo econômico. **b) Risco de liquidez -** É o risco da Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez de caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados frequentemente pela Sociedade. **c) Risco de mercado -** *Risco com taxa de juros* - O risco associado é oriundo da possibilidade da Sociedade incorrer em perdas provocadas pelas flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. **d) Riscos com taxa de câmbio -** Os resultados da Sociedade estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar. As operações com clientes também estão atreladas ao dólar, bem como, todo o passivo de longo prazo, dessa forma, a Sociedade diminui o risco cambial, evitando descasamento entre os valores a pagar e a receber em moeda estrangeira. **29 - Remuneração a Dirigentes:** A remuneração dos dirigentes da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$1.919.391 (R$1.194.961, em 2021). **30 - Resultado Operacional:** O ano de 2022 foi marcado pela recuperação da indústria de Oil&Gas através dos investimentos no setor, após término da pandemia. A PGS inciou em maio um contrato exlusivo assinado em 2019 com a Petrobras, além de outras receitas de contratos multiclientes. A perspectiva para 2023 é bastante otimista, com o aquecimento da indústria já demostrado em 2022, em junho a empresa começara mais projeto de contrato exclusivo com a Petrobras e a PGS fechou parceria com a SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA para constituirem juntas um consórcio que atuará na prestaçao de serviços para contratos multiclientes já para início do ano. A PGS apresentou 82% do total da receita bruta relacionada diretamente à nova Aquisição Sísmica exclusiva e 18% referente receitas "Late Sale". O PBT foi impactado de forma positiva em torno de 44% pela flutuação cambial na ordem de 7% entre dezembro de 2021 (5,5805) e dezembro de 2022 (5,2177) gerando variação cambial positiva relevante nas transações da Intercompany. **31 - Seguros (não auditado):** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes da PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda.

Diretoria: Tatianne Christian Feitosa - Diretora de Finanças e Administração
Adrian Robert Burke - Administrador
Contador: Ricardo Rosati
CRC/RJ - 1SP220213/O-6 - CPF: 127.141.598-42

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e quotistas da PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos -** ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*** **-** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório emitido em 30 de março de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.
Lopes, Machado - Auditors, Consultants & Business Advisers
CRC-RJ-2026/O-5
Marcio Alves Gonçalves Marçal - Contador CRC-RJ-106.994/O-8

ANCAR IVANHOE DOWNTOWN S.A

CNPJ Nº 28.774.648/0001-34

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	1.341	12.129
Não Circulante	15.804	15.605
TOTAL DO ATIVO	**17.145**	**27.734**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	717	1.344
Não Circulante	535	8.876
Patrimônio Líquido	15.893	17.514
TOTAL DO PASSIVO	**17.145**	**27.734**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Ancar Ivanhoe Downtown S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 87,55%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 10,83%,Ricardo B. de Carvalho com 0,27%, Roberto B. de Carvalho com 0,27% Luciana B. de Carvalho com 0,27%, Marcos B. Carvalho com 0,27%, Marcelo B. Carvalho com 0,27% e Mariana B. Carvalho de Oliveira, com 0,27% do capital social. Sua atividade principal é a gestão e administração da propriedade imobiliária.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	305	439
Custos dos Serviços prestados	(2.024)	(3.354)
Lucro bruto	**(1.719)**	**(2.915)**
Receitas (despesas) Operacionais:	(1.078)	(1.830)
Ajuste a valor justo	200	8.830
I.R. e C.S.	(140)	(36)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**(2.737)**	**4.049**
Lucro (Prejuízo) por Ação	(0,05)	0,06

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(10.198)**	**10.228**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.003	775
No fim do exercício	805	11.003

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**59.720**	–	–	**(39.393)**	**20.327**
Aumento de Capital	2.400				2.400
Absorção de perdas	(39.393)			39.393	–
Redução de Capital	(8.300)				(8.300)
Resultado do Exercício				4.049	4.049
Constituição de Reservas		202	2.885	(3.087)	–
Constituição dividendos				(962)	(962)
Saldos em 31/12/2021	**14.427**	**202**	**2.885**	–	**17.514**
Dividendos complementares			(2.885)		(2.885)
Aumento de Capital	4.001				4.001
Prejuízo do Exercício				(2.737)	(2.737)
Absorção de Reservas		(202)		202	–
Saldos em 31/12/2022	**18.428**	–	–	**(2.535)**	**15.893**

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contadora:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A

CNPJMF 04.743.858/0001-05

Diretoria

Maria Abreu do Valle - Diretora Presidente
Luciano Reis da Silva – Diretor
Vinicius Leite Correa - Diretor

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, A administração da MPE - Engenharia e Serviços S.A., submete à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração com as demonstrações financeiras da sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Administração.

Balanços Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	784	636
Contas a receber	5	86.462	50.146
Adiantamento a terceiros	6	115.442	87.099
Partes relacionadas	11	-	238
Contas com consorciadas	12	26.396	51.867
Outros recebíveis	8	29.884	21.338
		258.968	211.324
Não Circulante:			
Realizável a longo prazo			
Adiantamento a terceiros	6	94.451	71.263
Credito por avaliação econômica	7	206.391	158.221
Outros recebíveis	8	8.335	7.351
		309.177	236.835
Investimentos	9	22.924	26.463
Imobilizado		6.175	884
Intangível	10	41.456	42.970
		379.732	307.152
		638.700	518.476

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Fornecedores		1.806	1.042
Partes relacionadas	11	1.869	-
Empréstimos e financiamentos		13.434	5.956
Tributos e contribuições	15	57.185	37.876
Obrigações trabalhistas	13	58.895	41.681
Outras obrigações	14	9.080	6.579
		142.269	93.134
Não Circulante:			
Tributos e contribuições	15	80.415	59.933
Obrigações trabalhistas	13	62.264	67.686
		142.679	127.619
Patrimônio líquido			
Capital social	16	250.000	175.000
Reservas de lucros		103.752	122.723
		353.752	297.723
		638.700	518.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros legal	Reservas de lucros especial	Reservas de lucros Total	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	175.000	6.945	90.569	97.514	-	272.514
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.209	25.209
Constituição de reserva legal	-	1.260	-	1.260	(1.260)	-
Tranferência de lucros acumulados para reserva especial	-	-	23.949	23.949	(23.949)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	175.000	8.205	114.518	122.723	-	297.723
Aumento de Capital	75.000	-	(75.000)	(75.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.029	56.029
Constituição de reserva legal	-	2.801	-	2.801	(2.801)	-
Tranferência de lucros acumulados para reserva especial	-	-	53.228	53.228	(53.228)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	250.000	11.006	92.746	103.752	0	353.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas de serviços prestados/ produtos vendidos	601.172	332.787
Impostos incidentes	(61.922)	(38.772)
Receita operacional líquida	539.250	294.015
Custos dos serviços prestados/ produtos vendidos	(426.819)	(254.593)
Lucro bruto	112.431	39.422
Receitas (despesas) operacionais:		
Despesas comerciais	(2.655)	(4.468)
Despesas administrativas	(23.159)	(19.133)
Resultado financeiro líquido	(2.440)	(3.874)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.914)	29.119
Resultado de equivalência patrimonial	3.629	(2.870)
	(27.539)	(1.226)
Lucro operacional	84.892	38.196
Resultado antes da tributação	84.892	38.196
Contribuição social e imposto de renda	(28.863)	(12.987)
Lucro líquido do exercício	56.029	25.209
Lucro líquido do exercício por ação do capital social	1,35	0,61
Demonstração do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	56.029	25.209
Contribuição social e imposto de renda	28.863	12.987
Depreciação	532	54
Resultado financeiro, líquido	2.440	3.874
EBITDA	87.864	42.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	56.029	25.209
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciações	532	42
Resultado de equivalência patrimonial	(3.629)	2.870
	52.932	28.121
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento de contas a receber	(84.486)	(73.216)
Aumento de adiantamento a terceiros	(51.531)	(26.319)
Aumento em outros recebíveis	(9.530)	(5.180)
Redução em contas com consorciadas	25.471	1.874
Aumento (redução) em fornecedores	764	(1.442)
Aumento em obrigações trabalhistas	11.792	15.269
Aumento em tributos e contribuições	39.791	18.257
Aumento (redução) em outras obrigações	2.501	(89)
Recursos liquidos aplicados nas atividades operacionais	(12.296)	(42.725)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento/Redução de investimentos	7.168	(1)
Adições/Exclusão ao imobilizado	(5.823)	960
Adições/Exclusão ao intangivel	1.514	37.490
Recursos liquidos gerados nas atividades de investimentos	2.859	38.449
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	7.478	21
Partes relacionadas	2.107	4.634
Recursos liquidos gerados nas atividades de financiamentos	9.585	4.656
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	148	380
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	636	256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	784	636
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	148	380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2001, com sede no Rio de Janeiro, através da incorporação do acervo líquido das Companhias pertencentes ao segmento de serviços de concessões e serviços de engenharia, independente do tipo de Companhia, de percentual de participação, da relevância e da influência dos investimentos. Na AGE realizada em 25 de março de 2014, os acionistas aprovaram a mudança do nome empresarial antes denominada MPE Participações em Engenharia e Serviços S.A. para MPE Engenharia e Serviços S.A e também pela alteração do objeto social da Companhia com a inclusão de atividades ligadas a engenharia e serviços dos segmentos de transportes e aeroportos. Em 2015, a inclusão desses novos serviços alavancou as operações da Companhia. No último trimestre de 2018, os executivos da Companhia assumiram os Ativos e Operações em andamento através de uma operação Management Buy-Out (MBO). A vantagem contida nessa operação é o fato de os gestores possuírem real conhecimento financeiro e operacional da Companhia. Nesta operação a Companhia carrega consigo mais de 30 anos de Engenharia e acervos. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Companhias por Ações, e nas normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Em 2022 e 2021 a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pela Diretoria em 14 de abril de 2023. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente às demonstrações financeiras **apresentadas. 3.1 Caixa e equivalente de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **3.2 Contas a receber:** A conta é constituída pelas notas fiscais emitidas e não recebidas, e dos serviços medidos e não faturados até 31 de dezembro de 2022. A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, avaliou não haver necessidade de registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A referida provisão é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. **3.3 Investimentos:** As participações em coligadas e controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras das empresas investidas. Os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição. **3.4 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. **3.5 Ativos circulantes e não circulantes:** Estão registrados ao custo da aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, quando aplicável, que não supera o valor de mercado. Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.6 Apuração do resultado:** As receitas de serviços e venda de produtos, e os correspondentes custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. A parcela atribuível ao imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, conforme a legislação aplicável. **3.7 Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os valores de realização, como aplicações financeiras, depreciação de imobilizado, financiamentos, tributos e contribuições, obrigações trabalhistas e outras obrigações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente. **3.8 Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. **3.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 21/79 da Secretaria da Receita Federal, aplicável a contratos de longo prazo, tendo alíquotas de 15 % acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Dentre as alternativas de reconhecimento da receita de vendas definidas na referida instrução, a Companhia optou pelo método de custo incorrido. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Representado por recursos disponíveis, a saber:

	2022	2021
Caixa	49	226
Bancos conta movimento	735	410
	784	636

5 - Contas a Receber: Os registros contábeis do Contas a Receber da Companhia são efetuados de acordo com o regime de competência dos exercícios, incluindo as medições de serviços a faturar, cujos custos correspondentes já transcorreram até a data do balanço. Os prazos médios de recebimentos do contas a receber da companhia em seus diversos contratos giram em torno de 30(trinta) dias, e os principais clientes da companhia são entes públicos e companhias de economia mista. **6 - Adiantamento a terceiros:** Referem-se a adiantamentos de recursos efetuados pela companhia a empresa MPE S.A. Participações e Administração cujo a liquidação se dará ao longo do cumprimento da operação de Management Buy-Out (MBO), operação pela qual ocorreu a alienação do controle da companhia. **7 - Crédito por Avaliação Econômica:** São créditos originários de diversos contratos de prestação de serviços firmados pela companhia, sob o prazo médio de 5(cinco) anos, os quais não incidem encargos e que a sua realização está relacionada diretamente a performance operacional da companhia da execução destes contratos, os valores foram dimensionados por empresa de consultoria independente.

8 - Outros Recebíveis

	2022	2021
Circulante	29.884	21.338
Não circulante	8.335	7.351
	38.219	28.689

Referem-se, substancialmente, a Adiantamentos a Funcionários e Dividendos a Receber (Circulante) e Depósitos Judicias (Não circulante).

9 - Investimentos: Os investimentos apresentam a seguinte composição:

Controladas e Coligadas	Participação % ON 2020	Participação % PN 2020	Patrimônio Líquido	Resultado Equivalência Patrimonial	2022	2021
EBSE Gestão S/A	50,00	-	36.392	3.629	21.825	18.196
Gest Corp Gestão Empresarial Ltda	68,00		12.173	-	-	7.168
Outros Investimentos				-	1.099	1.099
				3.629	22.924	26.463

10 - Intangível: Refere-se ao valor do Laudo de Avaliação Econômica da Certificação Técnica da Companhia, emitido por empresa de consultoria independente. **11 - Partes Relacionadas (circulante e não circulante):** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimentos para essas transações, os valores se referem substancialmente a Empresa Gemonsul Serviços e Comércio de Materiais Ltda, a qual a companhia participa. Em 31 de dezembro de 2022, os valores a crédito da companhia tem a liquidação prevista para curto e longo prazo:

	2022	2021
Circulante	1.869	-
Não Circulante	-	-
	1.869	-

12 - Contas com Consorciadas: Referem-se a créditos a receber e a débitos a pagar de consórcios do segmento de Transportes e Aeroportos, no qual a Companhia possui percentuais de participação diferenciados. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para esses créditos. São em sua totalidade consórcios formados para a execução de contratos com a administração pública, com prazos de execução variados. **13 - Obrigações Trabalhistas:** Refere-se ao acordo firmado entre a companhia e o Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região, através de REF, homologado, que tem por objetivo a liquidação das verbas trabalhistas de antigos colaboradores, mediante a atualização de monetária dos valores e com a liquidação em parcelas fixas mensais atualizadas a cada seis meses, com referência no maior índice entre a Selic e IPCA-E.

14 - Outras Obrigações (circulante)

	2022	2021
Obrigação para aumento de capital	5.183	5.183
Dividendos a pagar	389	389
Credores diversos	3.508	1.007
	9.080	6.579

15 - Tributos e Contribuições (circulante e não circulante)

	2022	2021
INSS – parcelamento	1.226	1.072
PIS/COFINS/CSLL – parcelamento	1.025	912
IRPJ	39.012	18.225
CSLL	14.045	6.405
ISS – parcelamento e corrente	9.468	10.500
IRRF – parcelamento e corrente	1.142	1.132
PIS – parcelamento e corrente	5.336	3.625
COFINS – parcelamento e corrente	23.661	15.928
Contribuição previdenciária s/ faturamento	40.335	39.856
IOF- parcelamento	13.450	15.137
Impostos ativos compensados	(11.100)	(14.983)
	137.600	97.809

A MPE Engenharia e Serviços S.A., está concluindo conciliações entre as suas posições contábeis e a posição do fisco no que se refere aos tributos e contribuições, em função da Legislação atual. A administração não espera ter impactos significativos em decorrência dessas conciliações. **16 - Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado, está representado por 16.644 ações ordinárias nominativas e 24.966 ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. Aos titulares das ações é assegurado, estatutariamente, em cada exercício, um dividendo anual mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. **17 - Instrumentos Financeiros:** Exceto as transações com partes relacionadas, os instrumentos financeiros das Controladas encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A sociedade não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **18 - Ações Judiciais:** A Companhia, por intermédio de seus consultores jurídicos, está discutindo judicialmente diversas ações de naturezas trabalhistas e cíveis. Estes mesmos consultores consideram que os montantes pleiteados pelos autores são classificados como possíveis ou prováveis de êxito por parte da Companhia. A Administração da Companhia, embasada em dados históricos, acredita que em caso de eminente perda de grande parte dessas ações, os valores poderão ser liquidados por cifras muito inferiores as pleiteadas, não havendo, portanto, razoabilidade necessária para determinar uma base adequada de provisão contábil. **19 - Eventos Subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base do presente Demonstrações Contábeis e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Contador: Luciano Reis da Silva - CRC-RJ 102761/ O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Srs. Diretores e Acionistas da MPE Engenharia e Serviços S.A. - Rio de Janeiro – RJ. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da MPE Engenharia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MPE Engenharia e Serviços S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 1. A Companhia efetuou a equivalência patrimonial nas suas controladas Gest Corp Gestão Empresarial Ltda e EBSE Gestão Empresarial Ltda, com base em balancetes de 31 de dezembro de 2022. Essas controladas não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. Consequentemente não podemos expressar uma opinião sobre esses investimentos. 2. A administração da Companhia não dispõe de estudo para mensurar o ajuste a valor presente de Ativos e Passivos registrados no seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, conforme determina o CPC 12. Devido a este fato, não temos condições de concluir quanto à eventual necessidade de ajuste dos saldos aos respectivos valores líquidos de realização. 3. Conforme divulgado na nota explicativa 15, a Companhia está concluindo uma conciliação entre a sua posição contábil e a posição do fisco com relação aos tributos e contribuições correntes. A administração da Companhia não espera ter impactos significativos em decorrência dessa conciliação. **Incerteza**: ***Realização de Ativos***: Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Companhia registrou como créditos de avaliação econômica o valor de R$ 206.391 referente a diversos contratos de prestação de serviços firmados pela Companhia, com o prazo médio de 5 (cinco) anos, os quais não incidem encargos e que a sua realização está relacionada diretamente a performance operacional da Companhia na execução desses contratos. Os valores foram dimensionados por empresa de consultoria independente. Dependendo de eventos e decisões futuras, podem ocorrer reflexos diferentes destes considerados pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos**: **Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior**: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós e sobre elas emitimos relatório dos auditores datado de 08 de abril de 2022, contendo ressalvas similares e incerteza, relacionada acima. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

Lopes, Machado Auditors, Consultants & Business Advisers | BKR International
CRC-RJ-2026-O/5

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

José Carlos de Almeida Martins
Contador - CRC-RJ-036.737-0

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Pampa Transmissão de Energia S.A**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2022 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Pampa Transmissão de Energia S.A** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de novembro de 2018 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%) e Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária:

2 Ambiente Econômico: Em 2022, o mundo conviveu com um mix de incertezas, passando pela guerra da Ucrânia, possível crise energética na Europa e as altas de juros em economias relevantes para conter o aumento da inflação. O FMI (Fundo Monetário Internacional) publicou um estudo mostrando que a mundo passa por um período de desaceleração econômica e alta da inflação. No Brasil, além dos reflexos do ambiente internacional, tivemos um ano eleitoral e diversas medidas e sinalizações dos agentes econômicos e governamentais para endereçar as mais variadas questões internas. Em 2022, o Relatório Focus do Banco Central projetava a variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 5,1% e 8,9% para 2022 que, ao final do ano, fechou em 5,79%. Já a SELIC era de 9,25% no início do ano e terminou em 13,75% no fim de 2022. No mês de dezembro, de 2022, as projeções de IPCA para 2023 foram de 5,08% para 5,31%, e as da SELIC para 2023 foram de 11,75% para 12,25%. Na parte cambial, o dólar fechou em 2022 cotado a R$ 5,28, uma queda acumulada de 5,31%, sua primeira queda em 5 anos. No que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro, o último Relatório Focus lançado em 2022 divulgou uma projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,80% para 2023, em comparação com o ano anterior. **3 Ambiente Regulatório:** No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Setor Elétrico (NOS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgaram a previsão da carga, com crescimento médio de 3,4% entre 2023 e 2027. Considerando os resultados de 2022, em 2023, é projetado um aumento de 2,7% na carga, que poderá atingir o patamar de 71.735 MW médios, caso o PIB tenha um aumento de 0,7%, estando esse resultado (de crescimento de PIB) alinhado com as projeções do Banco Central para 2023. **4 Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase final de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km; • Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km; • Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65km; • Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA); e • Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; **5 Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. **6 Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7 Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8 Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9 Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Administração.**

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	**201.994**	94.340	180.166
Impostos a recuperar		**5.001**	1.370	125
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	**-**	16.260	-
Ativo de contrato	7	**331.532**	-	-
Outros ativos circulantes		**209**	123	197
Total do ativo circulante		**538.736**	112.093	180.488
Não circulante				
Ativo de contrato	7	**798.341**	525.052	170.326
Outros ativos não circulantes		**-**	257	358
Total do ativo não circulante		**798.341**	525.309	170.684
Total do ativo		**1.337.077**	637.402	351.172
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	8	**3.507**	21.041	3.296
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	**280.405**	391.210	253.303
Impostos a recolher		**5.455**	640	196
Partes relacionadas	9	**30.472**	16.798	27.176
Dividendos a pagar	13.b	**36.864**	25.770	8.124
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	**1.658**	-	528
Outros passivos		**332**	599	-
Total do passivo circulante		**358.693**	456.058	292.623
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures		**376.194**	-	-
PIS e COFINS diferidos	11.1	**104.513**	48.567	15.756
IRPJ e CSLL diferidos	11.2	**92.329**	52.990	16.629
Outros passivos		**1.075**	791	105
Total do passivo não circulante		**574.111**	102.348	32.490
Patrimônio líquido	12			
Capital social		**146.486**	1.486	1.486
Reserva de lucros		**257.787**	77.510	24.573
Total do patrimônio líquido		**404.273**	78.996	26.059
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.337.077**	637.402	351.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida	13	**550.937**	321.915	153.969
Custo	14	**(332.359)**	(201.397)	(101.086)
Lucro bruto		**218.578**	120.518	52.883
Despesas operacionais	14			
Gerais e administrativas		**(1.869)**	(1.095)	(700)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**216.709**	119.423	52.183
Resultado financeiro	15			
Receitas financeiras		**22.401**	8.870	1.897
Despesas financeiras		**(3.934)**	(21.349)	(4.605)
		18.467	(12.479)	(2.708)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**235.176**	106.944	49.475
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	**(4.467)**	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	**(75.493)**	(36.361)	(16.680)
Lucro líquido do exercício		**155.216**	70.583	32.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**155.216**	70.583	32.795
Total de resultados abrangentes	**155.216**	70.583	32.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**235.176**	123.934	49.475
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais:			
Receita de construção-ativo de contrato	**(539.215)**	(346.553)	(164.045)
Receita de remuneração-ativo de contrato	**(65.606)**	(26.908)	(5.574)
Impostos diferidos	**55.946**	34.556	15.695
Juros e atualização monetária sobre dívidas financeiras	**22.124**	9.180	3.303
Instrumentos financeiros derivativos	**17.918**	(16.788)	528
Custo de transação	**17**	-	-
Variação cambial	**1.061**	12.165	-
Provisões	**(5.859)**	6.762	1.879
Lucro ajustado	**(278.438)**	(203.652)	(98.739)
Variações nos ativos e passivos:			
Partes relacionadas	**13.674**	(10.378)	27.176
Tributos a recuperar	**(3.631)**	(1.245)	(125)
Outros ativos	**171**	175	146
Fornecedores	**(11.673)**	10.983	1.217
Tributos e contribuições sociais a recolher	**348**	444	167
Outros passivos	**17**	1.285	-
	(1.094)	1.264	28.581
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(279.532)**	(202.388)	(70.158)
Atividades de financiamento			
Integralização de capital	**145.000**	-	309
Captação empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.074.018**	375.000	250.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(799.608)**	(250.000)	-
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(16.777)**	(8.438)	-
Variação cambial realizada	**(15.447)**	-	-
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**387.186**	116.562	250.309
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**107.654**	(85.826)	180.151
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**94.340**	180.166	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**201.994**	94.340	180.166
Aumento (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**107.654**	(85.826)	180.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reserva de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)	**12**	1.486	297	24.276	-	26.059
Lucro líquido do exercício		-	-	-	70.583	70.583
Destinação de lucros a:						
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(17.646)	(17.646)
Reserva de lucros a realizar		-	-	52.937	(52.937)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**12**	**1.486**	**297**	**77.213**	**-**	**78.996**
Integralização de capital		**145.000**	-	-	-	**145.000**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	**155.216**	**155.216**
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	**7.761**	-	**(7.761)**	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	**(36.864)**	**(36.864)**
Reserva de lucros a realizar		-	-	**172.516**	**(110.591)**	**61.925**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12**	**146.486**	**8.058**	**249.729**	**-**	**404.273**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de novembro de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703-Centro-20.030-021-Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão. **1.1. Concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 13/2019 - ANEEL, datado de 22 de março de 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande do Sul: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km; (ii) Linha de transmissão Guaíba 3-Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km; (iii) Linha de transmissão Viamão 3-Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km; (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA); (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em integralmente em fase de pré-operacional e a previsão inicial de entrada em operação em 22 de março de 2023. No entanto, em 2 de junho de 2020, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 8.926, autorizou a postergação em quatro meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujos prazos definidos nos atos de outorga sejam posteriores a 11 de março de 2020 (data da declaração de pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde - OMS). Dessa forma, o novo prazo regulatório para a entrada em operação comercial passa a ser de 22 de julho de 2023. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **1.2. Receita Anual Permitida-RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida-RAP no montante R$ 74.721, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.3. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **1.4. Impactos do COVID-19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19. A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de abril de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 7)-critério de apuração e remuneração do ativo contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 11)-reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 19)-reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04

determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 4 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que foram observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: • Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. • Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)-Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **3.11. Dividendos a pagar:** Os dividendos aprovados são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras do exercício, com base no estatuto social da Companhia e deliberações tomadas pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que estes são devidamente aprovados pelos acionistas. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Novas normas e interpretações:** a) Normas emitidas e vigentes: • CPC 00 (R2)-Estrutura conceitual para relatório financeiro • CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8)-Definição de omissão material • CPC 06 (R2): Arrendamentos. • CPC 38 (IAS 39)-Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração • CPC 40 (R1)-Instrumentos Financeiros: Evidenciação • CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: *CPC 50 (IFRS 17)-Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17-Contratos de Seguro (CPC 50-Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11-Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 -Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:* Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **5. Reapresentação:** A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu com ajustes no balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e certas notas explicativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, originalmente emitidas em 18 de abril de 2022. Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os impactos dos ajustes estão sendo demonstrados a seguir:

a) Balanço patrimonial

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
Ativo	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	94.340	-	94.340	180.166	-	180.166
Impostos a recuperar	1.370	-	1.370	125	-	125
Instrumentos financeiros derivativos	16.260	-	16.260	-	-	-
Outros ativos circulantes	123	-	123	197	-	197
Total do ativo circulante	112.093	-	112.093	180.488	-	180.488
Não circulante						
Outros ativos não circulantes	257	-	257	358	-	358
Ativo de contrato	407.879	117.173	525.052	151.591	18.735	170.326
Total do ativo não circulante	408.136	117.173	525.309	151.949	18.735	170.684
Total do ativo	520.229	117.173	637.402	332.437	18.735	351.172
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	21.041	-	21.041	3.296	-	3.296
Empréstimos e financiamentos	391.210	-	391.210	253.303	-	253.303
Impostos a recolher	640	-	640	196	-	196
Partes relacionadas	16.798	-	16.798	27.176	-	27.176
Dividendos	8.225	17.545	25.770	5.321	2.803	8.124
Instrumentos derivativos	-	-	-	528	-	528
Outras obrigações	599	-	599	-	-	-
Total do passivo circulante	438.513	17.545	456.058	289.820	2.803	292.623
Não circulante						
IRPJ e CSLL diferidos	16.836	36.154	52.990	10.852	5.777	16.629
PIS e COFINS diferidos	37.728	10.839	48.567	14.011	1.745	15.756
Outras obrigações	791	-	791	105	-	105
Total do passivo não circulante	55.355	46.993	102.348	24.968	7.522	32.490
Patrimônio líquido						
Capital social	1.486	-	1.486	1.486	-	1.486
Reserva de lucros	24.875	52.635	77.510	16.163	8.410	24.573
Total do patrimônio líquido	26.361	52.635	78.996	17.649	8.410	26.059
Total do passivo e patrimônio líquido	520.229	117.173	637.402	332.437	18.735	351.172

b) Demonstração do resultado do exercício

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Receita operacional líquida	232.571	89.344	321.915	136.979	16.990	153.969
Custo	(201.397)	-	(201.397)	(101.086)	-	(101.086)
Lucro bruto	31.174	89.344	120.518	35.893	16.990	52.883
Despesas operacionais						
Gerais e administrativas	(1.095)	-	(1.095)	(700)	-	(700)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	30.079	89.344	119.423	35.193	16.990	52.183
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	8.870	-	8.870	1.897	-	1.897
Despesas financeiras	(21.349)	-	(21.349)	(4.605)	-	(4.605)
	(12.479)	-	(12.479)	(2.708)	-	(2.708)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.600	89.344	106.944	32.485	16.990	49.475
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.984)	(30.377)	(36.361)	(10.903)	(5.777)	(16.680)
Lucro líquido do exercício	11.616	58.967	70.583	21.582	11.213	32.795

c) Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	11.616	58.967	70.583	21.582	11.213	32.795
Total de resultados abrangentes	11.616	58.967	70.583	21.582	11.213	32.795

d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (originalmente apresentado)	1.486	297	15.866	-	17.649
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.213	11.213
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.804)	(2.804)
Reserva de lucros a realizar	-	-	8.410	(8.410)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (ajuste)	-	-	8.410	-	8.410
Aumento de capital	309	-	-	-	309
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.795	32.795
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	297	-	(297)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.125)	(8.125)
Reserva de lucros a realizar	-	-	24.276	(24.276)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.486	297	24.276	-	26.059
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.486	297	24.276	-	26.059
Lucro líquido do exercício	-	-	-	70.583	70.583
Destinação de lucros a:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(17.646)	(17.646)
Reserva de lucros a realizar	-	-	52.937	(52.937)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.486	297	77.213	-	78.996

e) Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Atividades operacionais:						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.600	106.334	123.934	32.485	16.990	49.475
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:						
Receita de construção-ativo de contrato	(228.247)	(118.305)	(346.552)	(144.238)	(19.807)	(164.045)
Remuneração-ativo de contrato	(28.041)	1.132	(26.909)	(6.646)	1.072	(5.574)
Impostos diferidos	23.717	10.839	34.556	13.950	1.745	15.695
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	9.180	-	9.180	3.303	-	3.303
Instrumentos financeiros derivativos	(16.788)	-	(16.788)	528	-	528
Variação cambial	12.165	-	12.165	-	-	-
Provisões	6.762	-	6.762	1.879	-	1.879
Lucro ajustado	(203.652)	-	(203.652)	(98.739)	-	(98.739)
Variações nos ativos e passivos:						
Partes relacionadas	(10.378)	-	(10.378)	27.176	-	27.176
Adiantamentos diversos	-	-	-	(25)	-	(25)
Tributos a recuperar	(1.245)	-	(1.245)	(125)	-	(125)
Outras obrigações	1.285	-	1.285	-	-	-
Prêmio de seguro	175	-	175	171	-	171
Fornecedores	10.983	-	10.983	1.217	-	1.217
Tributos e contribuições sociais a recolher	444	-	444	167	-	167
	1.264	-	1.264	28.581	-	28.581
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(202.388)	-	(202.388)	(70.158)	-	(70.158)
Atividades de financiamento						
Integralização de capital	-	-	-	309	-	309
Captação empréstimos e financiamentos	375.000	-	375.000	250.000	-	250.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(250.000)	-	(250.000)	-	-	-
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(8.438)	-	(8.438)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	116.562	-	116.562	250.309	-	250.309
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(85.826)	-	(85.826)	180.151	-	180.151
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	180.166	-	180.166	15	-	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	94.340	-	94.340	180.166	-	180.166
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(85.826)	-	(85.826)	180.151	-	180.151

f) Notas explicativas-Ativo de Contrato

>> Originalmente apresentado

	31/12/2020			31/12/2021		
2019	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	2020	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	2021
662	144.283	6.646	151.591	228.247	28.041	407.879

>> Ajustes

	31/12/2020			31/12/2021		
2019	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	2020	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	2021
-	19.807	(1.072)	18.735	98.498	(60)	117.173

>> Reapresentado

	31/12/2020			31/12/2021		
2019	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	2020	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	2021
662	164.090	5.574	170.326	326.745	27.981	525.052

g) Notas explicativas - PIS e COFINS diferidos

	31/12/2021 (Originalmente apresentado)				
	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020	Movimentação	31/12/2019
PIS diferido	6.730	4.231	2.499	2.489	10
COFINS diferido	30.998	19.486	11.512	11.461	51
Total	37.728	23.717	14.011	13.950	61

	31/12/2021 e 01/01/2021 (Reapresentado)				
	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020	Movimentação	31/12/2019
PIS diferido	8.663	5.853	2.810	2.800	10
COFINS diferido	39.904	26.958	12.946	12.895	51
Total	48.567	32.811	15.756	15.695	61

h) Notas explicativas - Política de dividendos

	31/12/2021			31/12/2020		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
lucro líquido do exercício	11.616	58.967	70.583	21.582	11.213	32.795
(-) Reserva legal	-	-	-	(297)	-	(297)
Lucro ajustado	11.616	58.967	70.583	21.285	11.213	32.498
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.904	14.742	17.646	5.321	2.803	8.125

i) Notas explicativas - Receita operacional líquida

	31/12/2021			31/12/2022		01/01/2021
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(reapresentado)
Receita de construção do ativo de contrato	228.247	98.498	326.745	144.283	19.807	164.090
Remuneração do ativo de contrato	28.041	(60)	27.981	6.646	(1.072)	5.574
Receita operacional bruta	256.288	98.438	354.726	150.929	18.735	169.664
(-) PIS e COFINS	(23.717)	(9.094)	(32.811)	(13.950)	(1.745)	(15.695)
Receita operacional líquida	232.571	89.344	321.915	136.979	16.990	153.969

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04

j) Notas explicativas - Instrumentos financeiros

	31/12/2021 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	94.340	-	94.340	180.156	-	180.156
Ativo de contrato (Nota 7)	407.879	117.173	525.052	151.591	18.735	170.326
	502.219	117.173	619.392	502.219	18.735	350.482

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	433
Bancos	218	614
Aplicações financeiras (a)	201.776	93.293
	201.994	94.340

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira: **7. Ativo de contrato**

Saldo em 01/01/2021 (Reapresentado)	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Receita de construção	Remuneração do Ativo de Contrato	Saldo em 31/12/2022
170.326	326.745	27.981	525.052	539.215	65.605	1.129.873

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Circulante	331.532	-	-
Não circulante	798.341	525.052	170.326
	1.129.873	525.052	170.326

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida-RAP-a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção-pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável-a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica-o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão-RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão-a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão podFerá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais-a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades-nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	682	12.355
Provisões (i)	2.825	8.686
	3.507	21.041

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. **9. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)-Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Transações	31/12/2022	31/12/2021
Cymi Construções e Participações (i)	29.781	8.734
Cymi do Brasil Projetos e Serviços (i)	691	4.828
Cymi Tech (ii)	-	3.236
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.472	16.798

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil. (ii) Refere-se à Cymi Tech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia. **10. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros contratual	31/12/2022	31/12/2021
Intesa Sanpaolo	BRL	23/04/2023	CDI + 1,15% a.a.	82.435	78.204
Citibank (*)	USD	24/10/2023	6,11% a.a.	99.549	-
Scotiabank (*)	USD	20/04/2023	4,9725% a.a.	98.422	313.007
Debêntures	BRL	15/09/2046	IPCA + 6,15%	380.766	-
(-) Custo de captação				(4.573)	-
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				656.599	391.210
Circulante				280.405	391.210
Não circulante				376.194	-
				656.599	391.210

(*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 17.1. b) Movimentação em 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros e Atualização Monetária (*)	Variação cambial	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2022
Intesa Sanpaolo	78.204	-	10.004	-	-	-	(5.773)	-	82.435
Scotiabank	313.006	-	421	(63.643)	-	(300.00)	(1.304)	51.519	-
Scotiabank	-	250.572	4.566	32.369	-	(250.572)	(4.697)	(32.238)	-
Scotiabank	-	100.000	272	(1.850)	-	-	-	-	98.422
Citibank	-	249.036	4.855	34.876	-	(249.036)	(5.003)	(34.728)	-
Citibank	-	100.000	240	(691)	-			-	99.549
Debêntures	-	379.000	1.766	-	-	-	-	-	380.766
Custos de transação	-	(4.590)	-	-	17	-	-	-	(4.573)
Total	391.210	1.074.018	22.124	1.061	17	(799.608)	(16.777)	(15.447)	656.599

(*) - Em 2022 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 26.276.

Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Variação cambial	Amortização do principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2022
Itaú	100.755	-	3.454	-	(100.000)	(4.209)	-
Alfa	75.623	-	807	-	(75.000)	(1.430)	-
Société Generali	76.925	-	874		(75.000)	(2.799)	-
Intesa Sanpaolo	-	75.000	3.204	-	-	-	78.204
Scotiabank	-	300.000	841	12.165	-	-	313.006
Total	253.303	375.000	9.180	12.165	(250.000)	(8.438)	391.210

Banco Intesa Sanpaolo: Em 23 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa Sanpaolo a portabilidade de um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 26 de abril de 2022, sendo renovado até o dia 20 de abril de 2023. *Banco Scotiabank:* Em 20 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Scotiabank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de 300.000, com data de vencimento em 20 de abril de 2022. No dia do vencimento, a Companhia liquidou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 250.572, com data de vencimento em 20 de dezembro de 2022. No dia do vencimento, a Companhia o liquidou novamente, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 100.000, com data de vencimento em 20 de outubro de 2023. *Banco Citibank:* Em 19 de abril de 2022 a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de 249.036, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2022. Na data do vencimento, a Companhia quitou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 100.000, com data de vencimento em 14 de outubro de 2023. *Debêntures:* No dia 17 de novembro de 2022, a Companhia celebrou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como banco coordenador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 285 meses e 28 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2046. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,15%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. O valor somado de todas as integralizações não excederá R$ 636.000. A primeira integralização ocorreu na data de emissão das debêntures no valor de R$ 379.000. A segunda integralização de R$ 170.000 ocorrerá apenas após a satisfação de condições suspensivas, entre elas: (i) comprovação da efetivação das notificações ao ONS, à ANEEL e a quaisquer outros órgãos e entidades a quem deva ser comunicada a constituição da cessão fiduciária de direitos emergentes e creditórios na forma do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos; (iii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, em moeda corrente no capital social da Companhia ou por meio de aumento de capital a partir da conversão de reservas de lucros, no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da Segunda Integralização; (iv) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em nome da Emissora; (v) Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal em nome da Emissora; (vi) Apresentação de declaração de regularidade ambiental do Projeto assinada pelos representantes legais da Companhia; (vii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da Segunda Integralização; (viii) Apresentação de Certificado de Adimplemento expedido pela ANEEL em nome da Emissora, para os fins do disposto no artigo 6º da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993; (ix) Caso a Companhia celebre contrato de financiamento entre as datas da primeira e segunda integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais. São condições suspensivas para a terceira integralização das debêntures para que o volume alcance o patamar de até 590.000 (quinhentos e noventa mil), as quais deverão ser comprovadas ao Agente Fiduciário pela Companhia, entre elas: (i) comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos; (ii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, no capital social da Emissora no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da Terceira Integralização; e (iii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da Terceira Integralização; (iv) Apresentação da licença de Instalação referente à Linha de Transmissão 525kV Guaíba 3 - Capivari do Sul, expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental ("FEPAM") do estado do Rio Grande do Sul; (v) Caso o Contrato de Financiamento seja celebrado entre as datas da segunda e terceira integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais. São condições suspensivas para a quarta integralização de debêntures para que o volume alcance o limite total das integralizações, das quais deverão ser comprovadas ao Agente Fiduciário pela Companhia: (i) comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos; (ii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, no capital social da Emissora no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da quarta Integralização; e (iii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da quarta integralização; (iv) Caso o Contrato de Financiamento seja celebrado entre as datas da segunda e terceira integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas *"covenants"* financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, sendo que em 31 de dezembro de 2022 foram cumpridas. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
	-	391.210
2023	280.405	-
2024	50.761	-
2025	50.731	-
Após 2025	279.274	-
Total dívida	661.171	391.210
(-) Custo de transação a amortizar	(4.572)	-
Total das obrigações	656.599	391.210

11. Impostos diferidos: 11.1. PIS e COFINS diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Saldo em 01/01/2021 (Reapresentado)
PIS diferido	18.643	8.663	2.810
COFINS diferido	85.870	39.304	12.946
Total	104.513	48.567	15.756

11.2. IRPJ e CSLL diferidos

Ativo/passivo	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Saldo em 01/01/2021 (Reapresentado)
Prejuízo fiscal/Base negativa	(3.692)	(108.811)	(35.721)
Ajuste CPC 47	96.021	161.801	52.350
Total não circulante	92.329	52.990	16.629

Detalhamento do não circulante	31/12/2022
Ativo	(3.692)
Passivo	96.021
Total ativo/passivo diferidos	92.329

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros. A Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em 2 anos. **12. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 146.486 (R$ 1.486 em 2021), dividido em 146.486 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 11 de novembro de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R$ 95.000. Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R$ 50.000. Os respectivos aportes de capital supracitados foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referentes à Cymi Construções e Participações S.A e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Quotistas	**Qtde. de Ações**	**%**	**Valor (em reais)**	**Qtde. de Ações**	**%**	**Valor (em reais)**
Cymi Construções e Participações S.A.	73.243.000	50%	73.243.000	743.000	50%	743.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	73.243.000	50%	73.243.000	743.000	50%	743.000
Total	146.486.000	100%	146.486.000	1.486.000	100%	1.486.000

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da reserva legal foi de R$ 7.761. c) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	155.216	70.583	32.795
(-) Reserva legal	(7.761)	-	(297)
Lucro ajustado	147.455	70.583	32.498
Dividendos mínimos obrigatórios	36.864	17.646	8.125

d) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. **13. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Receita de construção do ativo de contrato	539.215	326.745	164.090
Receita de remuneração do ativo de contrato	65.605	27.981	5.574
Outras receitas	2.273	-	-
Receita operacional bruta	607.093	354.726	169.664
(-) PIS e COFINS	(56.156)	(32.811)	(15.695)
Receita operacional líquida	550.937	321.915	153.969

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Receita de construção	539.215	326.745	164.090
Custo de construção	(332.359)	(201.397)	(101.086)
Total da margem de construção	206.856	125.348	63.004
Margem percebida (%)	38%	38%	38%

14. Custo e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	(332.359)	(201.397)
Total custo	(332.359)	(201.397)
	31/12/2022	**31/12/2021**
Serviços de terceiros	(654)	(168)
Outras despesas e receitas	(1.215)	(927)
Total despesas gerais e administrativas	(1.869)	(1.095)

15. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicação financeira	22.401	8.870
Variação cambial líquida	-	-
Receita financeira	22.401	8.870
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.528)	(9.480)
Variação cambial líquida	(406)	(12.165)
Outras despesas financeiras	-	(4)
Despesas financeiras	(3.934)	(21.349)
Resultado financeiro líquido	18.467	(12.479)

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	235.176	106.944	49.475
Alíquota vigente	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL calculada	79.960	36.361	16.822
Outros	-	-	(142)
Total-Despesa de IRPJ e CSLL	79.960	36.361	16.680
Alíquota efetiva	34%	34%	34%

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco-o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	201.994	94.340	180.166
Ativo de contrato (Nota 7)	1.129.873	525.052	170.326
	1.331.867	619.392	350.492

Caixa e equivalentes de caixa-representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de Contrato-a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia-CCG e ii) Carta de Fiança Bancária-CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros-refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	201.776	93.293
Instrumentos financeiros derivativos (CDI e USD)	-	16.260
Passivos financeiros		
Instrumentos Financeiros	1.658	-
Financiamento (CDI e USD)	280.405	391.210
Financiamento Longo Prazo (IPCA)	380.766	-

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	3.507	3.507	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	661.171	280.405	101.492	279.274
Total	664.678	283.912	101.492	279.274

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	**Categoria**
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Instrumentos Financeiros	Valor justo por meio do resultado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa-contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Fornecedores-a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e debêntures-a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1-preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2-*inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3-premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2022				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Aplicações financeiras	-	201.776	-	201.776
Total	-	201.776	-	201.776
31/12/2021				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Aplicações financeiras	-	93.293	-	93.293
Instrumentos financeiros	-	16.260	-	16.260
Total	-	109.553	-	109.553

17.1. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04

de 2022 e 2021, a Companhia possuía os seguintes derivativos vigentes:

Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (*notional*)-R$ 2022	2021	Valor justo ativo (R$) 2022	2021
Swap Citibank	15/12/2022	24/10/2023	100.000	-	(71)	-
Swap Scotiabank	20/12/2022	20/10/2023	100.000	300.000	(1.587)	16.260
			200.000	300.000	(1.658)	16.260

18. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R$ mil)	Prêmio (R$ mil)
Risco de Engenharia	01/07/2022 a 30/08/2023	637.052	152
Risco de Responsabilidade civil	01/07/2022 a 30/08/2023	637.052	18

19. Contingências: A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda no valor de R$ 12 referente a um processo fundiário. A Companhia possui quatro causas com prognóstico possíveis de perda que totalizam o valor de R$ 33, na esfera cível que se referem a cobrança de supostos valores não pagos por empresa contratada (terceirizada). Eficácia temporal da "coisa julgada": Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira; Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Pampa Transmissão de Energia S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase-Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da readequação dos fluxos de ativo de contrato realizada pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa 7, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$ 1.129.873 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47-Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC-SP-015199/F

Ricardo Gomes Leite - Contador CRC-1RJ107146/O

BG ANCAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 16.813.094/0001-58

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	1.643	3.354
Não Circulante	153.183	147.143
TOTAL DO ATIVO	**154.826**	**150.497**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	4.694	13.036
Não Circulante	4.373	3.113
Patrimônio Líquido	145.759	134.348
TOTAL DO PASSIVO	**154.826**	**150.497**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BG Empreendimentos Imobiliários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada por Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com 83,74% do capital social, Ivanhoe Brazil Equities Inc, 14,12% do capital social, Ricardo B. Carvalho com 0,36%, Roberto B. Carvalho com 0,36%, Luciana B. Carvalho com 0,36%, Marcos B. Carvalho com 0,36%, Marcelo B. Carvalho com 0,35% e Mariana B. Carvalho Oliveira com 0,35% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	12.736	10.648
Custo dos serviços prestados	(5.801)	(4.744)
Lucro bruto	**6.935**	**5.904**
Outras Receitas (despesas) Operacionais:	(1.053)	(2.091)
Ajuste a valor justo	4.002	35.488
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	40	38
I.R. e C.S.	(2.762)	(3.731)
Resultado Líquido do Exercício	**7.162**	**35.608**
Lucro (Prejuízo) por ação	0,05	0,26

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.570)**	**1.363**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.856	493
No fim do exercício	286	1.856

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social Subscrito	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva de Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**121.699**	**900**	–	–	**(15.402)**	**107.197**
Redução de capital	(15.402)				15.402	–
Resultado do Exercício					35.608	35.608
Constituição de reservas			1.780	25.371	(27.151)	–
Constit.de dividendos					(8.457)	(8.457)
Saldos em 31/12/2021	**106.297**	**900**	**1.780**	**25.371**	**–**	**134.348**
Aumento de capital	5.950					5.950
Resultado do Exercício					7.162	7.162
Constituição de reservas			358	5.103	(5.461)	–
Constit. de dividendos					(1.701)	(1.701)
Saldos em 31/12/2022	**112.247**	**900**	**2.138**	**30.474**	**–**	**145.759**

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

BPY HIGI PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 22.819.680/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. quotistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da BPY Higi Participações Ltda., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. DFs referente ao exercício findo em 31/12/22. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

Balanço patrimonial levantado em 31/12/22 e 2021 *(Em MR$)*

	31/12/22	31/12/21
ATIVO		
Circulante	10.249	9.551
Não Circulante	372.247	356.009
TOTAL DO ATIVO	382.496	365.560
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	1.548	4.993
Não Circulante	25.049	22.220
Patrimônio Líquido	355.898	338.347
Total do passivo e patrimônio líquido	382.496	365.560

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	27.551	23.744
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	27.551	23.744

Demonstração do resultado em 31/12/22 e 2021

(Em MR$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)	31/12/22	31/12/21
Receita líquida de vendas e serviços	24.199	20.554
Custo dos serviços prestados	(3.179)	(2.636)
Lucro operacional bruto	21.020	17.918
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais, administrativas e comerciais	(1.823)	(3.062)
Ganho (perda) com ajuste a valor justo das propriedades para investimentos	13.779	16.919
Lucro (prejuízo) operacional	32.976	31.775
Resultado financeiro	606	(2.593)
Resultado antes dos impostos	33.582	29.182
IR e C.S. corrente e diferidos	(6.031)	(5.438)
Lucro líquido do exercício/período	27.551	23.744
Lucro (prejuízo) por ação - R$	0,11	0,09

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/20	250.920	77.733,00	328.653
Lucro líquido do exercício	-	23.744	23.744
Distribuição de dividendos	-	(14.050)	(14.050)
Saldos em 31/12/21	250.920	87.427	338.347
Lucro líquido do exercício	-	27.551	27.551
Distribuição de dividendos	-	(10.000)	(10.000)
Saldos em 31/12/22	250.920	104.978	355.898

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	27.551	23.744
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício: com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	(13.766)	(11.663)
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(271)	(745)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(301)	(416)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	13.213	10.920
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em propriedades para investimento	(2.459)	(803)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(2.459)	(803)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(10.000)	(10.550)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(10.000)	(10.550)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	754	(433)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	5.146	5.579
Saldo ao final do exercício	5.900	5.146
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	754	(433)

Notas Explicativas: 1. Informações Gerais: A Sociedade tem por objeto social o aluguel de imóveis próprios; exploração comercial e planejamento de empreendimentos imobiliários, inclusive do tipo shopping center; a participação no capital de outras sociedades como sócia ou acionista; e o exercício de atividades afins ou correlatas a seu objeto social, por si ou por meio de suas subsidiárias. **2. Declaração de Conformidade:** As DFs foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquela incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Contas a Receber – representam direitos de aluguéis a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. Propriedades para Investimento – representam propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. Impostos e Contribuições Diferidos - representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas DFs e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Capital Social - Está representado por 250.920.231 quotas a um valor nominal de R$1,00 cada uma. Receita – É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ao a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais.

DIRETORIA: Marcos Baptista Carvalho - Diretor Presidente. Tarso Rebello Dias - Diretor Financeiro. **CONTADORA:** Carla Barbosa Queiroz Leal - CRC-RJ - 117827/O-8 RJ.

BRASC HIGI SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ: 35.150.399/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da Brasc Higi Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. DFs referente ao exercício findo em 31/12/22. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

Balanço patrimonial levantado em 31/12/22 e 2021 *(Em MR$)*

	31/12/22	31/12/21
ATIVO		
Circulante	474	402
Não Circulante	149.095	144.753
Total do Ativo	149.569	145.155
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	2.525	3.465
Patrimônio Líquido	147.044	141.690
Total do passivo e patrimônio líquido	149.569	145.155

Demonstração do resultado em 31/12/22 e 2021

(Em MR$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)	31/12/22	31/12/21
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais, administrativas e comerciais	(201)	(113)
Resultado de equivalência patrimonial	7.942	10.700
Total	7.741	10.587
Lucro (prejuízo) operacional	7.741	10.587
Resultado financeiro	50	2
Resultado antes dos impostos	7.791	10.589
IR e C.S. corrente e diferidos	(3)	-
Lucro líquido do exercício/período	7.788	10.589
Lucro (prejuízo) por ação	0,07	0,09

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/22 e 2021

(Em MR$)	Capital social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/20	**118.779**	**1.012**	**14.418**	**-**	**134.209**
Distribuição de dividendo adicional	-	-	(593)	-	(593)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.589	10.589
Constituição de reservas	-	529	7.545	(8.074)	-
Constituição de dividendos	-	-	-	(2.515)	(2.515)
Saldos em 31/12/21	**118.779**	**1.541**	**21.370**	**-**	**141.690**
Distribuição de dividendo adicional	-	-	(584)	-	(584)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.788	7.788
Constituição de reservas	-	389	5.549	(5.938)	-
Constituição de dividendos	-	-	-	(1.850)	(1.850)
Saldos em 31/12/22	**118.779**	**1.930**	**26.336**	**-**	**147.044**

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	7.788	10.589
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	7.788	10.589

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	31/12/22	31/12/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.788	10.589
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício: com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(7.942)	(10.700)
Redução (aumento) nos ativos operacionais	1	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	26	(2)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	(127)	(113)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos de controladas	3.900	5.300
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	3.900	5.300
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(3.400)	(5.099)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(3.400)	(5.099)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	373	88
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	99	11
Saldo ao final do exercício	472	99
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	373	88

Notas Explicativas: 1. Informações Gerais: A Sociedade foi constituída em 01/10/19. A Cia. tem por objeto a exploração comercial e o planejamento de shopping centers; prestação de serviços de administração de shopping centers e empreendimentos imobiliários em geral; prestação de serviços em geral; participação no capital de outras sociedades como sócia ou acionista, na forma permitida pela lei e o exercício de atividades afins ou correlatas a seu objeto social, por si ou através de suas subsidiárias. **2. Declaração de Conformidade:** As DFs foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquela incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Investimentos – os investimentos em controladas estão contabilizados com base no método de equivalência patrimonial nas DFs Individuais e outros investimentos estão sendo avaliados pelo custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. Capital Social - Está representado por 118.745.703 (118.478.694 em 2019) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA: Marcos Baptista Carvalho - Diretor Presidente. Tarso Rebello Dias - Diretor Financeiro. **CONTADORA:** Carla Barbosa Queiroz Leal - CRC-RJ - 117827/O-8 RJ.

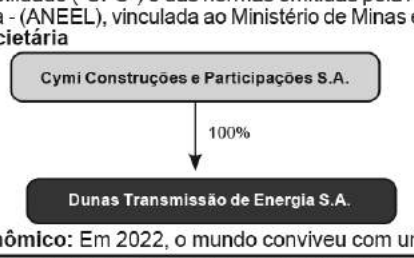
DUNAS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.095.265/0001-44

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Dunas Transmissão de Energia S.A**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2022 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Dunas Transmissão de Energia S.A** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de julho de 2018 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") da Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A. para Cymi Construções e Participações S.A., conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - "SPA" ou "Contrato") dentro de outros documentos. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico: Em 2022, o mundo conviveu com um mix de incertezas, passando pela guerra da Ucrânia, possível crise energética na Europa e as altas de juros em economias relevantes para conter o aumento da inflação. O FMI (Fundo Monetário Internacional) publicou um estudo mostrando que a mundo passa por um período de desaceleração econômica e alta da inflação. No Brasil, além dos reflexos do ambiente internacional, tivemos um ano eleitoral e diversas medidas e sinalizações dos agentes econômicos e governamentais para endereçar as mais variadas questões internas. Em 2022, o Relatório Focus do Banco Central projetava a variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 5,1% e 8,9% para 2022 que, ao final do ano, fechou em 5,79%. Já a SELIC era de 9,25% no início do ano e terminou em 13,75% no fim de 2022. No mês de dezembro, de 2022, as projeções de IPCA para 2023 foram de 5,08% para 5,31%, e as da SELIC para 2023 foram de 11,75% para 12,25%. Na parte cambial, o dólar fechou em 2022 cotado a R$ 5,28, uma queda acumulada de 5,31%, sua primeira queda em 5 anos. No que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro, o último Relatório Focus lançado em 2022 divulgou uma projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,80% para 2023, em comparação com o ano anterior. **3 Ambiente Regulatório:** No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Setor Elétrico (NOS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgaram a previsão da carga, com crescimento médio de 3,4% entre 2023 e 2027. Considerando os resultados de 2022, em 2023, é projetado um aumento de 2,7% na carga, que poderá atingir o patamar de 71.735 MW médios, caso o PIB tenha um aumento de 0,7%, estando esse resultado (de crescimento de PIB) alinhado com as projeções do Banco Central para 2023. **4 Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase final de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Pacatuba, em circuito simples, com extensão aproximada de 155,03 km; • Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Açu III, em circuito simples, com extensão aproximada de 113,95 km; • Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caraúbas II e Açu III, em circuito duplo, com extensão aproximada de 65,13 km; • Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Mossoró IV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 54,54 km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Russas II, em circuito simples, com extensão aproximada de 32 km; • Subestação Jaguaruana II 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 250 MVA; • Subestação Pacatuba 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 200 MVA, 230/69-13,8 kV, 2 x 200 MVA; • Subestação Caraúbas II 230/69-13,8 kV, 2 x 100 MVA; • Compensação de reativos, reatores, capacitores, conexões, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **5 Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. **6 Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7 Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8 Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9 Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Administração.**

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**121.194**	11.739
Tributos e contribuições a compensar	6	**6.312**	4.875
Ativo de contrato	7	**238.734**	-
Partes relacionadas	9	**5**	193.380
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	**994**	7.468
Despesas antecipadas		**-**	113
		367.239	217.575
Não circulante			
Aplicação financeira vinculada	5.1	**8.577**	-
Ativo de contrato	7	**1.265.171**	403.403
Outros ativos não circulantes		**1.172**	1.330
		1.274.920	404.733
Total do ativo		**1.642.159**	622.308
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**50.877**	44.327
Partes relacionadas	9	**72.082**	6.293
Empréstimos e debêntures	10	**152.640**	400.306
Obrigações fiscais		**9.978**	1.477
Dividendos a pagar	12.c	**36.804**	15.224
Outras contas a pagar		**53**	53
		322.434	467.680
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	10	**667.676**	-
PIS e COFINS diferidos	11.1	**139.111**	37.314
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	**113.068**	35.829
		919.855	73.143
Patrimônio líquido			
Capital social	12	**212.048**	27.048
Reservas de lucros		**187.822**	54.437
Total do patrimônio líquido		**399.870**	81.485
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.642.159**	622.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	**998.706**	332.816
Custo	14	**(771.594)**	(241.944)
Lucro bruto		**227.112**	90.872
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	**(1.916)**	(1.369)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**225.196**	89.503
Resultado financeiro	15		
Receita financeira		**17.788**	10.813
Despesas financeiras		**(5.427)**	(3.542)
		12.361	7.271
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**237.557**	96.774
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	**(77.239)**	(32.672)
Imposto de renda e contribuição social correntes		**(5.353)**	-
Lucro líquido do exercício		**154.965**	64.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**154.965**	**64.102**
Total de resultados abrangentes	**154.965**	**64.102**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.045	270	5.289	-	31.604
Integralização de capital	1.003	-	-	-	1.003
Lucro líquido do exercício	-	-	-	64.102	64.102
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	3.205	-	(3.205)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(15.224)	(15.224)
Reservas de lucros a realizar	-	-	45.673	(45.673)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**27.048**	**3.475**	**50.962**	**-**	**81.485**
Integralização de capital	**185.000**	**-**	**-**	**-**	**185.000**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios-2021	**-**	**-**	**15.224**	**-**	**15.224**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**154.965**	**154.965**
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	**-**	**7.748**	**-**	**(7.748)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**(36.804)**	**(36.804)**
Reservas de lucros a realizar	**-**	**-**	**110.413**	**(110.413)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**212.048**	**11.223**	**176.659**	**-**	**399.870**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro antes imposto de renda e contribuição social	**237.557**	96.774
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de remuneração do ativo de contrato	**(70.040)**	(8.186)
Receita de construção-Ativo contrato de contrato	**(1.030.462)**	(358.554)
Impostos diferidos	**101.797**	33.923
Juros e variações cambiais apropriados sobre dívidas financeiras	**16.519**	1.410
Custo de transação a amortizar	**131**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**6.474**	(7.468)
Provisões	**6.988**	38.505
Lucro ajustado	**(731.036)**	(203.596)
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos e contribuições a compensar	**(1.437)**	(4.721)
Despesas antecipadas	**113**	157
Outros ativos não circulantes	**158**	279
Partes relacionadas	**259.164**	(187.087)
Fornecedores	**(438)**	5.309
Obrigações fiscais	**3.148**	1.472
Outras contas a pagar	**-**	20
	(260.708)	(184.571)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(470.328)**	(388.167)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	**185.000**	1.003
Dividendos pagos	**-**	(20)
Aplicações financeiras vinculadas	**(8.577)**	-
Captação de empréstimos e debêntures	**811.014**	550.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	**(400.000)**	(150.000)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	**(21.561)**	(1.104)
Variação cambial realizada	**13.907**	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**579.783**	399.879
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**109.455**	11.712
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.739**	27
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**121.194**	11.739
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**109.455**	11.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Dunas Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 24 de julho de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703-Centro-20.030-021-Rio de Janeiro-RJ. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") da Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A. para Cymi Construções e Participações S.A., conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (*Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants*-"SPA" ou "Contrato") dentro de outros documentos. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão. A Companhia possui a Licença de Operação LI Nº 1397-2021, referente ao empreendimento Linha de Transmissão-LT 500 kV Pacatuba-Jaguaruana 2-Açu 3; LT 230kV Jaguaruana 2-Mossoró 4; 230 kV Jaguaruana 2-Russas 2; 230 kV Caraúbas 2-Açu 3; Secc LT 500 kV Fortaleza 2-Pecém 2-SE Pacatuba; Subestação 500/230 kV Jaguaruana 2; Subestação 500/230/69 kV Pacatuba; e Subestação 230/69 kV Caraúbas 2. **1.1. Da Concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 14/2018-ANEEL, datado de 19 de setembro de 2018, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande no Norte e Ceará: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Pacatuba, em circuito simples, com extensão aproximada de 155,03 km; (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Açu III, em circuito simples, com extensão aproximada de 113,95 km; (iii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caraúbas II e Açu III, em circuito duplo, com extensão aproximada de 65,13 km; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Mossoró IV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 54,54 km; (v) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Russas II, em circuito simples, com extensão aproximada de 32 km; (vi) Subestação Jaguaruana II 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Subestação Pacatuba 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 200 MVA, 230/69-13,8 kV, 2 x 200 MVA; (viii) Subestação Caraúbas II 230/69-13,8 kV, 2 x 100 MVA; (ix) Compensação de reativos, reatores, capacitores, conexões, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção e tem previsão de entrada em operação em 21 de setembro de 2023. **1.2. Receita Anual Permitida-RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida-RAP no montante de R$85.050, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.3. Encargos regulamentares:** Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)-Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)-Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)-O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME)-Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **1.4. Impactos do COVID-19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19. A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 12 abril de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 17 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 7)-critério de apuração e remuneração do ativo contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 11)-reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 19)-reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro

DUNAS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.095.265/0001-44

e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de *impairment* para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47-Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)-Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Novas normas e interpretações:** Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022: Normas emitidas e vigentes: As normas apresentadas a seguir foram revidadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. a) Alterações ao CPC 37 (R1), CPC48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso-custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado-vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **4.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50-Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Companhia. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	6.952	1.547
Aplicação financeira (a)	114.242	10.192
	121.194	11.739

(a) As aplicação está representada por fundo de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. **5.1. Aplicação financeira vinculada:** Refere-se a conta vinculada (reserva) ao financiamento do BNB. A Companhia faz a constituição da conta proporcionalmente ao valor a ser desembolsado pelo BNB, sempre com um dia de antecedência ao desembolso, conforme regra contratual com o banco.

	31/12/2022	31/12/2021
BNB-Aplicação financeira	8.577	-
	8.577	-

6. Tributos e contribuições a compensar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	154	154
IIRPJ	6.121	4.718
IISS	37	3
	6.312	4.875

7. Ativo de contrato

Saldo em 31/12/2021	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Saldo em 31/12/2022
403.403	1.030.462 (i)	70.040 (i)	1.503.905
Saldo em 31/12/2020	**Receita de construção**	**Remuneração do ativo de contrato**	**Saldo em 31/12/2021**
36.663	358.554	8.186	403.403

(i) Em 2022, a Companhia revisou as premissas e as taxas de desconto em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste total de R$ 16.794, onde R$ 16.627, refere-se a receita de construção e R$ 167 a receita de remuneração

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	238.734	-
Não circulante	1.265.171	403.403
	1.503.905	403.403

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida-RAP-a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção-pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável-a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica-o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão-RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão-a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais-a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. • Descumprimento de penalidades-nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	5.073	5.511
Provisões (i)	45.804	38.816
	50.877	44.327

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. **9. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)-Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Ativo		Passivo	
Transações	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Cymi Construções e Participações (i) / (ii)	5	193.380 (*)	28.653	4.675
Cymi do Brasil Ltda. (iii)	-	-	43.429	1.618
Total passivo	5	193.380	72.082	6.293

(i) Refere-se à antecipação de pagamento ao cronograma de desembolso financeiro a Cymi Construções e Participações. (ii) Refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, Procurement and Construccion*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações. (iii) Refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. (*) Valor refere-se à antecipação de eventos previstos no Cronograma dos Trabalhos que constam na medição de serviço, alterando no montante mensal estipulado no Cronograma de Desembolso Financeiro.

10. Empréstimos e debêntures: a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	BRL	23/12/2022	0,89% + CDI	-	150.512
Citibank (*)	USD	22/06/2022	1,05% + CDI	-	97.534
Scotiabank (*)	USD	02/05/2023	5,3737%	152.640	152.260
BNB	BRL	15/03/2045	IPCA + 1,45%	382.856	-
BNDES	BRL	15/11/2045	IPCA + 5,46%	291.175	-
(-) Custos de transação a amortizar				(6.355)	-
Total de empréstimos e debêntures				820.316	400.306
Circulante				152.640	400.306
Não circulante				667.676	-
Total - Empréstimos e debêntures				820.316	400.306

(*) Esses empréstimos são denominados em dólares e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (*Swap*) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 17.1.

b) Movimentação 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Variação cambial	Juros incorridos	(-) Transação amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	150.512	-	-	16.537	-	(150.000)	(17.049)	-	-
Citibank	97.534	-	(5.109)	550	-	(100.000)	(588)	7.613	-
Scotiabank	152.260	-	(8.481)	1.104	-	(150.000)	(1.177)	6.294	-
Scotiabank	-	150.000	912	1.728	-	-	-	-	152.640
BNB - Subcrédito A	-	313.460	-	2.673	-	-	(2.442)	-	313.691
BNB - Subcrédito B		69.040	-	430	-	-	(305)		69.165
BNDES	-	285.000	-	6.175	-	-	-		291.175
(-) Custo de captação	-	(6.486)	-	-	131	-	-	-	(6.355)
Total	400.306	811.014	(12.678)	29.197	131	(400.000)	(21.561)	13.907	820.316

* Em 2022 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 21.836.

c) Movimentação 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Variação cambial	Juros + atualização Monetária	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021
Credit Agricole	-	150.000	-	512	-	-	150.512
Citibank	-	250.000	(2.131)	769	(150.000)	(1.140)	97.534
Scotiabank	-	150.000	2.059	201	-	-	152.260
Total	-	550.000	(72)	1.482	(150.000)	(1.140)	400.306

Banco Credit Agricole (Debêntures): Em 20 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com o Banco Credit Agricole um contrato de Debêntures até o limite de R$150.000, com data de vencimento em 23 de dezembro de 2022. Em 13 de dezembro de 2022, a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o banco Credit Agricole. *Banco Citibank:* Em 25 de junho de 2021, a Companhia celebrou com o Banco Citibank um contrato de 4131 com swap até o limite de R$150.000, com data de vencimento em 23 de dezembro de 2021, efetuando sua liquidação na data do vencimento planejado. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com o Banco Citibank um novo contrato de 4131 com *swap* até o limite de R$100.000, com data de vencimento em 22 de junho de 2022. Em 22 de junho de 2022, a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o banco Citibank. *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):* Com o objetivo de liquidar parte dos empréstimos pontes iniciais associadas com a implementação do projeto Dunas, em 25 de novembro de 2021 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com disponibilidade de crédito no montante de R$ 470.000 (quatrocentos e setenta milhões de reais), com taxas mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 15 de julho de 2022, a Companhia recebeu a liberação do subcrédito A no valor de R$ 185.000 e em 21 de novembro de 2022, a Companhia recebeu a liberação do subcrédito A2, no valor de R$ 100.000. *Banco do Nordeste do Brasil (BNB):* Com o objetivo de liquidar parte dos empréstimos pontes iniciais associadas com a implementação do projeto Dunas, em 18 de fevereiro de 2021 a Companhia celebrou junto ao BNB contrato de financiamento de longo prazo com disponibilidade de crédito no montante de R$ 450.000, dividido entre subcréditos A e B, com taxas mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não circulante. Durante o exercício de 2022, a Companhia recebeu três liberações de cada subcrédito, onde o subcrédito A totalizou 313.460 enquanto o subcrédito B, totalizou R$ 69.040. *Banco Scotiabank:* Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou com o Banco Scotiabank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de R$150.000, com data de vencimento em 31 de outubro de 2022. Na data do vencimento, a Companhia liquidou o ponte, celebrando no mesmo dia um novo contrato de 4131 com swap até o limite de R$150.000, com data de vencimento em 2 de maio de 2023. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2022
2023	152.640
2024	36.864
2025	43.789
2026	46.677
2027	49.671
Após 2027	497.030
(-) Custo de transação a amortizar	(6.355)
Total das obrigações	820.316

11. Tributos diferidos: 11.1. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
PIS diferido	24.814	18.158	6.656	6.051	605
COFINS diferido	114.297	83.639	30.658	27.872	2.786
Total	139.111	101.797	37.314	33.923	3.391

11.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2022	Movimentação	Total 31/12/2021	Movimentação	Total 31/12/2020
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	82.568	(82.568)	(80.484)	(2.084)
Ajuste CPC 47	113.068	(5.329)	118.397	113.156	5.241
Total não circulante	113.068	77.239	35.829	32.672	3.157

Detalhamento do não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	-	(82.568)
Passivo	113.068	118.397
Total ativo/passivo diferidos	113.068	35.829

12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 212.048 (R$ 27.047 em 2021) dividido em 212.047.900 (27.047.900 em 2021) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1,00, totalmente detido pela CYMI Construções e Participações S.A. Durante o exercício de 2022 foram recebidos quatro aportes de capital de seus acionistas mediante aprovações efetuadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) que totalizaram de R$185.000 divididos em ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada, conforme cronograma abaixo:

Data da AGE	Valor
25/05/2022	23.000
21/06/2022	80.000
30/06/2022	7.000
01/12/2022	75.000
	185.000

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2022 conforme Estatuto vigente à época os dividendos mínimos consistiam em 25% do lucro líquido ajustado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de dividendos mínimos apurado foi de R$ 36.804 (R$ 15.224 em 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	154.965	64.102
(-) Reserva legal	(7.748)	(3.205)
Lucro ajustado	147.217	60.897
Dividendos mínimos obrigatórios	36.804	15.224

No dia 30 de abril de 2022 os acionistas renunciaram através de Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2021, por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. d) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. **13. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

DUNAS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.095.265/0001-44

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção-Ativo de contrato	1.030.462	358.554
Remuneração do Ativo de contrato	70.040	8.185
Receita operacional bruta	1.100.502	366.739
(-) PIS e COFINS	(101.796)	(33.923)
Receita operacional líquida	998.706	332.816

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	1.030.462	358.554
Custo de construção	(771.594)	(241.944)
Total margem de construção	**258.868**	116.610
Margem percebida (%)	**25%**	33%

14. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	(771.594)	(241.944)
Total custo	(771.594)	(241.944)

	31/12/2022	31/12/2021
Material	(9)	(12)
Serviços de terceiros	(1.267)	(272)
Outras despesas e receitas	(640)	(1.085)
Total despesas gerais e administrativas	(1.916)	(1.369)

15. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	17.788	10.813
Rendimento de aplicação financeira	6.001	3.273
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.468
Variação cambial líquida	11.787	72
Despesas financeiras	(5.427)	(3.542)
Juros de empréstimos e debêntures	(5.427)	(1.482)
Comissões e fianças	-	(156)
Outras despesas financeiras	-	(1.904)
Resultado financeiro líquido	12.361	7.271

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	237.557
Ajustes - Ativo de contrato	15.241
Base de cálculo	**252.798**
Alíquota vigente	34%
Despesa de IR e CS calculada	**(85.952)**
Total dos tributos correntes	(5.353)
Total dos tributos diferidos	(77.239)
Despesa total com tributos	**(85.952)**
Alíquota efetiva	(34%)

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco-o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	121.194	11.739
Aplicação financeira vinculada (Nota 5.1)	8.577	-
Ativo de contrato (Nota 7)	1.503.905	403.403
	1.633.676	415.142

Caixa e equivalentes de caixa-representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. *Ativo contrato*-a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia-CCG; e (ii) Carta de Fiança Bancária-CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros-refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	114.242	10.192
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	8.577	-
Instrumentos financeiros derivativos	994	7.468
Passivos financeiros		
Financiamento (TLP)	674.031	-
Financiamento (IPCA)	152.640	400.306

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	50.877	50.877	-	-
Empréstimos e debêntures	826.671	152.640	80.653	593.378
Partes relacionadas	72.087	72.087	-	-
Total	949.635	275.604	80.653	593.378

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado
Partes Relacionadas	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa-contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias-a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Fornecedores-a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e debêntures-a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1-preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2-*inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3-premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2022				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Aplicações financeiras	-	114.242	-	114.242
Aplicações financeiras vinculadas	-	8.577	-	8.577
Instrumentos financeiros	-	994	-	994
Total	-	123.813	-	123.813

31/12/2021				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Aplicações financeiras	-	10.192	-	10.192
Instrumentos financeiros	-	7.468	-	7.468
Total	-	17.660	-	17.660

17.1. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme citado anteriormente, a Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (*notional*)-R$ 2022	Valor de referência (*notional*)-R$ 2021	Valor justo ativo (R$) 2022	Valor justo ativo (R$) 2021
SWAP Scotiabank	21/08/2021	31/10/2022	150.000	150.000	994	4.613
SWAP Citibank	23/12/2021	22/06/2022	-	100.000	-	2.855
			994	250.000	994	7.468

18. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R$ mil)	Prêmio (R$ mil)
Risco de Engenharia	12/07/2021 a 30/11/2023	1.075.345	280
Responsabilidade Civil Geral	12/07/2021 a 30/11/2023	1.075.345	54

19. Contingências: A Companhia é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram no ano de 2022 contingências passivas com prognóstico provável de perda imaterial. A causa com prognóstico possível de perda totaliza o valor de R$ 10, processo cível n. 1014893-27.2022.4.01.3400. STF - Relativização da coisa julgada: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira; Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Dunas Transmissora de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Dunas Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC-1RJ107146/O

BRITA INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.

CNPJ (MF) Nº 23.767.546/0001-78

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	48	17
TOTAL DO ATIVO	**48**	**17**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante		7
Patrimônio Líquido	48	10
TOTAL DO PASSIVO	**48**	**17**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**89**	**(65)**	**24**
Prejuízo do Exercício	-	(14)	(14)
Saldos em 31/12/2021	**89**	**(79)**	**10**
Aumento do capital	51		51
Prejuízo do Exercício	-	(13)	(13)
Saldos em 31/12/2022	**140**	**(92)**	**48**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Despesas Operacionais:	(13)	(14)
Prejuízo do Exercício	**(13)**	**(14)**
Prejuízo por Ação	(0,09)	(0,19)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**31**	**(8)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2	10
No fim do exercício	33	2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Brita Incorporações Imobiliárias S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela IBI e F Empreendimentos, com participação de 49% do capital social, pelo Fundo de Investimento Imobiliário Nova Iguaçu, com participação de 25,5% do capital social e pela CB Shopping, com participação de 25,5% do capital social. Sua principal atividade é compra e venda de imóveis, assim como incorporações e aluguéis de imóveis próprios ou de terceiros, e a participação em outras sociedades.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC/RJ 117827/O-8 RJ

CL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 04.648.565/0001-30

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	4.334	169.800
Não Circulante	91	89
TOTAL DO ATIVO	**4.425**	**169.889**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	157	1.591
Não Circulante	36	161.311
Patrimônio Líquido	4.232	6.987
TOTAL DO PASSIVO	**4.425**	**169.889**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita Líquida		10.643
Custos dos Serviços Prestados	-	(3.388)
Lucro Bruto	–	**7.255**
Outras Receitas (despesas) Operacionais	877	(31.911)
Ajuste a valor justo		31.965
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	2	38
I.R. e C.S.	(1.481)	(907)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(602)**	**6.440**
Prejuízo por ação	(0,31)	0,15

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(165.775)**	**165.386**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	165.956	570
No fim do exercício	181	165.956

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**173.411**	**1.350**	–	–	**(11.362)**	**163.399**
Redução de Capital	(172.642)				11.362	(161.280)
Resultado do Exercício					6.440	6.440
Constit. de Reservas			154	4.714	(4.868)	–
Constit. dividendos					(1.572)	(1.572)
Saldos em 31/12/2021	**769**	**1.350**	**154**	**4.714**	–	**6.987**
Complem. de divid. 2021				(2.153)		(2.153)
Prejuízo do Exercício					(602)	(602)
Absorção do prejuízo				(602)	602	–
Saldos em 31/12/2022	**769**	**1.350**	**154**	**1.959**	–	**4.232**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A CL Empreendimentos e Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado. Controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações, com 87,77%, Ivanhoe Brazil Equities INC., com 10,61%, Ricardo B. Carvalho com 0,27%, Roberto B.Carvalho com 0,27%, Luciana B.Carvalho com 0,27%, por Marcos B.Carvalho com 0,27%, Marcelo B.Carvalho com 0,27% e por Mariana B.Carvalho com 0,27% do capital social. Sua atividade principal é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo de Shoppings Centers.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contadora:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC-RJ: 117827/O-8

CB SHOPPING S.A.

CNPJ Nº 16.702.176/0001-25

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

ATIVO	2022	2021
Circulante	87.073	14.631
Não Circulante	1.813	194.171
TOTAL DO ATIVO	**88.886**	**208.802**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	879	14.220
Não Circulante	-	89.276
Patrimônio Líquido	88.007	105.306
TOTAL DO PASSIVO	**88.886**	**208.802**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	20.980	16.667
Custo dos serviços prestados	(6.463)	(4.279)
Lucro bruto	**14.517**	**12.388**
Receitas (despesas) operacionais	(12.630)	(10.253)
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	(29)	7
Ajuste a valor justo	(7.944)	26.350
I.R. e C.S.	583	(4.213)
Resultado Líquido do Exercício	**(5.503)**	**24.279**
Lucro (Prejuízo) por ação	0,03	0,15

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.387)**	**9.938**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.463	525
No fim do exercício	7.076	10.463

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**136.810**	**18.686**	–	–	**(82.873)**	**72.623**
Aumento de Capital	14.170					14.170
Absorção de prejuízo	(82.873)				82.873	–
Lucro do exercício					24.279	24.279
Constituição de Reservas			1.214	17.299	(18.513)	–
Divid. Mín. obrigatórios					(5.766)	(5.766)
Saldos em 31/12/2021	**68.107**	**18.686**	**1.214**	**17.299**	–	**105.306**
Complem. de divid. 2021				(11.796)		(11.796)
Aumento de Capital	19.900	(18.686)	(1.214)			–
Prejuízo do exercício					(5.503)	(5.503)
Absorção de prejuízo				(5.503)	5.503	–
Saldos em 31/12/2022	**88.007**	–	–	–	–	**88.007**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CB Shopping S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 94,47%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 4,81%, Ricardo B. Carvalho com 0,12%, Roberto B. Carvalho com 0,12%, Luciana B. Carvalho com 0,12%, Marcos B. Carvalho com 0,12%, Marcelo B. Carvalho com 0,12% e Mariana B. Carvalho com 0,12% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.398.119/0001-50

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Chimarrão Transmissora de Energia S.A**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2022 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Chimarrão Transmissora de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 9 de janeiro de 2019 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (25%), Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (25%) e Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária

2 Ambiente Econômico: Em 2022, o mundo conviveu com um mix de incertezas, passando pela guerra da Ucrânia, possível crise energética na Europa e as altas de juros em economias relevantes para conter o aumento da inflação. O FMI (Fundo Monetário Internacional) publicou um estudo mostrando que a mundo passa por um período de desaceleração econômica e alta da inflação. No Brasil, além dos reflexos do ambiente internacional, tivemos um ano eleitoral e diversas medidas e sinalizações dos agentes econômicos e governamentais para endereçar as mais variadas questões internas. Em 2022, o Relatório Focus do Banco Central projetava a variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 5,1% e 8,9% para 2022 que, ao final do ano, fechou em 5,79%. Já a SELIC era de 9,25% no início do ano e terminou em 13,75% no fim de 2022. No mês de dezembro, de 2022, as projeções de IPCA para 2023 foram de 5,08% para 5,31%, e as da SELIC para 2023 foram de 11,75% para 12,25%. Na parte cambial, o dólar fechou em 2022 cotado a R$ 5,28, uma queda acumulada de 5,31%, sua primeira queda em 5 anos. No que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro, o último Relatório Focus lançado em 2022 divulgou uma projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,80% para 2023, em comparação com o ano anterior. **3 Ambiente Regulatório:** No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Setor Elétrico (NOS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgaram a previsão da carga, com crescimento médio de 3,4% entre 2023 e 2027. Considerando os resultados de 2022, em 2023, é projetado um aumento de 2,7% na carga, que poderá atingir o patamar de 71.735 MW médios, caso o PIB tenha um aumento de 0,7%, estando esse resultado (de crescimento de PIB) alinhado com as projeções do Banco Central para 2023. **4 Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase final de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • LT 525 kV Santa Vitória do Palmar - Marmeleiro - 48 km; • LT 525 kV Marmeleiro – Povo Novo - 152 km; • LT 525 kV Povo Novo – Guaíba 3 – 245 km; • LT 525 kV Guaíba 3 – Nova Santa Rita – 40 km; • LT 525 kV Candiota 2 – Guaíba 3 – 279 km; • LT 525 kV Guaíba 3 – Gravataí – 127 km; • LT Guaíba 3 – Guaíba 2 – 19 km; • SE 8 kV Guaíba 3; • SE 8 kV Candiota 2; **5 Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. **6 Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7 Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8 Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9 Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**43.453**	221.529
Contas bancárias vinculadas	5.1	**13.501**	16
Concessionárias e permissionárias	6	**31.821**	5.273
Impostos a recuperar		**8.906**	4.335
Ativo de contrato	7	**74.547**	71.396
Outros ativos circulantes		**1.131**	274
		173.359	302.823
Não circulante			
Ativo de contrato	7	**3.569.767**	3.279.827
Contas bancárias vinculadas	5.1	**40.894**	-
		3.610.661	3.279.827
Total do ativo		**3.784.020**	3.582.650
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**572**	1.415
Empréstimos e financiamentos	10	**191.542**	219.780
Obrigações fiscais		**7.073**	4.164
Partes relacionadas	9	**70.593**	126.265
Dividendos a pagar	12	**18.904**	57.622
Provisões	8	**8.615**	11.052
Outras obrigações		**1.998**	744
		299.297	421.042
Não Circulante			
Fornecedores		**445**	466
Empréstimos e financiamentos	10	**1.952.139**	1.866.241
Pis e Cofins diferido	11	**337.215**	309.963
IR e CS diferido	11	**291.418**	249.746
		2.581.217	2.426.416
Patrimônio líquido			
Capital social	12	**440.001**	308.001
Reserva de lucros		**463.505**	427.191
Total Patrimônio líquido		**903.506**	735.192
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.784.020**	3.582.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	**500.274**	1.371.758
Custo	14	**(179.979)**	(930.420)
Lucro bruto		**320.295**	441.338
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	**(12.167)**	(1.871)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**308.128**	439.467
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		**13.597**	12.067
Despesas financeiras		**(200.457)**	(83.911)
		(186.860)	(71.844)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**121.268**	367.623
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	**(41.672)**	(125.004)
Lucro líquido do exercício		**79.596**	242.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**79.596**	242.619
Total do resultado abrangente do exercício	**79.596**	242.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

			Reserva de Lucros		
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	228.001	12.109	182.883	-	422.993
Integralização de capital		80.000	-	-	-	80.000
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios-2020		-	-	47.202	.	47.202
Lucro líquido do exercício		-	.	.	242.619	242.619
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	12.131	-	(12.131)	-
Dividendos mínimos obrigatórios				-	(57.622)	(57.622)
Reserva de lucros a realizar		-	-	172.866	(172.866)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**308.001**	**24.240**	**402.951**	**-**	**735.192**
Integralização de capital		**132.000**		**-(82.000)**	**-**	**50.000**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios-2021		**-**	**-**	**57.622**	**-**	**57.622**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**79.596**	**79.596**
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		**-**	**3.980**	**-**	**(3.980)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios		**-**	**-**	**-**	**(18.904)**	**(18.904)**
Reserva de lucros a realizar		**-**	**-**	**56.712**	**(56.712)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**440.001**	**28.220**	**435.285**	**-**	**903.506**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**121.268**	367.623
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de construção - Ativo de contrato	**(232.942)**	(1.260.198)
Remuneração do ativo de contrato	**(330.417)**	(252.604)
Receita de O&M	**(14.345)**	(928)
Impostos diferidos	**27.252**	138.298
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	**217.364**	249.898
Amortização dos custos de transação	**2.990**	(6.796)
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	2.432
Provisões	**(2.437)**	(3.817)
Lucro ajustado	**(211.267)**	(766.092)
Variações nos ativos e passivos:		
Ativo de contrato	**284.613**	18.340
Concessionárias e permissionárias	**(26.548)**	(5.273)
Tributos a recuperar	**(4.571)**	(1.427)
Outros ativos circulantes	**(857)**	(157)
Fornecedores	**(864)**	(7.461)
Partes relacionadas	**(55.672)**	47.576
Obrigações fiscais	**2.909**	(1.835)
Outras obrigações	**1.254**	360
	200.264	50.123
Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(11.003)**	(715.969)
Atividades de financiamentos		
Aporte de capital	**50.000**	80.000
Fianças obtidas	**(10.856)**	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	**-**	171.250
Contas bancárias vinculadas	**(54.379)**	(16)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	**(31.070)**	(13.730)
Pagamentos de principal de empréstimo	**(120.768)**	-
Fluxo de caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de financiamentos	**(167.073)**	237.504
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(178.076)**	(478.465)
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	**221.529**	699.994
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	**43.453**	221.529
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(178.076)**	(478.465)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia ou Transmissora"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A., Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 9 de janeiro de 2019 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, sala 1703 parte-Centro-20.030-905-Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui as seguintes licenças operacionais: • Licença de operação nº 4165-2022 217578-LT 525KV SVP2-MMO2-MMO2-PNO-PNO-GUA3 (C2) • Licença de operação nº 4124-2022 218560-CHIMARRAO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A • Licença de operação nº 4147-2022 217585-LT 525kV SE CTA-2 à SE GUA-3 (C1/C2) e Secc. LT 230kV • Licença de operação nº 4109-2022 412016-LT 525 KV GUA 3-GRA 1 (C1) E LT 525 KV GUA 3-NSR (C2) • Licença de operação nº 2704-2021 219096-LT 230 KV GUA2-GUA3 CD-C1/C2-SECC LT 525 KV PNO-NSR CD-C1/C2 • Licença de operação Nº 2704-2021 SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA 525/230 KV CANDIOTA 2 • Licença de operação N° 02591 SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA-Guaíba 3 • Licença de operação Nº 1907-2021 SUBESTACAO ENERGIA SANTA VITORIA DO PALMAR 2-AMPLIAÇÃO C • Licença de operação Nº 1923-2021 SUBESTAÇÃO MARMELEIRO 2-AMPLIAÇÃO "A" • Licença de operação Nº 1921-2021 SUBESTAÇÃO POVO NOVO - AMPLIAÇÃO • Licença de operação Nº 2635-2021 SUBESTAÇÃO NOVA SANTA RITA-AMPLIAÇÃO I • Licença de operação Nº 02683-2021 Subestação de Energia Elétrica Guaíba 2 - Ampliação • Licença de operação Nº 2211-2021 SUBESTACAO DE ENERGIA GRAVATAI-AMPLIAÇÃO G. Em dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 125.938 (R$ 118.219 em 2021), essa situação se deu pelo início da amortização dos financiamentos do BNDES no mês de outubro de 2022. **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 10/2019-ANEEL, datado de 22 de março 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • LT 525 kV Santa Vitória do Palmar-Marmeleiro-48 km; • LT 525 kV Marmeleiro-Povo Novo-152 km; • LT 525 kV Povo Novo-Guaíba 3-245 km; • LT 525 kV Guaíba 3-Nova Santa Rita-40 km; • LT 525 kV Candiota 2-Guaíba 3-279 km; • LT 525 kV Guaíba 3-Gravataí-127 km; • LT Guaíba 3-Guaíba 2-19 km; • SE 8 kV Guaíba 3; • SE 8 kV Candiota 2; Em 05 de janeiro de 2023 o projeto foi 100% energizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TDLs (Termo de Liberação Definitivos) em 11 de janeiro de 2023 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (05 de janeiro de 2023). A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$219.500 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. O ciclo de recebimento para 2022/2023 o valor de R$ 279.044. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)-Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)-Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)-O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME)-Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **1.2. Impactos do COVID-19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de sua linha de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do escritório corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19. A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 04 de abril de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 17 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 7)-critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 11)-reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 19)-reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no dercurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03-Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros ao VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.398.119/0001-50

tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: • Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado,no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados aos valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)-Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)-Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avaliou o impacto das alterações e todos os contratos de empréstimo estão devidamente alocados no passivo circulante e não circulante. Com isso, eles não sofrerão qualquer alteração no que tange a alocação de sua classificação no balanço. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:* Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Bancos	133	141
Aplicações financeiras (a)	43.320	221.387
	43.453	221.529

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 84% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.Abaixo abertura por instituição financeira: **5.1. Conta bancária vinculada:** Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A Receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatario, conforme regra contratual.

	31/12/2022	31/12/2021
Bradesco conta corrente	13.501	16
Bradesco aplicação	40.894	-
	54.395	16

	31/12/2022	31/12/2021
Curto prazo	13.501	16
Longo prazo	40.894	-
	54.395	16

6. Concessionárias e permissionárias	31/12/2022	31/12/2021
Títulos a vencer	31.682	5.254
Títulos vencidos em até 90 dias	139	19
	31.821	5.273

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. **7. Ativo de contrato**

2021	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de Contrato	Receita de O&M	Recebimentos	2022
3.351.223	232.942	330.417	14.345	(284.613)	3.644.314

2020	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de Contrato	Receita de O&M	Recebimentos	2021
1.855.833	1.260.198	252.604	928	(18.340)	3.351.223

	2022	2021
Circulante	74.547	71.396
Não circulante	3.569.767	3.279.827
	3.644.314	3.351.223

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida-RAP-a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA. (Em janeiro de 2023 a Companhia iniciou o recebimento de 100% da RAP.) • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção-pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável-a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica-o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão-RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão-a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais-a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades-nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Fornecedores e provisões	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e Serviços	572	1.415
Provisões (i)	8.615	11.052
	9.187	12.467

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. **9. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)-Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Passivo		
Transações	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Cymi Construções e Participações (i)	2.498	12.821
Cobra Serviços (i)	39.625	67.353
Cymi do Brasil (i)	28.470	45.640
Cymi O&M Ltda	-	451
Total passivo	70.593	126.265

Resultado		
Transações	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Cymi O&M Ltda (ii) (a)	8.065	375
Cymi O&M Ltda (ii) (b)	7.212	245
Total resultado	15.277	620

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (Engineering, procurement and construction) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações, Cymi do Brasil e Cobra Serviços. (ii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M Ltda, empresa do grupo responsável peos serviços segregados entre: (a) Saldo refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia (b) Saldo refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia **10.Empréstimos e finaciamentos:** a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2022	31/12/2021
Banco Citibank	BRL	16/02/2023	1,24% + CDI	107.684	100.194
Banco Scotiabank	BRL	09/06/2022	0,90% + CDI	-	100.615
BNDES-Subcrédito A	BRL	15/10/2043	IPCA + 1,80% + 2,05%	1.045.975	968.818
BNDES-Subcrédito B	BRL	15/10/2043	IPCA + 1,80% + 2,05%	1.050.312	968.818
(-) Custo de Captação				(60.290)	(52.424)
Total de empréstimos e financiamentos				2.143.681	2.086.021
Circulante				191.542	219.780
Não circulante				1.952.139	1.866.241

b) Movimentação-2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros e variação monetária (*)	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2022
Citibank	100.194	-	13.262	-	(5.772)	-	107.684
Scotiabank	100.615	-	5.131	-	(5.746)	(100.000)	-
BNDES - Subcrédito A	968.818	-	99.464	-	(9.840)	(12.468)	1.045.974
BNDES - Subcrtédito B	968.818	-	99.507	-	(9.712)	(8.300)	1.050.313
(-) Custo de Captação	(52.424)	(10.856)	-	2.990	-	-	(60.290)
Total	2.086.021	(10.856)	237.812	2.990	(31.070)	(120.768)	2.143.681

(*) - Em 2021 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 33.530.

c) Movimentação-2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros e variação monetária (*)	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2021
Citibank	101.417	-	5.805	-	(7.028)	-	100.194
Scotiabank	101.410	-	5.907	-	(6.702)	-	100.615
BNDES - Subcrédito A	764.100	85.625	119.093	-	-	-	968.818
BNDES - Subcrtédito B	764.100	85.625	119.093	-	-	-	968.818
(-) Custo de Captação	(45.628)	-	-	(6.796)	-	-	(52.424)
Total	1.685.399	171.250	249.898	(6.796)	(13.730)	-	2.086.021

(*) - Em 2021 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 231.005. Banco Citibank: Ao longo de 2021 e 2022 a Administração efetuou a rolagem da dívida em três momentos, sendo: o 1º aditivo contratual firmado em 11 de agosto de 2021 com vencimento para 23 de dezembro de 2021; o 2º aditivo firmado em 23 de dezembro de 2021 com o objetivo de postergar o vencimento da dívida para 21 de junho de 2022; e o 3º aditivo firmado em 17 de junho de 2022 com o objetivo de postergar o vencimento da dívida para 16 de fevereiro de 2023. *Banco Scotiabank:* Ao longo de 2021 a Administração efetuou a rolagem da dívida em dois momentos, uma através do 1º aditivo contratual firmado em 11 de agosto de 2021 com vencimento para 9 de dezembro de 2021 e a segunda rolagem através do 2º aditivo firmado em 9 de dezembro de 2021 com o objetivo de postergar o vencimento da dívida para 9 de junho de 2022. Data na qual a dívida foi integralmente liquidada. *Banco BNDES:* Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Chimarrão, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas IPCA TLP + 2,05%, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 17/01/2020, tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R$ 350.000, em 18/08/2020 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R$ 510.242, e em 29/12/2020 tivemos a liberação dos subcréditos A3 e B3, no valor de R$ 610.000. Por fim, a Companhia recebeu em 08 de setembro de 2021 o desembolso dos subcréditos A4 e B4 no limite de R$85.625 cada um. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "*covenants*" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência, não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	219.780
2023	191.542	76.612
2024	160.525	77.807
Apos 2024	1.851.904	1.764.246
Total dívida	2.203.971	2.138.445
(-) Custo de transação a amortizar	(60.290)	(52.424)
Total das obrigações	2.143.681	2.086.021

11. Impostos diferidos: 11.1. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
PIS diferido	60.152	4.861	55.296	24.674	30.622
COFINS diferido	277.063	22.391	254.667	113.624	141.043
Total	337.215	27.252	309.963	138.298	171.665

11.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2022	Movimentação	Total 31/12/2021	Movimentação	Total 31/12/2020
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/Base negativa	(42.250)	(15.448)	(26.802)	(20.939)	(5.863)
Lucro diferido da construção	39.245	1.084	38.161	10.776	27.385
Receita de ativo financeiro/AVP	178.907	40.987	137.920	80.584	57.336
Ajuste CPC 47	115.516	15.049	100.467	54.583	45.884
Total não circulante	291.418	41.672	249.746	125.004	124.742

Detalhamento do não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	(42.250)	(26.802)
Passivo	333.668	276.548
Total ativo/passivo diferidos	291.418	249.746

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 6 anos:

Períodos	31/12/2022
2023	14.934
2024	17.805
2025	9.511
Total	42.250

12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 440.001, dividido em 440.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1,00 cada. Em 25 de novembro de 2022 mediante aprovação da respectiva AGE ocorreu um aumento de capital totalizando R$132.000.000 divididos em 132.000.000 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada. Os montantes foram divididos em R$ 82.000.000 mediante utilização de reservas de lucros e R$ 50.0000.000 aportados em moeda corrente pelos acionistas proporcional a participação de cada quotista, sendo 25% referente à Cymi Contruções e Participações S.A., 50% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia e 25% à Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Quotistas	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**
Cymi Construções e Participações S.A	110.000.250	25%	110.000.250	77.000.250	25,00%	77.000.250
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	220.000.500	50%	220.000.500	154.000.500	50,00%	154.000.500
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A	110.000.250	25%	110.000.250	77.000.250	25,00%	77.000.250
Total	440.001.000	100%	440.001.000	308.001.000	100%	308.001.000

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.398.119/0001-50

legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de dividendos mínimos apurado foi de R$ 18.904 (R$ 57.622 em 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	79.596	242.619
(-) Reserva legal	(3.980)	12.131
Lucro ajustado	75.616	230.488
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	18.904	57.622

Em 30 de abril de 2022 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária-AGOE, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referentes à destinação dos resultados de 31 de dezembro de 2021. c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de Lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

13. Receita operacional liquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção-Ativo de contrato	232.942	1.260.198
Remuneração do ativo de contrato	330.417	252.604
Receita de operação e manutenção	14.345	928
Outras receitas (i)	(22.907)	(1.994)
Receita operacional bruta	554.797	1.511.736
(-) PIS e COFINS	(51.596)	(138.298)
(-) Encargos setoriais (ii)	(2.927)	(1.680)
Receita operacional líquida	500.274	1.371.758

(i) O saldo está relacionado à diferença entre o Aviso de Crédito (AVC) do período e a Receita Anual Permitida (RAP) amortizada no ativo de contrato ao longo de 2022. (ii) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção	14.345	928
Custo de operação e manutenção	(8.065)	(375)
Total Margem de O&M	6.280	553
Margem percebida (%)	44%	60%

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	232.942	1.260.198
Custo de construção	(171.914)	(930.045)
Total Margem de construção	61.028	330.153
Margem percebida (%)	26%	26%

14. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em dezembro de 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	(171.914)	(930.045)
Custo de operação e manutenção	(8.065)	(375)
	(179.979)	(930.420)

	31/12/2022	31/12/2021
Material	(696)	(26)
Serviços de terceiros	(10.198)	(831)
Outras despesas e receitas	(1.273)	(1.014)
Total despesas gerais e administrativa	(12.167)	(1.871)

15. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	13.597	12.067
Receita de aplicações financeiras	13.597	12.067
Despesas financeiras	(200.457)	(83.911)
Juros de empréstimos e financiamentos	(90.533)	(68.810)
IOF de empréstimos	(1.187)	(192)
Atualização monetária de empréstimos	(107.887)	
Outras despesas financeiras	(850)	(14.909)
Resultado financeiro líquido	(186.860)	(71.844)

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	121.268	367.623
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IR e CSLL calculada	(41.231)	(124.992)
Outras diferenças permanentes	(441)	(12)
Despesa de IR e CS	(41.672)	(125.004)
Total dos tributos correntes	-	-
Total dos tributos diferidos	(41.672)	(125.004)
Despesa total com tributos	(41.672)	(125.004)
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco-o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	43.453	221.529
Contas bancárias vinculadas (Nota 5.1)	54.395	16
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	31.821	5.273
Ativo de contrato (Nota 7)	3.644.314	3.351.223
	3.773.983	3.578.041

Caixa e equivalentes de caixa-Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de Contrato-A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia-CCG e ii) Carta de Fiança Bancária-CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros-refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	43.320	221.387
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	40.894	-
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	2.203.971	2.138.445

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

		Fluxo de caixas contratuais		
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	9.187	9.187	-	-
Financiamentos	2.143.681	191.542	160.525	1.851.904
Partes relacionadas	70.593	70.593	-	-
Total	2.223.461	271.322	160.525	1.851.904

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e finaciamentos	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa-contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias-a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Fornecedores-a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos-a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1-Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2-Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3-Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2022				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	43.320	-	43.320
Aplicações financeiras vinculadas	-	40.894	-	40.894
Total	-	84.214	-	84.214

31/12/2021				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	221.387	-	221.387
Total	-	221.387	-	221.387

31/12/2022				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	2.143.681	-	2.143.681
Total	-	2.143.681	-	2.143.681

31/12/2021				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	2.086.021	-	2.086.021
Total	-	2.086.021	-	2.086.021

18. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R$ mil)	Prêmio (R$ mil)
Risco de Engenharia	15/12/2022 a 31/01/2023	50.000	17
Responsabilidade Civil Geral	15/12/2022 a 31/01/2023	50.000	4
Riscos Operacionais	20/08/2022 a 20/08/2023	1.467.141	1.630

19. Contingências: A Companhia é parte em demandas cíveis e trabalhistas em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais. No ano de 2022 a Companhia era parte em processos Civeis e Trabalhistas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível num montante de R$ 848 (R$ 859 em 2021). A principal causa refere-se à reclamação trabalhista 0020176-24.2021.5.04.081 para cobrança de dano moral e material e responsabilização subsidiária de Chimarrão no montante de R$ 626. STF - Relativização da coisa julgada: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Chimarrão Transmissora de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC-1RJ107146/O

PARQUE DAS BANDEIRAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.

CNPJ Nº 13.486.760/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

ATIVO	2022	2021
Circulante	19.107	19.103
Não Circulante	-	-
TOTAL DO ATIVO	**19.107**	**19.103**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	1	
Patrimônio Líquido	19.106	19.103
TOTAL DO PASSIVO	**19.107**	**19.103**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 (*Em MR$*)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**20.151**	**(1.367)**	**18.784**
Aumento Capital Social	350		350
Prejuízo do Exercício		(31)	(31)
Saldos em 31/12/2021	**20.501**	**(1.398)**	**19.103**
Resultado do Exercício		3	3
Saldos em 31/12/2022	**20.501**	**(1.395)**	**19.106**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Receitas (despesas) Operacionais:	3	(31)
I.R. e C.S.	-	-
Lucro Líquido ou (prejuízo) do Exercício	**3**	**(31)**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**309**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	342	33
No fim do exercício	346	342

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Parque das Bandeiras Incorporações Imobiliárias S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 85,40%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 12,67%, Ricardo B. Carvalho com 0,32%, Roberto B. Carvalho com 0,33%, Luciana B. Carvalho com 0,32%, Marcos B. Carvalho com 0,32%, Marcelo B. Carvalho com 0,32% e Mariana B. Carvalho com 0,32% do capital social.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho,
Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho;
Contador: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ

ROCHA INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.

CNPJ (MF) Nº 23.767.499/0001-62

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

ATIVO	2022	2021
Circulante	73	42
TOTAL DO ATIVO	**73**	**42**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	-	7
Patrimônio Líquido	73	35
TOTAL DO PASSIVO	**73**	**42**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Despesas Operacionais:	(13)	(13)
Prejuízo do Exercício	**(13)**	**(13)**
Prejuízo por Ação	(0,08)	(0,13)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**32**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5	4
No fim do exercício	37	5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 (*Em MR$*)

	Capital Subscrito	Recurso para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**103**	**8**	**(70)**	**41**
Aumento do capital	15	(8)		7
Prejuízo do Exercício	-	-	(13)	(13)
Saldos em 31/12/2021	**118**	**–**	**(83)**	**35**
Aumento do capital	51			51
Prejuízo do Exercício	-	-	(13)	(13)
Saldos em 31/12/2022	**169**	**–**	**(96)**	**73**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Rocha Incorporações Imobiliárias S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela IBI e F Empreendimentos, com participação de 12% do capital social, pelo Fundo de Investimento Imobiliário Nova Iguaçu, com participação de 44% do capital social e pela CB Shopping, com participação de 44% do capital social. Sua principal atividade é compra e venda de imóveis, assim como incorporações e aluguéis de imóveis próprios ou de terceiros, e a participação em outras sociedades.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; Contador: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC/RJ 117827/O-8 RJ

SPE ANCAR NEWSUB S.A.

CNPJ Nº 09.355.840/0001-41

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

ATIVO	2022	2021
Circulante	359	274
Não Circulante	1.635	1.632
TOTAL DO ATIVO	**1.994**	**1.906**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	204	175
Não Circulante		
Patrimônio Líquido	1.790	1.731
TOTAL DO PASSIVO	**1.994**	**1.906**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Receitas (despesas) Operacionais:	12	917
Resultado de Participações Societárias	75	(216)
I.R. e C.S.	(8)	–
Lucro (Pejuízo)Líquido do Exercício	**79**	**701**
Lucro (Prejuízo) por Ação	0,02	0,22

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**81**	**(27)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	248	275
No fim do exercício	329	248

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 (*Em MR$*)

	Capital Social	Ajuste Patrimonial Golden Share	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**1.000**	**(29.256)**	**16.518**	**12.943**	**–**	**1.205**
Resultado do Exercício					701	701
Constituição de reservas				526	(526)	–
Divid. mín. obrigatório					(175)	
Saldos em 31/12/2021	**1.000**	**(29.256)**	**16.518**	**13.469**	**–**	**1.731**
Resultado do Exercício					79	79
Constituição de reservas				59	(59)	–
Divid. mín. obrigatório					(20)	(20)
Saldos em 31/12/2022	**1.000**	**(29.256)**	**16.518**	**13.528**	**0**	**1.790**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A SPE Ancar Newsub S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Nova Ancar Shopping S.A. com participação de 87,3% do Capital Social e pela Ancar Vita Empreendimentos com participação de 12,7% no Capital Social. Sua principal atividade é a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contadora:** Carla Barbosa Queiroz Leal CRC: 117827/O-8 RJ

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Mantiqueira Transmissora de Energia S.A**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2022 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (25%), Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (25%) e Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.3 Estrutura Societária**

2 Ambiente Econômico: Em 2022, o mundo conviveu com um mix de incertezas, passando pela guerra da Ucrânia, possível crise energética na Europa e as altas de juros em economias relevantes para conter o aumento da inflação. O FMI (Fundo Monetário Internacional) publicou um estudo mostrando que a mundo passa por um período de desaceleração econômica e alta da inflação. No Brasil, além dos reflexos do ambiente internacional, tivemos um ano eleitoral e diversas medidas e sinalizações dos agentes econômicos e governamentais para endereçar as mais variadas questões internas. Em 2022, o Relatório Focus do Banco Central projetava a variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 5,1% e 8,9% para 2022 que, ao final do ano, fechou em 5,79%. Já a SELIC era de 9,25% no início do ano e terminou em 13,75% no fim de 2022. No mês de dezembro, de 2022, as projeções de IPCA para 2023 foram de 5,08% para 5,31%, e as da SELIC para 2023 foram de 11,75% para 12,25%. Na parte cambial, o dólar fechou em 2022 cotado a R$ 5,28, uma queda acumulada de 5,31%, sua primeira queda em 5 anos. No que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro, o último Relatório Focus lançado em 2022 divulgou uma projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,80% para 2023, em comparação com o ano anterior. **3 Ambiente Regulatório:** No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Setor Elétrico (NOS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgaram a previsão da carga, com crescimento médio de 3,4% entre 2023 e 2027. Considerando os resultados de 2022, em 2023, é projetado um aumento de 2,7% na carga, que poderá atingir o patamar de 71.735 MW médios, caso o PIB tenha um aumento de 0,7%, estando esse resultado (de crescimento de PIB) alinhado com as projeções do Banco Central para 2023. **4 Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase final de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • LT 345 kV Jeceaba - Itutinga, 106 km; • LT 345 kV Itabirito 2 - Jeceaba C2, 44 km; • SE 500/230 kV Itabira 5; • LT 230 kV Itabira 2 - Itabira 5, 16 km; • LT 230 kV Irapé - Araçuai 2, C2, 61 km; • SE 230/69kV João Monlevade 4; • LT 230 kV Irapé - Janaúba 3, 130 km; • SE 230/138 kV Janaúba 3; • SE 230/161/138 kV Braúnas; • SE 230/69 kV Timóteo 2; • SE 500/345 kV Presidente Juscelino; • LT 500 kV Presidente Juscelino - Pirapora 2, C1 E C2, 177 km cada circuito; • LT 500 kV Presidente Juscelino - Itabira 5, 162 km; • LT 345 kV Betim 6 - Sarzedo, 23 km; • LT 345 kV Betim 6 - Sete Lagoas 4, 47 km; • LT 345 kV Sete Lagoas 4 - Presidente Juscelino, C1 e C2, 101 km cada circuito; • LT 345 kV Itabirito 2 - Barro Branco, 57 km; • SE 345 kV Sarzedo; • SE 345/138 kV Betim 6; • 2º Banco De Reatores De Barra, 50 MVar, 500 kV na SE Presidente Juscelino; • 2º Banco De Transformação SE Itabira 5, 500/230 kV, 3 X 250 MVA e • SE 345/138 kV Varginha 4; **5 Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. **6 Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7 Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8 Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9 Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Administração.**

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**21.197**	133.802
Contas bancárias vinculadas	5.1	**19.626**	2.676
Concessionárias e permissionárias	6	**32.849**	13.005
Impostos a recuperar		**43.555**	37.882
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	**627**	-
Ativo de contrato	7	**359.924**	231.843
Outras contas a receber		**1.844**	1.607
		479.622	420.815
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5.1	**61.978**	49.843
Ativo de contrato	7	**7.094.383**	6.092.349
		7.156.361	6.142.192
Total do ativo		7.635.983	6.563.007
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**1.845**	305
Empréstimos e financiamentos	10	**278.606**	510.747
Obrigações fiscais		**6.544**	3.825
Partes relacionadas	9	**6.719**	33.226
Dividendos	12	**115.781**	129.432
Provisões	8	**134.284**	146.409
Adiantamento de clientes		**3.630**	7.791
Outros passivos		**1.521**	303
		548.930	832.038
Não circulante			
Provisões	8	**606**	115
Empréstimos e financiamentos	10	**2.836.003**	2.400.684
Pis e cofins diferido	11	**689.578**	585.246
IR e CS diferido	11	**1.021.392**	772.181
		4.547.579	3.758.226
Patrimônio líquido	12		
Capital social		**678.001**	615.001
Reserva de lucros		**1.861.473**	1.357.742
Total patrimônio líquido		**2.539.474**	1.972.743
Total do passivo e patrimônio líquido		7.635.983	6.563.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	**1.287.662**	1.694.705
Custo	14	**(352.891)**	(768.479)
Resultado bruto		**934.771**	926.226
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	**(9.894)**	(3.794)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**924.877**	922.432
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		**23.596**	10.731
Despesas financeiras		**(208.292)**	(106.981)
		(184.696)	(96.250)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**740.181**	826.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**(249.211)**	(281.205)
Imposto de renda e contribuição social correntes		**(890)**	-
Lucro líquido do exercício		**490.080**	544.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**490.080**	544.977
Total do resultado abrangente do exercício	**490.080**	544.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	**740.181**	826.182
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Remuneração do ativo de contrato	**(895.349)**	(695.244)
Receita de construção-Ativo de contrato	**(507.099)**	(1.158.252)
Receita de operação e manutenção-Ativo de contrato	**(21.824)**	(2.967)
Outras receitas-Ativo de contrato	**(4.174)**	(11.585)
Impostos diferidos	**104.332**	168.664
Juros e atualização monetária sobre dívidas financeiras	**306.664**	350.671
Custos de transação	**3.399**	(21.032)
Provisões	**(11.634)**	38.049
Instrumentos Financeiros	**(627)**	-
Lucro ajustado	**(286.131)**	(505.514)
Variações nos ativos e passivos:		
Ativo de contrato	**298.331**	52.145
Concessionárias e permissionárias	**(19.844)**	(11.325)
Outras contas a receber	**(237)**	(1.314)
Partes relacionadas	**(26.507)**	(65.538)
Tributos a recuperar	**(5.673)**	(1.605)
Fornecedores	**1.540**	(17.714)
Obrigações fiscais	**1.829**	(378)
Outras obrigações	**(2.943)**	(3.701)
	246.496	(49.430)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(39.635)**	(554.944)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	**63.000**	160.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	**554.781**	1.000.000
Contas bancárias vinculadas	**(29.085)**	(51.700)
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos	**(511.174)**	(523.725)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	**(150.492)**	(38.594)
Fluxo de caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	**(72.970)**	545.981
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(112.605)**	(8.963)
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	**21.197**	133.802
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	**133.802**	142.765
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(112.605)	(8.963)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	455.001	40.553	-	901.644	-	1.397.198
Integralização de capital		160.000	-	-	-	-	160.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	544.977	544.977
Destinação de lucros a							
Reserva legal		-	27.250	-	-	(27.250)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-		-	(129.432)	(129.432)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	388.295	(388.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**615.001**	**67.803**	**-**	**1.289.939**	**-**	**1.972.743**
Aumento de capital		**63.000**					**63.000**
Reversão de Dividendos				**-**	**129.432**		**129.432**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**490.080**	**490.080**
Destinação de lucros a							
Reserva legal		**-**	**24.504**	**-**	**-**	**(24.504)**	**-**
Reserva de incentivos fiscais				**2.451**		**(2.451)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios		**-**		**-**	**-**	**(115.781)**	**(115.781)**
Reserva de lucros a realizar		**-**	**-**	**-**	**347.344**	**(347.344)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**678.001**	**92.307**	**2.451**	**1.766.715**	**-**	**2.539.474**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") controlada pela Cymi Construções e Participações S.A, Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703-Centro-20.030-021-Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui as Licenças de Operações: • LO n º 01/20221-LT Pirapora - Sarzedo - Itabira e SEs Asssociadas • LO nº 1565/202 - LT 230 kV Janaúba - Araçuaí e SEs Associadas • LO nº 1663/2023-LT 345 kV Itabirito 2-Barro Branco e SEs Associadas • LO nº 1583/2020-SE Timóteo II • LO nº 1621/2021-SE Braúnas • LO nº 1622/2021-SE João Monlevade IV • LO nº 1622/2021-SE Varginha IV • LO nº 1620/2021-Seccionamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R$ 69.308 (R$ 411.223 em 2021), essa variação de deu pela captação de dívidas de curto prazo ao longo do ano de 2022 com o objetivo de suprir as necessidades de caixa ao longo da construção e a estruturação de dívida de longo prazo junto ao BNDES. A Companhia encontra-se parcialmente em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **1.1. Contrato de concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 05/2016-ANEEL, datado de 03 de junho 2016, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • LT 345 kV Jeceaba-Itutinga, 106 km; • LT 345 kV Itabirito 2-Jeceaba C2, 44 km; • SE 500/230 kV Itabira 5; • LT 230 kV Itabira 2-Itabira 5, 16 km; • LT 230 kV Irapé-Araçuai 2, C2, 61 km; • SE 230/69kV João Monlevade 4; • LT 230 kV Irapé-Janaúba 3, 130 km; • SE 230/138 kV Janaúba 3; • SE 230/161/138 kV Braúnas; • SE 230/69 kV Timóteo 2; • SE 500/345 kV Presidente Juscelino; • LT 500 kV Presidente Juscelino-Pirapora 2, C1 E C2, 177 km cada circuito; • LT 500 kV Presidente Juscelino-Itabira 5, 162 km; • LT 345 kV Betim 6-Sarzedo, 23 km; • LT 345 kV Betim 6-Sete Lagoas 4, 47 km; • LT 345 kV Sete Lagoas 4-Presidente Juscelino, C1 e C2, 101 km cada circuito; • LT 345 kV Itabirito 2-Barro Branco, 57 km; • SE 345 kV Sarzedo; • SE 345/138 kV Betim 6; • 2º Banco De Reatores De Barra, 50 MVar, 500 kV na SE Presidente Juscelino; • 2º Banco De Transformação SE Itabira 5, 500/230 kV, 3 X 250 MVA e • SE 345/138 kV Varginha 4; O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 04 de março de 2021. Apenas os trechos LT 230kV Irapé - Janaúba 3, SE Janaúba 3, SE Presidente Juscelino, LT Presidente Juscelino - Pirapora 2 C1 e C2 e 2º Banco de Reatores De Barra, na SE Presidente Juscelino, entraram em Operação Comercial em 2021. No ano de 2022 entraram em operação comercial a SE João Monlevade 4, a LT 500kV Presidente Juscelino - Itabira 5, a SE Itabira 5, o 2º banco de transformadores da SE Itabira 5, a LT 230kV Itabira 5 - Itabira 2 e a SE Braúnas. Temos TLRs emitidos pelo ONS atualmente vigentes na SE Braúnas em função de pendências por parte da CEMIG-D, reconhecidas pelo ONS como não imputáveis à Companhia. No final de 2022 foi concluída a pendência de terceiros da ETTM de modo que houve a energização em carga da SE Timóteo 2. Todo o restante do empreendimento ainda se encontra em fase pré-operacional, aguardando energização com 47,7% em operação e com a previsão dos demais trechos conforme abaixo: • Entrada em Operação da LT 345kV Itutinga - Jeceaba e da LT 345kV Jeceaba - Itabirito: 17/04/23; • Entrada em Operação da LT 345kV Itabirito 2 - Barro Branco: 18/04/23; • Entrada em Operação das LTs 345kV Sete Lagoas 4 - Presidente Juscelino C1 e C2, LT 345kV Sete Lagoas 4 - Betim 6, LT 345kV Betim 6 - Sarzedo com o seccionamento da LT 345kV Pimenta-Barreiro na SE Sarzedo: 24/04/23; • Entrada em Operação do Seccionamento da LT 345kV Neves 1-Barreiro na SE Betim: 26/05/23; • Entrada em Operação do Seccionamento da LT 500kV Neves 1-Mesquita na SE Itabira 5: 15/06/23; • Entrada em Operação da SE Varginha 4 com o seccionamento da LT 345kV Furnas - Itutinga na SE Varginha 4: 20/06/23; A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R$ 143.481 para o ciclo de 2022/2023. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)-Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)-Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)-O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME)-Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19. A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 10 de abril de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 7)-critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 11)-reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 19)-reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros ao VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44

mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2022, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Benefício fiscal-Lucro da exploração: Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)-Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)-Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avaliou o impacto das alterações e todos os contratos de empréstimo estão devidamente alocados no passivo circulante e não circulante. Com isso, eles não sofrerão qualquer alteração no que tange a alocação de sua classificação no balanço. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:* Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1	1
Bancos	1.409	1.308
Aplicações financeiras (a)	19.787	132.493
	21.197	133.802

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 99,1% a 103,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. **5.1. Contas bancárias vinculadas:** Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual. No longo prazo são apresentadas as contas reserva constituídas, de acordo com o contrato de dívida firmado junto ao BNDES e devem ser mantidas até o vencimento.

	31/12/2022	31/12/2021
Bradesco conta corrente	19.626	35.300
Bradesco aplicação financeira (a)	61.978	17.219
	81.604	52.519
Curto prazo	19.626	2.676
Longo prazo	61.978	49.843
	81.604	52.519

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

6. Concessionárias e permissionárias	2022	2021
Títulos a vencer	30.974	12.957
Títulos vencidos em até 90 dias	111	11
Títulos vencidos há mais de 90 dias	1.764	37
	32.849	13.005

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. **7. Ativo de contrato**

2021	Receita de construção	Remuneração do Ativo de contrato	Receita de O&M e Outras Receitas	Outras Receitas	Recebimentos	2022
6.324.192	507.099	895.349	21.824	4.174	(298.331)	7.454.307

2020	Receita de construção	Remuneração do Ativo de contrato	Receita de O&M e Outras Receitas	Recebimentos	2021
4.508.289	1.158.252	695.244	14.552	(52.145)	6.324.192

	2022	2021
Circulante	359.924	231.843
Não circulante	7.094.383	6.092.349
Total	7.454.307	6.324.192

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida-RAP-a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção-pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável-a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica-o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão-RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão-a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais-a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades-nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	1.845	305
Provisões (i)	134.890	146.524
	136.735	146.829
Fornecedores - Circulante	1.845	305
Provisões - Circulante	134.284	146.409
Provisões-Não circulante	606	115
	136.735	146.829

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. **9. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)-Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Transações	31/12/2022	31/12/2021
Cymi Construções e Participações (i)	-	3.456
Cobra Brasil Comunicações Energia (i)	6.719	12.926
Cymi do Brasil Projetos e Serviços(ii)	-	16.384
Cymi O&M Ltda (iii)	-	460
Total passivo	6.719	33.226

	Resultado	
Transações	31/12/2022	31/12/2021
Cymi O&M Ltda (iii) (a)	17.647	2.451
Cymi O&M Ltda (iii) (b)	4.103	173
Total resultado	21.750	2.624

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia, Cymi e Cobra. (ii) Refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. (iii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M Ltda, empresa do grupo responsável pelos serviços segregados entre: (a) Serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia. (b) Serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia. **10. Empréstimos e financiamentos:** a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2022	31/12/2021
Banco Bradesco	BRL	05/08/2020	0,40% + CDI	106.232	309.782
Banco Scotiabank Brasil	BRL	27/07/2022	1% +CDI	50.332	103.557
BNDES Sucredito A	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	395.912	390.757
BNDES Sucredito B	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	403.838	392.305
BNDES Sucredito C	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	1.046.229	891.512
BNDES Sucredito D	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	1.065.658	895.044
BNDES Sucredito E	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	69.556	-
BNDES Sucredito F	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	70.198	-
(-) Custo de captação				(93.346)	(71.526)
Total de empréstimos e financiamentos				3.114.609	2.911.431
Circulante				278.606	510.747
Não Circulante				2.836.003	2.400.684
				3.114.609	2.911.431

b) Movimentação em 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortização de Principal	Juros e Atualização Monetária (*)	Amortização de Juros	(-) Custo Transação a Amortizar	31/12/2022
Banco Bradesco	309.782	-	(200.000)	27.740	(31.290)	-	106.232
Banco Scotiabank Brasil	103.557	150.000	(200.000)	10.775	(14.000)	-	50.332
BNDES Subcrédito A	390.757	-	(18.566)	38.267	(14.546)	-	395.912
BNDES Subcrédito B	392.305	-	(12.400)	38.649	(14.716)	-	403.838
BNDES Subcrédito C	891.512	144.634	(46.057)	92.594	(36.454)	-	1.046.229
BNDES Subcrédito D	895.044	144.634	(30.934)	93.484	(36.570)	-	1.065.658
BNDES Subcrédito E	-	70.366	(1.931)	2.573	(1.452)	-	69.556
BNDES Subcrédito F	-	70.366	(1.286)	2.582	(1.464)	-	70.198
(-) Custo de Captação	(71.526)	(25.219)	-	-	-	3.399	(93.346)
Total	2.911.431	554.781	(511.174)	306.664	(150.492)	3.399	3.114.609

(*) - Em 2022 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 106.520.

c) Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortização de Principal	Juros e Atualização Monetária (*)	(-) Custo Transação a Amortizar	Amortização de Juros	31/12/2021
Banco Alfa	100.831	-	(100.000)	2.020	-	(2.851)	-
Banco ING	101.911	-	(100.000)	2.184	-	(4.095)	-
Banco Itaú	302.197	-	(300.000)	6.650	-	(8.847)	-
Banco Bradesco	-	300.000	-	9.782	-	-	309.782
Banco Scotiabank Brasil	-	100.000	-	3.557		-	103.557
BNDES Subcrédito A	347.367	-	(4.375)	51.238	-	(3.473)	390.757
BNDES Subcrédito B	347.367	-	(2.855)	51.269	-	(3.476)	392.305
BNDES Subcrédito C	497.466	300.000	(9.981)	111.948	-	(7.921)	891.512
BNDES Subcrédito D	497.466	300.000	(6.514)	112.023	-	(7.931)	895.044
(-) Custo de Captação	(50.495)	-	-	-	(21.031)	-	(71.526)
Total	2.144.110	1.000.000	(523.725)	350.671	(21.031)	(38.594)	2.911.431

(*) - Em 2021 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 257.227. *Banco Bradesco:* Em 27 de julho de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Bradesco a portabilidade de um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 300.000, com data de vencimento em 27 de julho

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44

de 2022. Na data do vencimento, a companhia optou por amortizar o principal em 200.000, rolando os outros 100.000 com nova data de vencimento 23 de janeiro de 2023. *Banco Scotiabank:* Em 30 de junho de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Scotiabank a portabilidade de um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 100.000, com data de vencimento em 29 de junho de 2022. No vencimento, a Companhia optou por liquidar a CCB, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 100.000, com data de vencimento em 28 de dezembro de 2022. No dia do vencimento, a Companhia liquidou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 50.000, com data de vencimento em 28 de agosto de 2023. *BNDES:* Com o objetivo de liquidar parcialmente os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Mantiqueira, em dezembro de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas de TLP + 2,00% mais estáveis, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Há cláusula de *covenants* previsto no respectivo contrato, que será exigível a partir desse exercício (cálculo de ICSD). Em 31/12/2022 a companhia não atingiu o valor mínimo do ICSD (1,3). Pelo Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta do contrato de financiamento, uma vez quebrado o cálculo do índice, a companhia terá a conta reserva dobrada, imediatamente após a notificação do BNDES para o banco administrador de contas (Banco Bradesco), conforme o Parágrafo Sexto da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão Fiduciária. Vale ressaltar que a Companhia já entrou com pedido de "*waiver*" para que não seja necessária a dobra e que Caso o BNDES não forneça o "*waiver*" solicitado, a Companhia terá a conta dobrada, respeitando a métrica de preenchimento de conta reserva. Em 04 de fevereiro de 2021, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos C3 e D3 no limite de R$300.000 cada um. Em 28 de maio de 2022, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos C4 e D4 no limite de R$ 144.634 cada um, e dos subcréditos E e F no limite de R$ 70.366 cada um. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	510.747
2023	**127.337**	98.855
2024	**123.893**	100.375
Após 2025	**2.800.161**	1.859.659
(-) Custo de transação a amortizar	**(93.346)**	(71.526)
Total BNDES	**2.958.045**	2.498.092

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a entrada em operação, sendo 0,01% referente ao dividendo mínimo antes do fato.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**490.080**	544.977
(-) Reserva legal	**(24.504)**	(27.250)
(-) Reserva de incentivos fiscais	**(2.451)**	-
	463.125	517.727
Dividendos mínimos obrigatórios-25%	**115.781**	129.432

No dia 30 de abril de 2022 os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGO), deliberaram a renúncia dos dividendos mínimos obrigatórios no total de R$ 129.432 por motivos de planejamento financeiro estratégicos, bem como reinvestimento na própria Companhia. c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de Lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. e) Reserva de incentivos fiscais: Conforme laudo constitutivo n° 0067/2022 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 26 de maio de 2022 foi garantido à Mantiqueira Transmissora de Energia S.A pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2031. **13. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção-Ativo de contrato	**507.099**	1.158.252
Remuneração-Ativo de contrato	**895.349**	695.244
Receita de O&M	**21.824**	2.967
Outras receitas	**(1.738)**	11.585
Receita operacional bruta	**1.422.534**	1.868.048
(-) PIS e COFINS	**(131.597)**	(168.664)
(-) Encargos setoriais (i)	**(3.275)**	(4.679)
Receita operacional líquida	**1.287.662**	1.694.705

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção	**21.824**	2.967
Custo de operação e manutenção	**(17.513)**	(2.451)
Total Margem de O&M	**4.311**	516
Margem percebida (%)	**20%**	17%

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	**507.099**	1.158.252
Custo de construção	**(335.378)**	(766.028)
Total Margem de construção	**171.721**	392.224
Margem percebida (%)	**34%**	34%

14. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	**(335.378)**	(766.028)
Custo de operação e manutenção	**(17.513)**	(2.451)
Total custo	**(352.891)**	(768.479)

	31/12/2022	31/12/2021
Material	**(56)**	(5)
Doações (*)	**(2.696)**	-
Serviços de terceiros	**(7.114)**	(2.921)
Outras despesas	**(28)**	(868)
Total despesas gerais e administrativas	**(9.894)**	(3.794)

(*) Em 2022 a Companhia efetuou doações no montante de 2.696, divididos em: 2.282 para Pampa e Novo Estados; 362 para Instituto Estadual de Florestas; 52 para Furnas. **15. Resultado financeiro:** O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	**23.596**	10.731
Receita de aplicações financeiras	**23.596**	10.731
Despesas financeiras	**(208.292)**	(106.981)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(145.762)**	(93.443)
Atualização Monetária	**(60.847)**	(13.355)
IOF de empréstimos	**(1.098)**	(124)
Outras despesas financeiras	**(585)**	(59)
Resultado financeiro líquido	**(184.696)**	(96.250)

11. Impostos Diferidos: 11.1. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
PIS diferido	**123.006**	**18.611**	104.395	30.086	74.309
COFINS diferido	**566.572**	**85.721**	480.851	138.578	342.273
Total	**689.578**	**104.332**	585.246	168.664	416.582

11.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2022	Movimentação	Total 31/12/2021	Movimentação	Total 31/12/2020
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/ Base negativa	**(50.899)**	**1.441**	(52.340)	(22.941)	(29.399)
Lucro diferido da construção	**42.109**	**3.370**	38.739	8.858	29.881
Receita de ativo financeiro/AVP	**513.248**	**149.318**	363.930	172.210	191.720
Ajuste CPC 47	**516.934**	**95.082**	421.852	123.078	298.774
Total não circulante	**1.021.392**	**249.211**	772.181	281.205	490.976

Detalhamento do não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	**(50.899)**	(52.340)
Passivo	**1.072.291**	824.521
Total ativo/passivo diferidos	**1.021.392**	772.181

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 2 anos. **12. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito é de R$678.001, dividido em 615.001 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada. Durante o exercício de 2022 mediante aprovação das respectivas AGE ocorreram aportes de capital totalizando R$ 63.000 divididos em ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 25% referente à Cymi Construções e Participações S.A., 25% Cobra Brasil Serviços Comunicações e Energia e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. O valor do aporte foi integralizado à vista, em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Quotistas	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**
Cymi Construções e Participações S.A.	**169.500.250**	**25%**	**169.500.250**	153.750.250	25,00%	153.750.250
Cobra Brasil Serviços Comunicações e Energia	**169.500.250**	**25%**	**169.500.250**	153.750.250	25,00%	153.750.250
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	**339.000.500**	**50%**	**339.000.500**	307.500.500	50,00%	307.500.500
Total	**678.001.000**	**100%**	**678.001.000**	615.001.000	100%	615.001.000

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	**740.181**	826.182
Alíquota vigente	**34%**	34%
Despesa de IR e CSLL calculada	**(251.662)**	(280.902)
Incentivo fiscal - Sudene	**2.451**	-
Outros	**(890)**	(303)
Despesa de IR e CS	**(250.101)**	(281.205)
Total dos tributos correntes	**(890)**	0
Total dos tributos diferidos	**(249.211)**	(281.205)
Despesa total com tributos	**(250.101)**	(281.205)
Alíquota efetiva	**(33,79%)**	(34%)

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco-o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**21.197**	133.802
Contas bancárias vinculadas (Nota 5.1)	**81.604**	52.519
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	**32.849**	13.005
Ativo de contrato (Nota 7)	**7.454.307**	6.324.192
	7.589.957	6.523.518

Caixa e equivalentes de caixa-Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de contrato-A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia-CCG e ii) Carta de Fiança Bancária-CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros-refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**19.787**	132.493
Aplicações financeiras vinculadas equivalentes de caixa (CDI)	**61.978**	17.219
Instrumentos financeiros derivativos	**627**	-
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	**3.051.391**	2.569.618
Financiamento (CDI)	**156.564**	413.339

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	**Até 12 meses**	**Entre 2 e 3 anos**	**Acima de 3 anos**
Fornecedores	**1.845**	**1.845**	**-**	**-**
Financiamentos	**3.114.609**	**283.901**	**123.893**	**2.706.815**
Partes relacionadas	**6.719**	**6.719**	**-**	**-**
Total	**3.123.173**	**292.465**	**123.893**	**2.706.815**

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	**Categoria**
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e finaciamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa-contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias-a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Fornecedores-a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos-a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1-Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2-Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3-Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2022				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Aplicações financeiras	**-**	**19.787**	**-**	**19.787**
Aplicações financeiras vinculadas	**-**	**61.978**	**-**	**61.978**
Instrumentos financeiros	**-**	**627**	**-**	**627**
Total	**-**	**82.392**	**-**	**82.392**

31/12/2021				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Aplicações financeiras	-	132.493	-	132.493
Aplicações financeiras vinculadas	-	17.219	-	17.219
Total	-	149.712	-	149.712

31/12/2022				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	**-**	**3.114.609**	**-**	**3.114.609**
Total	**-**	**3.114.609**	**-**	**3.114.609**

31/12/2021				
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	-	2.911.431	-	2.911.431
Total	-	2.911.431	-	2.911.431

17.1. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía o seguinte derivativo em aberto:

			Valor de referência (*notional*)-R$		Valor justo ativo (R$)	
Derivativo	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
SWAP Scotiabank	21/12/2022	28/08/2023	**50.000**	**-**	**627**	**-**
			50.000	**-**	**627**	**-**

18. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	**Data vigência**	**Importância segurada (R$ mil)**	**Prêmio (R$ mil)**
Risco de engenharia	31/10/2022 a 31/03/2023	2.104.910	291.337
Responsabilidade civil geral	31/10/2022 a 31/03/2023	2.104.910	13.794
Risco operacional	30/05/2022 a 30/05/2023	2.558.441	1.362.913

19. Contingências: A Companhia é parte em demandas cíveis e trabalhistas em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda, e processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais. No ano de 2022 a Companhia era parte em processos Cíveis e Trabalhistas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível num montante de R$1.075 e R$ 42 como provável. A principal causa refere-se ao processo 5003371-49.2020.8.13.0194 no valor de R$ 934 relacionado a valor supostamente inadimplido pela Transmissora na execução de contrato comercial firmado entre as partes. STF - Relativização da coisa julgada: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras. **20. Eventos subsequentes:** Rolagem Empréstimo Ponte: Em 19 de janeiro de 2023 a Companhia quitou seus respectivos juros incidentes do contrato junto ao Banco Bradesco. Na mesma data, a Companhia optou por celebrar junto ao Banco Itaú a portabilidade do contrato de Cédula de Crédito Bancário - CCB até o limite de R$100.000, com data de vencimento em 19 de janeiro de 2024. Liberação BNDES - subcréditos E2 e F2: Em 24 de fevereiro de 2023 em linha com o cronograma associados ao projeto Mantiqueira, ocorreu a liberação de mais dois subcréditos, E2 e F2, totalizando R$80.000, sendo R$40.000 para cada um desses novos subcréditos com perfil de endividamento de exigibilidades de não-circulante e com taxas mais estáveis.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC-1RJ107146/O

NOVA ANCAR SHOPPING S.A.

CNPJ Nº 21.170.567/0001-86

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
ATIVO		
Circulante	2.434	2.210
Não Circulante	1.733	1.665
TOTAL DO ATIVO	**4.167**	**3.875**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	41	13
Patrimônio Líquido	4.126	3.862
TOTAL DO PASSIVO	**4.167**	**3.875**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	304	(200)
Receitas (despesas) Operacionais:	-	73
IR e CSLL	(40)	(12)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**264**	**(139)**
Lucro (Prejuízo) por Ação	0,04	(0,02)

Diretores: Marcos Baptista Carvalho e Marcelo Baptista Carvalho;
Contadora: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC-RJ: 117827/O-8

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 (*Em MR$*)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**6.787**	**(2.786)**	**4.001**
Prejuízo do Exercício		(139)	(139)
Saldos em 31/12/2021	**6.787**	**(2.925)**	**3.862**
Resultado do Exercício	-	264	264
Saldos em 31/12/2022	**6.787**	**(2.661)**	**4.126**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 (*Em MR$*)

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**232**	**65**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.131	2.066
No fim do exercício	2.363	2.131

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Nova Ancar Shopping S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe Brazil Equity Inc. com participação de 99,99 % do capital social. Sua principal atividade é a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 26.885.182/0001-19

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2022 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2017 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%), Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (30%) e Quantum Participações S.A. (20%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.3 Estrutura Societária**

2 Ambiente Econômico: Em 2022, o mundo conviveu com um mix de incertezas, passando pela guerra da Ucrânia, possível crise energética na Europa e as altas de juros em economias relevantes para conter o aumento da inflação. O FMI (Fundo Monetário Internacional) publicou um estudo mostrando que a mundo passa por um período de desaceleração econômica e alta da inflação. No Brasil, além dos reflexos do ambiente internacional, tivemos um ano eleitoral e diversas medidas e sinalizações dos agentes econômicos e governamentais para endereçar as mais variadas questões internas. Em 2022, o Relatório Focus do Banco Central projetava a variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 5,1% e 8,9% para 2022 que, ao final do ano, fechou em 5,79%. Já a SELIC era de 9,25% no início do ano e terminou em 13,75% no fim de 2022. No mês de dezembro, de 2022, as projeções de IPCA para 2023 foram de 5,08% para 5,31%, e as da SELIC para 2023 foram de 11,75% para 12,25%. Na parte cambial, o dólar fechou em 2022 cotado a R$ 5,28, uma queda acumulada de 5,31%, sua primeira queda em 5 anos. No que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro, o último Relatório Focus lançado em 2022 divulgou uma projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,80% para 2023, em comparação com o ano anterior. **3 Ambiente Regulatório:** No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Setor Elétrico (NOS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgaram a previsão da carga, com crescimento médio de 3,4% entre 2023 e 2027. Considerando os resultados de 2022, em 2023, é projetado um aumento de 2,7% na carga, que poderá atingir o patamar de 71.735 MW médios, caso o PIB tenha um aumento de 0,7%, estando esse resultado (de crescimento de PIB) alinhado com as projeções do Banco Central para 2023. **4 Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • LT 500 kV Queimada Nova II – Curral Novo do Piauí II C1, com 109 Km; • LT 500 kV Buritirama – Queimada Nova II, C1, com 308 Km; • SE 500 kV Queimada Nova II. **5 Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. **6 Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2020 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7 Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8 Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9 Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**90.019**	138.106
Contas bancárias vinculadas	5.1	**6.066**	-
Concessionárias e permissionárias	6	**22.810**	9.782
Impostos a recuperar	7	**14.151**	2.443
Ativo de contrato	8	**67.476**	121.654
Outros créditos		**345**	95
		200.867	272.080
Não circulante			
Contas bancárias vinculadas	5.1	**20.670**	-
Ativo de contrato	8	**1.965.775**	1.609.844
		1.986.445	1.609.844
Total do ativo		**2.187.312**	1.881.924
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	**8.550**	2.668
Empréstimos e financiamentos	11	**38.853**	11.745
Obrigações fiscais		**7.108**	2.030
Partes relacionadas	10	**15.402**	30.123
Dividendos a pagar	13.b	**34.032**	42.325
Outros passivos		**2.070**	265
		106.001	89.156
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**906.327**	870.519
Pis e Cofins diferido	12	**187.430**	160.123
IR e CS diferido	12	**275.366**	213.635
Outras obrigações		**9**	341
		1.369.132	1.244.618
Patrimônio líquido			
Capital social	13	**206.501**	176.001
Reserva de lucros		**505.678**	372.149
		712.179	548.150
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.187.312**	1.881.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	14	**455.794**	647.692
Custo	15	**(153.757)**	(328.966)
Lucro bruto		**302.037**	318.726
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	**(7.819)**	(2.461)
		(7.819)	(2.461)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**294.218**	316.265
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		**15.068**	5.066
Despesas financeiras		**(87.558)**	(51.195)
		(72.490)	(46.129)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**221.728**	270.136
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	**(4.261)**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**(61.731)**	(91.924)
Lucro líquido do exercício		**155.736**	178.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**155.736**	178.212
Total do resultado abrangente do exercício	**155.736**	178.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**221.728**	270.136
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de construção - Ativo de contrato	**(240.204)**	(529.669)
Receita de remuneração do ativo de contrato	**(249.623)**	(188.655)
Receita de O&M	**(6.532)**	(1.694)
Atualização monetária - Ativo de contrato	**(4.779)**	5.683
Impostos diferidos	**27.307**	61.628
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	**90.024**	97.882
Amortização dos custos de transação	**(2.850)**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	(8.906)
Provisões	**6.329**	(33.325)
Lucro ajustado	**(158.600)**	(326.919)
Variações nos ativos e passivos:		
Ativo de contrato	**199.385**	47.646
Concessionárias e permissionárias	**(13.028)**	(9.782)
Impostos a recuperar	**(11.708)**	(814)
Outros créditos	**(250)**	(95)
Partes relacionadas	**(14.721)**	(41.156)
Fornecedores	**(447)**	(1.422)
Obrigações fiscais	**817**	(273)
Taxas regulamentares	**1.548**	265
Outras obrigações	**(89)**	173
	161.507	(5.458)
Fluxo de caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades operacionais	**2.907**	(332.377)
Atividades de financiamento		
Aporte de capital	**-**	30.000
Contas vinculadas	**(26.736)**	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	**-**	270.000
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	**(12.753)**	(10.946)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	**(11.505)**	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(50.994)**	289.184
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(48.087)**	(43.193)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**138.106**	181.430
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**90.019**	138.236
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(48.087)**	(43.194)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

			Reserva de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	146.001	8.577	-	227.685	-	382.263
Integralização de capital		30.000	-	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	178.212	178.212
Destinação de lucros a:							
Reserva legal		-	8.911	-	-	(8.911)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(42.325)	(42.325)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	126.976	(126.976)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		176.001	17.488	354.660	-	-	548.149
Integralização de capital		**30.500**	-	**(30.500)**	-	-	-
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios - 2021		-	-	**42.325**	-	-	**42.325**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	**155.736**	**155.736**
Destinação de lucros a:		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	**7.787**	-	-	**(7.787)**	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	**11.824**	**(11.824)**	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	**(34.032)**	**(34.032)**
Reserva de lucros a realizar		-	-	**102.093**	-	**(102.093)**	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**206.501**	**25.275**	**468.579**	**11.824**	-	**712.179**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2017 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703-Centro-20.030-021-Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 09/2017-ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • LT 500 kV Queimada Nova II-Curral Novo do Piaui II C1, com 109 km; • LT 500 kV Buritirama-Queimada Nova II, C1, com 308 km; • SE 500 kV Queimada Nova II; Em de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus últimos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (de 2021). A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 148.308 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)-Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)-Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)-O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME)-Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. Em 13 de janeiro de 2022 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 10 de junho de 2022 retroativo a 07 de junho de 2022, o que significou o recebimento de 100% da receita. **1.2. Impactos do COVID-19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de outubro de 2021 os(as) coadoradores (as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19. A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 05 de abril de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 8)-critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 12)-reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 20)-reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Principais políticas Contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no dercurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e Equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 26.885.182/0001-19

preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47-IFRS 15 e do CPC48-IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Benefício fiscal-Lucro da exploração: Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)-Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)-Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avaliou o impacto das alterações e todos os contratos de empréstimo **estão devidamente alocados no passivo circulante** e não circulante. Com isso, eles não sofrerão qualquer alteração no que tange a alocação de sua classificação no balanço. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:* Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1	1
Bancos	4.150	31
Aplicações financeiras (a)	85.868	138.074
	90.019	138.106

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 99,1% a 102,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. **5.1 Contas bancárias vinculadas:** Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual. No longo prazo são apresentadas as contas reserva constituídas, de acordo com o contrato de dívida firmado junto ao BNDES e devem ser mantidas até o vencimento.

	31/12/2022	31/12/2021
Bradesco conta corrente	6.066	-
Bradesco aplicação financeira (a)	20.670	-
	26.736	-
Curto prazo	6.066	-
Longo prazo	20.670	-
	26.736	-

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de baixo risco. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

6. Concessionárias e permissionárias

	2022	2021
Títulos a vencer	21.350	9.735
Títulos vencidos em até 90 dias	98	23
Títulos vencidos há mais de 90 dias	1.362	24
	22.810	9.782

A companhia não contabiliza da provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda (IRPJ) (a)	13.930	2.397
Contribuição Social (CSLL) (a)	92	46
Outros impostos a recuperar	129	-
	14.151	2.443

(a) O saldo apresentado no ativo é referente às antecipações realizadas ao longo do exercício de 2022.

8. Ativo de Contrato

2021	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de contrato	Receita de O&M	Atualização monetária	Recebimentos	2022
1.731.498	240.204	249.623	6.532	4.799	(199.385)	2.033.251

2020	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de contrato	Receita de O&M	Atualização monetária	Recebimentos	2021
1.064.809	529.669	188.655	1.694	(5.683)	(47.646)	1.731.498

	2022	2021
Circulante	67.476	121.654
Não circulante	1.965.775	1.609.844
	2.033.251	1.731.498

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida-RAP-a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção-pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável-a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica-o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão-RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão-a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais-a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades-nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

9. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços e materiais	213	660
Provisões (i)	8.337	2.008
	8.550	2.668

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. **10. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)-Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Transações	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Cymi Construções e Participações (i)	15.198	298
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (ii)	-	27.547
Cymi O&M Ltda (iii)	-	2.247
Cymi tech Soluções e Sistemas (iv)	204	31
Total passivo	15.402	30.123

	Resultado	
Transações	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Cymi O&M Ltda (iii) (a)	5.032	1.016
Cymi O&M Ltda (iii) (b)	5.498	1.337
Total resultado	10.529	2.353

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construccion*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construção e Participação. (ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. (iii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M Ltda, empresa do grupo responsável pelos serviços segregados entre: (a) Serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia. (b) Serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia (iv) Refere-se a Cymi Tech empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações de engenharia. **11. Empréstimos e finaciamentos:** a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2022	31/12/2021
BNDES - Subcrédito A	BRL	15/12/2043	**IPCA + 1,68% + 1,90%**	**483.090**	451.462
BNDES - Subcrédito B	BRL	15/12/2043	**IPCA + 1,68% + 1,90%**	**485.600**	451.462
(-) Custo de Captação				**(23.510)**	(20.660)
Total de empréstimos e financiamentos				**945.180**	882.264
Circulante				**38.853**	11.745
Não circulante				**906.327**	870.519
				945.180	882.264

b) Movimentação em 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros e variação monetária (*)	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo em 31/12/2022
BNDES - Subcrédito A	451.462	-	44.999	-	(7.624)	(5.747)	**483.090**
BNDES - Subcrédito B	451.462	-	45.025	-	(5.129)	(5.758)	**485.600**
(-) Custo de Captação	(20.660)	-	-	(2.850)	-	-	**(23.510)**
Total	882.264	-	90.024	(2.850)	(12.753)	(11.505)	**945.180**

(*) - Em 2022 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 6.075.

c) Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros e variação monetária (*)	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de Principal e Juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES - Subcrédito A	267.521	135.000	48.941	-	-	451.462
BNDES - Subcrédito B	267.521	135.000	48.941	-	-	451.462
(-) Custo de Captação	(9.714)	-	-	(10.946)	-	(20.660)
Total	525.328	270.000	97.882	(10.946)	-	882.264

(*) - Em 2021 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$ 71.867. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Sertaneja, em 30 de dezembro de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com disponibilidade de crédito no montante de R$ 826.000 (oitocentos e vinte e seis milhões de reais), com taxas mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 27/02/2020, tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R$ 275.000 e, em 16/11/2020 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R$ 240.00. Por fim, a Companhia recebeu em 4 de maio de 2021 o desembolso dos subcréditos A3 e B3 no limite de R$ 80.000 cada um e, em 18 de outubro de 2021, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos A4 e B4 no limite de R$55.000 cada um. O contrato de financiamento possui cláusula restritiva de "*covenants*" financeira e não financeira de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em função da fase de maturação do projeto, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	11.745
2023	39.787	35.576
2024	39.358	36.100
Após 2024	889.545	819.503
Total da dívida	968.690	902.924
(-) Custo de transação a amortizar	(23.510)	(20.660)
Total das obrigações	945.180	882.264

12. Impostos Diferidos: 12.1. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
PIS diferido	33.433	4.871	28.562	10.993	17.569
COFINS diferido	153.997	22.436	131.561	50.635	80.926
Total	187.430	27.307	160.123	61.628	98.495

12.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2022	Movimentação	Total 31/12/2021	Movimentação	Total 31/12/2020
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/Base negativa	(5.345)	8.319	(13.664)	(4.275)	(9.389)
Lucro diferido da construção	11.916	1.417	10.499	3.749	6.750
Receita de ativo financeiro/AVP	85.854	18.627	67.227	36.563	30.664
Ajuste IFRS 15/CPC 47	182.941	33.368	149.573	55.887	93.686
Total não circulante	273.366	61.731	213.635	91.924	121.711

Detalhamento do não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	(5.345)	(13.664)
Passivo	280.711	227.299
Total ativo/passivo diferidos	273.055	213.635

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de um ano. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado da companhia é de R$206.501 dividido em 206.501 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada. Em 05 de setembro de 2022, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração - RCA, aumento de capital no montante de R$30.500 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R$ 176.501.000 para R$ 206.501.000, com a emissão de 30.500 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada. O respectivo aporte de capital foi proporcional a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Contruções e Participações S.A., 30% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia e 20% à Quantum Participações S.A. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Quotistas	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**
Cymi Construções e Participações S.A.	103.250.500	50%	103.250.500	88.000.500	50,00%	88.000.500

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 26.885.182/0001-19

Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	41.300.200	20%	41.300.200	35.200.200	30,00%	35.200.200
Quantum Participações S.A.	61.950.300	30%	61.950.300	52.800.300	20,00%	52.800.300
Total	206.501.000	100%	206.501.000	176.001.000	100%	176.001.000

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a entrada em operação, sendo 0,01% referente ao dividendo mínimo antes do fato.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	155.736	178.212
(-) Reserva legal	(7.787)	(8.911)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(11.824)	-
Lucro ajustado	136.125	169.301
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	34.032	42.325

No dia 30 de abril de 2022 os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGO), deliberaram a renúncia dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 42.325 referentes ao exercício de 2021 por motivos de planejamento financeiro estratégicos, bem como reinvestimento na própria Companhia. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de incentivos fiscais: Conforme laudo constitutivo nº 0199/2022 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 11 de outubro de 2022, foi garantido à Companhia pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal consignado no referido laudo, é de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032, quando o correto é de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2031 de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008. Após a emissão do laudo, a Companhia solicitou à SUDENE retificação do período de fruição. Por notório equívoco, em 10/02/2023, a SUDENE, sinalizou que as informações não teriam sido "suficientes" e que supostamente "não" encontraram amparo legal constante do regulamento dos Incentivos e do Manual de Elaboração de Incentivos e Benefícios Fiscais. Foi contratado a Abreu Goulart Santos para emissão do parecer externo ratificando o entendimento equivocado da SUDENE e qualificando a probabilidade de êxito como possível na esfera judicial. e) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. **14. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção-Ativo de contrato	240.204	529.669
Remuneração do ativo de contrato	249.623	188.655
Receita de O&M	6.532	1.694
Atualização monetária - Ativo de contrato	4.779	(5.683)
Outras receitas	4.500	-
Receita operacional bruta	505.638	714.335
(-) PIS e COFINS	(46.772)	(66.076)
(-) Encargos setoriais (i)	(3.072)	(567)
Receita operacional líquida	455.794	647.692

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção	6.532	1.694
Custo de operação e manutenção	(5.032)	(1.016)
Total Margem de O&M	1.500	678
Margem percebida (%)	23%	40%

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	240.204	529.669
Custo de construção	(148.725)	(327.950)
Total Margem de construção	91.479	201.719
Margem percebida (%)	38%	38%

15. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	(148.725)	(327.950)
Custo de operação e manutenção	(5.032)	(1.016)
Total custo	(153.757)	(328.966)

	31/12/2022	31/12/2021
Material	(4)	(6)
Serviços de terceiros	(7.380)	(1.903)
Outras despesas	(435)	(552)
	(7.819)	(2.461)

16. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	15.068	5.066
Receita de aplicações financeiras	15.068	5.066
Despesas financeiras	(87.558)	(51.195)
Juros de empréstimos e financiamentos	(28.255)	(6.157)
Atualização monetária sobre empréstimos	(55.693)	(19.858)
IOF de empréstimos	(711)	(154)
Outras despesas	(2.899)	(25.026)
Resultado financeiro líquido	(72.490)	(46.129)

17. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	221.728	270.136
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IR e CSLL calculada	(75.388)	(91.846)
Incentivo fiscal-Sudene	11.824	-
Outros	(2.428)	(78)
Despesa de IR e CS	(65.992)	(91.924)
Total dos tributos correntes	(4.261)	0
Total dos tributos diferidos	(61.731)	(91.924)
Despesa total com tributos	(65.992)	(91.924)
Alíquota efetiva	(30%)	(34%)

18. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco-o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	90.019	138.106
Contas bancárias e aplicações vinculadas (nota 5.1)	26.736	-
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	22.810	9.782
Ativo de contrato (nota 8)	2.033.251	1.731.498
	2.172.816	1.879.386

Caixa e equivalentes de caixa-Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de contrato-A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia-CCG e ii) Carta de Fiança Bancária-CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros-refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	85.868	138.074
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	20.670	-
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	945.180	882.264

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	8.550	8.550	-	-
Empréstimos e financiamentos	945.180	39.787	39.358	889.545
Partes relacionadas	15.402	15.402	-	-
Total	969.132	63.739	39.358	889.545

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Aplicação financeira vinculada	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e finaciamentos	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa-contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias-a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Fornecedores-a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos-a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, um vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1-Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2-Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3-Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2022				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	85.868	-	85.868
Aplicações financeiras vinculadas	-	20.670	-	20.670
Total	-	106.538	-	106.538
31/12/2021				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	138.074	-	138.074
Total	-	138.074	-	138.074
31/12/2022				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	945.180	-	945.180
Total	-	945.180	-	945.180
31/12/2021				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	882.264	-	882.264
Total	-	882.264	-	882.264

19. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R$ mil)	Prêmio (R$ mil)
Riscos Operacionais	25/05/2022 a 25/05/2023	723.880	804

20. Contingências: A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais. No ano de 2022 a Companhia era parte em processos Civeis e Tributário cuja probabilidade de perda foi classificada como possível num montante de R$ 3.858. As principais causas referem-se aos processos relacionados aos autos de infração da prefeitura de Queimada Nova/PI num montante de R$ 2.708, por suposto ISS não recolhido. STF - Relativização da coisa julgada: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC-1RJ107146/O

SPE ANDRIOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 14.376.839/0001-33

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
ATIVO		
Circulante	4.542	4.838
Não Circulante	86.781	82.535
TOTAL DO ATIVO	**91.323**	**87.373**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	2.842	4.996
Não Circulante	8.610	8.738
Patrimônio Líquido	79.871	73.639
TOTAL DO PASSIVO	**91.323**	**87.373**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A SPE Andrios Empreendimentos Imobiliários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Ivanhoe Fundo de investimento em Participações com participação de 83,52%, Ivanhoe Brazil Equities Inc. com 14,32% , Ricardo B. de Carvalho com 0,36%, Roberto B. de Carvalho com 0,36%, Luciana B. de Carvalho com 0,36%, Marcos B. Carvalho com o,36, Marcelo B. Carvalho com 0,36% e Mariana B. de Carvalho Oliveira com 0,36% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers, assim como a compra e venda de imóveis e a participação em outras sociedades.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receitas Operacional Líquida	6.888	6.076
Custo dos serviços prestados	(2.376)	(1.626)
Lucro Bruto	**4.512**	**4.450**
Outras Receitas (despesas) Operacionais:	(726)	(1.694)
Ajuste a valor justo	3.564	11.227
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	(3)	35
I.R. e C.S.	(1.953)	(4.360)
Resultado Líquido do Exercício	**5.394**	**9.658**
Lucro (Prejuízo) por ação	0,11	0,16

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(832)**	**545**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.579	2.034
No fim do exercício	1.747	2.579

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**69.760**	–	–	**(4.095)**	**65.665**
Aumento de capital	610				610
Redução de capital	(4.095)			4.095	–
Resultado do Exercício				9.658	9.658
Constituição de reservas		483	6.881	(7.364)	–
Constituição dividendos				(2.294)	(2.294)
Saldos em 31/12/2021	**66.275**	**483**	**6.881**	–	**73.639**
Complemento de divid. 2021			(281)		(281)
Aumento de capital	2.400				2.400
Resultado do Exercício				5.394	5.394
Constituição das reservas		270	3.843	(4.113)	–
Constituição dividendos				(1.281)	(1.281)
Saldos em 31/12/2022	**68.675**	**753**	**10.443**	–	**79.871**

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contadora: Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ**

SN SHOPPING S.A.

CNPJ Nº 18.182.738/0001-82

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
ATIVO		
Circulante	8.564	18.980
Não Circulante	575.142	524.022
TOTAL DO ATIVO	**583.706**	**543.002**
PASSIVO	**2022**	**2021**
Circulante	21.385	22.758
Não Circulante	127.393	131.571
Patrimônio Líquido	434.928	388.673
TOTAL DO PASSIVO	**583.706**	**543.002**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A SN Shopping S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Ivanhoe–Fundo de Investimento em Participações com participação de 83,44%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 14,40%, Ricardo B.Carvalho com 0,36%, Roberto B.Carvalho com 0,36%, Luciana B.Carvalho com 0,36%, Marcos B. Carvalho com 0,36%, Marcelo B.Carvalho com 0,36% e Mariana B.Carvalho com 0,36% do capital social. Sua atividade principal é a gestão e administração da propriedade imobiliária.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	42.489	37.379
Custos dos Serviços prestados	(6.337)	(4.451)
Lucro bruto	**36.152**	**32.928**
Outras Receitas (despesas) Operacionais:	(3.634)	(9.916)
Ajuste a valor justo	50.475	18.651
I.R. e C.S.	(21.716)	(10.043)
Resultado do Exercício	**61.277**	**31.620**
Lucro (Prejuízo) por ação	1,29	0,69

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e de 2021 *(Em MR$)*

	2022	2021
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(10.102)**	**10.731**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.473	742
No fim do exercício	1.371	11.473

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 *(Em MR$)*

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**324.541**	**5.020**	**45.202**	–	**374.763**
Complemento de divid. 2020			(21.000)		(21.000)
Aumento de capital	10.800				10.800
Resultado do Exercício				31.620	31.620
Constituição de Reservas		1.581	22.529	(24.110)	–
Constituição de dividendos				(7.510)	(7.510)
Saldos em 31/12/2021	**335.341**	**6.601**	**46.731**	–	**388.673**
Complemento de divid. 2021			(2.569)		(2.569)
Aumento de capital	2.100				2.100
Resultado do Exercício				61.277	61.277
Constituição de Reservas		3.064	43.660	(46.724)	–
Constituição de dividendos				(14.553)	(14.553)
Saldos em 31/12/2021	**337.441**	**9.665**	**87.822**	–	**434.928**

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; **Contador:** Carla Barbosa Queiroz Leal–CRC: 117827/O-8 RJ